INÊS 249

Carreira
Em entrevista, Dave Ulrich fala sobre o valor da atualização do conhecimento para a liderança B2



Saúde pública
Casos suspeitos da varíola mpox na África ultrapassam 17 mil e OMS declara situação de emergência A14



Memória
Octávio Frioli Florisbal, diretor-geral da TV Globo entre 2002 e 2012, morre aos 84 anos B6

Quinta-feira, 15 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6066 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

Temas abordados

Por que a transição energética é tão crítica?

O painel inicial oferecerá o pano de fundo para a discussão sobre transição energética, destacando os seus impactos sobre a economia global, os investimentos necessários e as oportunidades econômicas dela decorrentes.

Brazil-US: liderando juntos a transição energética

Brasil e EUA são players globais em clima, energia e alimentos. Ambos os países estão posicionados para liderar a transição energética, oferecendo respostas para as mudanças climáticas e gerando oportunidades relevantes para as suas economias.

Brazil-US: desbloqueando o potencial Brazil-US em energias renováveis

A partir da posição de liderança e da expertise de Brasil e EUA nas áreas de clima, energia, produção de alimentos e aviação, surgem oportunidades valiosas de cooperação para o desenvolvimento e produção de energias limpas, como Combustível Sustentável para Aviação (SAF - Sustainable Aviation Fuel), biocombustíveis de segunda geração, hidrogênio limpo, entre outras.

Powershoring: oportunidades de investimento em energia?

Uma matriz energética limpa, competitiva e abundante, aliada a fatores geopolíticos, tem o potencial de viabilizar uma nova onda de investimentos, com destaque para indústrias intensivas em energia e para iniciativas de descarbonização? O Brasil se colocará como um destino atraente para esses investimentos em um movimento alavancado pelo powershoring?

O EVENTO, EM PARCERIA COM AMCHAM, FAZ PARTE DAS COMEMORAÇÕES DOS 25 ANOS DO VALOR ECONÔMICO E DOS 200 ANOS DAS RELAÇÕES ENTRE BRAZIL-US



Acesse e saiba mais:
climatesummit.valor.com.br

Carreira
Em entrevista, Dave Ulrich fala sobre o valor da atualização do conhecimento para a liderança B2



Saúde pública
Casos suspeitos da varíola mpox na África ultrapassam 17 mil e OMS declara situação de emergência A14



Memória
Octávio Frioli Florisbal, diretor-geral da TV Globo entre 2002 e 2012, morre aos 84 anos B6

Quinta-feira, 15 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6066 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Venda de créditos judiciais se torna alternativa a empresas que precisam fazer caixa

Gestão Mais comum em mercados maduros, como os EUA, atividade atrai gestora especializada e grandes companhias

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Diante do cenário de juros altos e investidores mais seletivos, empresas passaram a usar seu contingente jurídico para fazer caixa. Ao recorrer a "ativos escondidos no balanço", miram, em grande parte, os precatórios — dívidas do governo com sentença definitiva —, entre outras disputas judiciais. Uma prática comum é a transferência de um portfólio de processos para um fundo creditório (FIDC), estruturado por gestora especializada. Neste caso, a companhia recebe pelo portfólio, o que ajuda na redução da alavancagem, e ainda fica com grande parte dos ganhos nas causas.

Entre as empresas que lançaram mão da venda de direitos judiciais estão a Marisa, que cedeu créditos tributários para fazer caixa, e a BRF. Esse mercado tem se aquecido, com as Santas Casas vendendo ações contra a União em que pedem o pagamento por "leito do SUS". A "tese do século", a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, também movimenta o mercado.

A Oceanpact, por exemplo, fez uma cessão parcial de ações contra a Petrobras, sobre cobrança de taxas diárias de contratos. Em fato relevante, informou que recebeu R$ 100 milhões, e ainda participaria majoritariamente de valores a serem recebidos na Justiça. O segmento, chamado de "legal claims", também tem atraído companhias em recuperação judicial, que vendem esses ativos para fazer caixa.

Pesquisa da KPMG sobre ativos alternativos indica que ter dinheiro em caixa é o principal motivo para a venda desses processos. Segundo Francisco Clemente, sócio da KPMG, uma das razões que têm ajudado no amadurecimento desse mercado é a nova lei de recuperação judicial. Empresas já olham a possibilidade de vender esses ativos para "destravar valor", visto que pode haver no balanço disputas bilionárias. Contribui, ainda, a janela para empresas utilizarem créditos tributários para abatimento de impostos. Segundo Guilherme Setoguti, presidente da Associação Brasileira de Special Situations e Litigation Finance, há empresas que nem precisariam vender, mas buscam dar eficiência a esses recursos. **Página B1**

STF suspende emendas até a adoção de mais transparência

Flávia Maia, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Liminar concedida pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu todas as emendas impositivas apresentadas por deputados e senadores ao Orçamento da União. A medida é mais um capítulo da relação do STF com o Legislativo sobre a destinação desses recursos, e valerá até que o Congresso aprove novos procedimentos para a liberação das verbas, observando os requisitos de transparência, rastreabilidade e eficiência. Na terça-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já reagia à expectativa da medida. "É o Congresso que mais conhece a realidade dos municípios brasileiros (...). Não podem mudar isso, com todo o respeito, num ato monocrático", afirmou.

A decisão de Dino — proferida em ação apresentada pelo Psol contra a execução obrigatória das emendas — será agora submetida ao plenário da Corte. **Página A12**

Arcabouço é incapaz de deter avanço do déficit estrutural

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O atual arcabouço fiscal é incapaz de deter o déficit estrutural — que exclui eventos fiscais não recorrentes e o efeito cíclico da atividade econômica. O déficit primário estrutural alcançou 2,4% do PIB no 2º trimestre, ante 1,1% em igual período de 2023, segundo a MCM Consultores. "Se o déficit começa a ser estruturalmente grande, o governo está falando que vai estar sempre tomando emprestado, em escala crescente, e nunca vai fazer a dívida se estabilizar ou reduzir", dizem Renan Martins e Vitor Kayo, autores do estudo. **Página A4**

Americanas divulga prejuízo de R$ 2,27 bi no ano passado

De São Paulo

A Americanas registrou prejuízo de R$ 2,272 bilhões no ano passado, conforme balanço financeiro divulgado na noite de ontem. É a primeira publicação com os resultados consolidados do ano passado, depois que veio a público, em janeiro de 2023, a fraude bilionária que levou a empresa à recuperação judicial. Conforme o documento, a receita líquida recuou 42,1% no período, para R$ 14,9 bilhões. "O resultado de 2023 foi negativamente marcado pelo impacto operacional da crise e redução de receitas, incluindo os custos adicionais da investigação e recuperação judicial, e parcialmente compensados por impactos tributários", informou a varejista. **Página B1**

Educação



WENDERSON ARAUJO/VALOR

Dados do Ideb e do Saeb, divulgados ontem, mostram que os resultados da educação brasileira continuam aquém do necessário. Mas há exceções, com boas notícias em Estados como Ceará, Goiás e Pernambuco. "[Lugares] onde há continuidade de políticas públicas, mesmo com mudança de governo, têm mostrado bons resultados", diz Patricia Mota Guedes, superintendente do Itaú Social. Página A2

Cúpula dos Poderes atua e defende Moraes

Isadora Peron, Julia Lindner, Caetano Tonet, Mariana Assis, Flávia Maia e Estevão Taiar
De Brasília

Ministros do STF, parlamentares e integrantes do governo saíram em defesa do ministro Alexandre de Moraes, após reportagem da "Folha de S.Paulo" revelar mensagens que apontam pedidos de Moraes que estariam fora do rito normal ao TSE para embasar o inquérito das "fake news". Ontem, Moraes disse que foi "tudo documentado, oficializado, e com a ciência da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal". No Congresso, aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro defenderam o impeachment do ministro, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizou que a chance de o processo avançar é "zero". **Página A10**

Superávit com os Estados Unidos e pressões à frente
Assis Moreira A2

Proteger as florestas tropicais custaria 1,38% da receita com petróleo
Sergio Volk A16

Multimercado perde espaço na indústria de fundos

Liane Thedim
Do Rio

A combinação de juros altos e desempenho decepcionante levou os multimercados em 2024 à sua menor fatia na indústria de fundos desde 2019. Após subir por seis anos seguidos e atingir o pico de 30,72% de participação em 2021, a categoria foi perdendo espaço e representa agora 24,25% do patrimônio total dos fundos líquidos do país. Os dados são de levantamento da Comdinheiro, feito a pedido do **Valor**.

Os fundos de ações exibem trajetória similar. Depois de atingirem o ponto máximo de 12,06% em 2021, passaram a encolher e respondem por 6,87% do total da indústria. Já a renda fixa segue ganhando força e responde atualmente por fatia de 68,79% do mercado.

O cenário de juros altos no Brasil e no exterior estimulou o conservadorismo do investidor, que passou a migrar progressivamente para aplicações de renda fixa. "Dificilmente o patrimônio volta ao que era alguns anos atrás", diz Christopher Galvão, analista da Nord Research. "Ainda vejo oportunidade de crescimento mais para frente, mas não expressivo." **Página C6**

Indicadores

Ibovespa	14/ago/24	0,69 %	R$ 63,6 bi
Selic (meta)	14/ago/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	14/ago/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	14/ago/24		5,4496/5,4502
Dólar comercial (mercado)	14/ago/24		5,4681/5,4687
Dólar turismo (mercado)	14/ago/24		5,5002/5,6802
Euro comercial (BC)	14/ago/24		6,0071/6,0083
Euro comercial (mercado)	14/ago/24		6,0218/6,0224
Euro turismo (mercado)	14/ago/24		6,0923/6,2723



Destaques

Crise da Infracommerce
A situação da Infracommerce, prestadora de serviços de tecnologia para o comércio eletrônico, se deteriorou ainda mais nos últimos meses, o que a obrigou a abrir nova renegociação de dívidas com bancos — basicamente, porque teme que a falta de caixa piore sua crise financeira. A ação da empresa fechou ontem a R$ 0,29, queda de 25,6%. O papel chegou à bolsa em 2021 cotado a R$ 16 e acumula perda de 98%. A Infracommerce teve que fazer uma baixa de ativos recorde de R$ 1,3 bilhão no balanço do 2º trimestre. **B4**

Varejo tem vitória no STJ
Os varejistas ganharam, no Superior Tribunal de Justiça, importante discussão tributária, com impacto estimado em R$ 1,8 bilhão pela Associação Brasileira dos Atacados de Autosserviço. A 1ª Seção do STJ entendeu que não seria aplicável um dispositivo do Código Tributário Nacional (CTN) e facilitou pedidos de restituição ou compensação de valores de ICMS pagos a maior no regime de substituição tributária para frente, quando a base de cálculo da operação for inferior à presumida. **E1**

Justiça mira o WhatsApp
A Justiça Federal em São Paulo concedeu liminar em ação civil pública proibindo o WhatsApp de compartilhar dados de usuários com outras plataformas controladas pela Meta, como Instagram e Facebook, para a veiculação personalizada de anúncios publicitários. A Meta tem 90 dias para se adequar às exigências, sob pena de multa diária de R$ 200 mil. A ação é movida pelo MPF e pelo Idec, sob alegação de que o WhatsApp viola a Lei Geral de Proteção de Dados e o Código de Defesa do Consumidor. **B7**

INÊS 249

Brasil

Superávit com os EUA e pressões à frente



Assis Moreira

O Brasil caminha para ter neste ano o primeiro superávit comercial com os Estados Unidos desde 2009. Entre janeiro e julho, as exportações de bens para o mercado americano cresceram 12,3% e as importações aumentaram apenas 0,3%. O déficit brasileiro na balança comercial bilateral caiu para US$ 323,8 milhões no período, alimentando expectativa de uma revirada até dezembro. Nos últimos 14 anos (2009-2023), o Brasil comprou dos EUA US$ 88 bilhões a mais do que vendeu para os americanos (sem levar em conta o setor de serviços). Os EUA só conseguiam ter algum saldo comercial importante com Austrália, Holanda, Hong Kong e Brasil.

Agora o provável resultado positivo para o Brasil vai coincidir com a campanha eleitoral nos EUA e com tempos preocupantes para o comércio global. Em meio às tensões geopolíticas e ao pano de fundo da crise climática, "vemos um aumento do protecionismo e medidas políticas unilaterais", constata a diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala. "Os dados sugerem que, após anos de conversas sobre 'decoupling', o comércio pode estar começando a se fragmentar ao longo de linhas geopolíticas."

No confronto entre Kamala Harris e Donald Trump não há muita margem de dúvida de que o próximo ocupante da Casa Branca continuará com ações unilaterais. Republicanos e democratas adotaram posturas mais protecionistas em relação ao comércio nos últimos anos. Está distante o tempo em que político americano defendia "livre-comércio". Washington alega que não há um campo nivelado de jogo. Reclama que alguns países subsidiam fortemente sua produção, a começar pela China. E que parceiros não dão reciprocidade ao que considera abertura comercial americana, que suas tarifas de importação são muito baixas enquanto as de países como o Brasil e a Índia e são muito altas. E a maneira de equilibrar o jogo é impor barreiras. Em meio à noção de classe média sob pressão, menor qualidade do emprego, remuneração mais baixa, o foco é trazer de volta a produção para os EUA, talvez um pouco para os vizinhos Canadá e México, mas com controle.

A política comercial americana foi uma das áreas que tiveram menos inflexão na passagem de Trump para Biden na Casa Branca. Biden ampliou certas tarifas contra a China e turbinou a política industrial com centenas de bilhões de dólares de subsídios, que têm efeito no resto do mundo.

A expectativa em círculos do governo, em Brasília, é que, se Kamala ganhar a eleição, dará continuidade à política comercial de Biden. Pode ir mais longe na vinculação entre políticas comerciais e climáticas, reforçando o protecionismo por esse lado.

No caso de vitória de Trump haverá um evidente acirramento do protecionismo e das tensões comerciais. Quando ocupou a Casa Branca, Trump impôs o maior aumento nas tarifas dos EUA desde a Grande Depressão, atingindo a China, o Canadá, a União Europeia, o México, a Índia e outros governos, numa ação que sofreu retaliação dos parceiros. Agora, promete aumentar ainda mais sua guerra comercial. Segundo o jornal "The New York Times", o republicano prevê tributar talvez dez vezes mais as importações do que fez durante seu primeiro mandato, podendo desencadear uma nova guerra comercial que aumentaria os preços já altos e mergulharia os EUA em uma recessão.

Durante sua Presidência, Trump falava de reciprocidade e comparava a tarifa de 2,5% sobre veículos nos EUA às taxas de 10% na União Europeia e de 25% na China. Mas a reciprocidade que ele parece querer agora não é que os outros baixem alíquotas, e sim que os EUA aumentem as suas. Para o republicano, tarifa de importação é coisa boa por três motivos: aumenta a arrecadação do governo, é excelente maneira de negociar e promove os empregos nos EUA. Ignora efeitos pesados, como a inflação.

O diretor do Departamento de Política Comercial do Itamaraty, embaixador Fernando Pimentel, monitora propostas de políticas comerciais em vista tanto do impacto bilateral, como também dos efeitos colaterais que podem ter sobre importações brasileiras de terceiros mercados.

Basta ver que o comércio bilateral entre os EUA e a China cresceu 30% mais lentamente desde 2018 do que seu comércio com o resto do mundo. Uma preocupação é com o potencial impacto de pressão de importações para o Brasil à medida que grandes mercados como os EUA se fecham mais. Isso aumenta a pressão da China e outros exportadores asiáticos em busca de mercados que estão mais ou menos abertos, para vender mais aço, veículos elétricos, têxteis e outros.

Além disso, uma "política transacional" de Trump, forma de coação americana para que os parceiros comprem mais produtos americanos e evitem sanções unilaterais, pode deslocar produtos agrícolas brasileiros em outros mercados, com parceiros se comprometendo a privilegiar produtos americanos a fim de preservar certo acesso ao mercado dos EUA.

E se o superávit comercial do Brasil com os EUA se confirmar nos próximos meses, mantê-lo vai ser um desafio adicional, em meio a mais pressões para abrir mais seu mercado. Washington já não cessa de cobrar de Brasília eliminar a tarifa de 20% na importação de etanol, por exemplo.

Para Roberto Azevêdo, ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), as agendas climática e ambiental podem sofrer ajustes e estar sujeitas a ruídos, mas sobreviverão aos ciclos eleitorais. Sem regras internacionalmente acordadas sobre esses temas e sem foros intergovernamentais efetivos, o unilateralismo seguirá proliferando, diz ele. Azevêdo vê um cenário desafiador para o Brasil em meio a mais protecionismo na cena global, mas também oportunidades. Acha que o país pode ter papel-chave na descarbonização global. E que tudo dependerá de visão estratégica consensuada entre os setores público e privado e políticas públicas que incentivem e viabilizem os investimentos necessários.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente
E-mail assis.moreira@valor.com.br

Políticas públicas Dados do Ideb de 2023 mostram que apenas a primeira fase do ensino fundamental atingiu metas; ministro fala medidas para reduzir desistência

Educação fica aquém da meta e notas seguem menores que antes da covid

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Um dos principais indicadores sobre a educação no Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), mostrou resultados aquém do esperado para o ano passado.

O Ideb é calculado com base na taxa de reprovação e no desempenho dos alunos de escolas públicas e privadas em avaliações de larga escala. As três fases do ensino básico são analisadas: anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º. ano), anos finais (do 6º ao 9º ano) e os três anos do ensino médio.

A edição do Ideb referente a 2023, que foi divulgada ontem, mostrou que os anos iniciais tiveram a melhor marca: nota 6. Era exatamente essa a meta nacional para essa fase. As outras duas fases ficaram abaixo da meta. O Ideb dos anos finais ficou em 5, ante uma meta de 5,5. E o Ideb do ensino médio ficou em 4,3, ante uma meta de 5,2. A escala vai de 0 a 10. Quanto melhor o desempenho e menor a taxa de repetência, maior o Ideb.

O Paraná apareceu como o Estado com maior Ideb das três fases da educação. Ceará, Goiás e São Paulo aparecem logo depois, entre os melhores.

Além do Ideb, o ministério apresentou ontem números do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia as habilidades e conhecimentos dos estudantes no 5º ano e do 9º do ensino fundamental e os do 3º ano do médio em leitura e matemática.

O Saeb mostra que no ano passado em muitos Estados o nível de aprendizagem estava pior do que o registrado antes da pandemia. São os o casos, por exemplo, de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O dado é visto ainda como um efeito do período de escolas fechadas e aulas on-line na pandemia, em que o aprendizado ficou comprometido. Entre os poucos Estados em que as notas no Saeb de 2023 superaram as de 2019, estão Ceará, Goiás e Pernambuco.

WENDERSON ARAUJO/VALOR



"Continuidade de políticas públicas tem mostrado bons resultados"
Patricia Guedes

Mestre em políticas públicas pela Universidade de Princeton, Patricia Mota Guedes, superintendente do Itaú Social, diz que o desempenho dos Estados em educação não está ligado apenas ao volume de recursos investidos na educação. "É importante analisar quais medidas alguns Estados têm tomado. Estados com continuidade de políticas públicas, mesmo com mudanças de governo, como Ceará, Paraná e Goiás, têm mostrado bons resultados", disse ela.

O ministro da Educação, Camilo Santana, enalteceu o atingimento da meta do ensino nos anos iniciais, mas lembrou que as dificuldades maiores estão nas fases posteriores.

"O MEC tem tratado da chamada escola das adolescências, que é esse período dos anos finais do ensino fundamental. Principalmente na transição para o ensino médio, as taxas de abandono e reprovação crescem", disse, acrescentando que das três fases, o ensino médio é o que apresenta mais desafios. "Em 2023, 600 mil jovens do ensino médio foram reprovados ou abandonaram a escola", disse Santana. A desistência produz um dado impressionante: 68 milhões de brasileiros não concluíram o ensino básico no Brasil, disse Santana.

O MEC aposta num esforço conjunto com Estados e municípios para garantir que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa, um passo visto como chave para reduzir o cenário abandono escolas nos anos posteriores. Outra estratégia do ministério tem sido apoiar a criação de escolas em tempo integral. Ontem, durante a apresentação do Ideb, Santana citou também o novo programa de ajuda financeira para os alunos do ensino médio de escolas públicos. A ideia é incentivá-los a não abandonar a escola.

Maria Helena Guimarães, ex-secretária executiva do MEC e atual integrante do Conselho Nacional de Educação, lembra que o ensino médio tem sido há anos a etapa que mais exige melhorias e mudanças. Diz que não faz objeções à ajuda financeira aos alunos do médio. "Mas ele vai aprender mais?", questiona. Entre as idas e vindas de medidas para modernizar o ensino médio, Guimarães diz que ainda é um período que poderia ser menos engessado e mais interessante aos estudantes.

Índice de desenvolvimento
Ideb do país desde a pré-pandemia

	1º. ao 5º. ano ens. fundamental	6º. ao 9º. ano do ens. fundamental	Ensino médio
2023	6 (META 6)	5 (META 5,5)	4,3 (META 5,2)
2021	5,8	5,1	4,2
2019	5,9	4,9	4,2

Destaques de 2023
Estados com melhor Ideb

1º. ao 5º. ano ensino fundamental		6º. ao 9º. ano ensino fundamental		Ensino médio	
Paraná	6,7	Paraná, Ceará, Goiás	5,5	Paraná	4,9
Ceará	6,6	São Paulo	5,4	Goiás e Espírito Santo	4,8
São Paulo	6,5	Espírito Santo	5,3	São Paulo, Piauí e Pernambuco	4,5

Fonte: Inep

Seguro indenizará por queda de avião

Folhapress, de São Paulo

Todas as famílias das 62 vítimas do voo 2283 da Voepass têm direito ao Reta (Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo), um seguro obrigatório semelhante ao de automóveis.

Segundo o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica, todas as empresas aéreas que transportam pessoas e coisas em território nacional devem manter o seguro, que é pago independentemente de culpa do transportador e não exclui outras indenizações. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, o valor do Reta varia de acordo com cada passageiro, tripulante ou vítimas do acidente que estavam no solo, levando-se em conta a apólice do contrato de seguro entre a companhia aérea e a seguradora.

A Voepass precisa indicar a seguradora da qual contratou o seguro obrigatório para que familiares possam dar início às primeiras providências, levando a documentação que comprove a relação.

Leonardo Amarante, advogado especializado em responsabilidade civil aérea, afirma que o problema será o valor a ser recebido pelos familiares. Ele conta que o Reta é calculado em OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional), um índice criado durante o período de hiperinflação no país e que não é atualizado monetariamente desde dezembro do ano 2000.

"A questão principal aí é o valor, porque nos acidentes da Gol, em 2006, e da TAM, em 2007, o valor pago foi irrisório, de R$ 14.223,64. Isso foi uma distorção. As famílias entraram com uma ação coletiva pleiteando o aumento desse valor e foi julgado procedente pelo Tribunal Regional de São Paulo, a pedido do Ministério Público Federal", explica Amarante, enfatizando, porém, que 17 anos depois do último acidente, a ação ainda não chegou ao fim.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Acelen **A6**
Adam Capital **A4**
Asia Shipping **B3**
Atlântica D'Or **B3**
Banco do Brasil **C4**
Bank of America **C4**
Bimbo **B7**
Bradesco **C4**
Bradesco Seguros **B3**
BRF **B1**
BTG Pactual **C1, C3**
BTP **B3**
BYD **B3**
Changi Airports **A8**
Cielo **C4**
Citi **B3, C3**
Coca-Cola **B5, B7**
Comdinheiro **C6**
Datamar **B3**
Dias Carneiro Advogados **B1**
DigitalBridge **B7**
Emmi **B7**
FCamara **B2**
Flash **B2**
Gafisa **B3**
Galderma **B2**
General Mills **B5**
Gol **A2**
Grupo Atem **A6**
Grupo Urbam **B6**
GSK **B2**
IDC **B7**
Infraero **A8**
Inter **C1**
IT Forum **B2**
Itaú **C4**
Itaú Asset Management **C1**
Itaú BBA **C3**
JBS **A8**
Jive **B1**
K&K Partners **B6**
Kellanova **B1**
Kellogg **B1**
Kínitro Capital **A6**
KPMG **B1**
LANDtech **B2**
Latache Capital **B1**
Laticínios Porto Alegre **B7**
Localiza **B5**
Maersk **B3**
Makalu **B1**
Marilan Alimentos **B7**
Marisa **B1**
Mars **B1**
MCM Consultores **A4**
Mercer **B2**
Meta **B7**
Movida **B5**
Nelogica **C6**
Nestlé **B7**
Nexgen Capital **C6**
Nord Re **C6**
Oceanpact **B1**
P&G **B5**
PepsiCo **B7**
PepsiCoLabs **B7**
Petrobras **A6, B1, C1**
Prisma **B1**
PSR **A6**
Rede **C4**
Rede D'Or **B3**
Redecard **C4**
RIOgaleão **A8**
Scala Data Centers **B7**
SLC Agrícola **B7**
Solve Shipping **B3**
Stone **C2**
SulAmérica **B3**
Talenses **B2**
TAM **A2**
Tendências Consultoria **A6**
Unidas **B5**
Unilever **B5**
Urbam Ventures **B6**
Vale **C1**
Verde Campo **B7**
VoePass **A2**
W1 Capital **C6**
Wells Fargo **C2**
WHG **A4**

INÊS 249

Contas públicas Esforços de consolidação concentrados nas receitas são insuficientes para compensar flexibilizações fiscais de forma perene

Nova regra fiscal não contém déficit estrutural, diz MCM

Anaïs Fernandes
De São Paulo

Ainda que contemple uma regra para limitar os gastos, o atual arcabouço fiscal não tem conseguido conter o déficit estrutural brasileiro, que segue avançando em 2024, revertendo a tendência de melhora observada sob o regime fiscal imediatamente anterior e impondo temor a analistas sobre as perspectivas para as contas públicas.

O resultado primário (receita menos despesas, exceto gastos com juros) estrutural não considera eventos fiscais não recorrentes, nem o efeito cíclico derivado do nível de atividade econômica. É, como o nome sugere, uma medida mais estrutural e de longo prazo para as contas públicas do país.

O déficit primário estrutural do governo central brasileiro atingiu 2,4% do PIB no segundo trimestre deste ano, vindo de 2,1% no primeiro e de 1,1% no segundo trimestre de 2023, de acordo com um estudo da MCM Consultores.

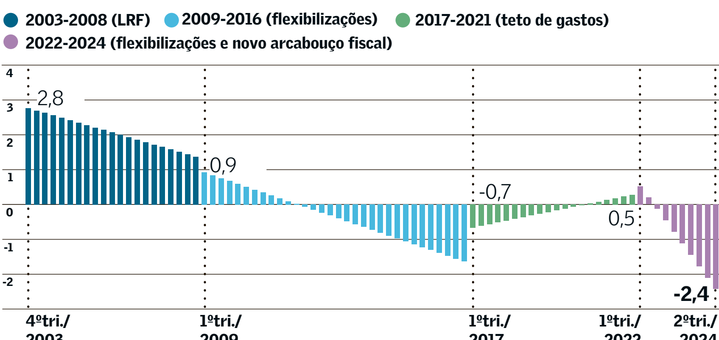
"Os esforços realizados visando a consolidação fiscal devem ser enaltecidos, mas estão focados em medidas pontuais do lado das receitas e em grandeza insuficiente para compensar as flexibilizações fiscais de forma perene", escrevem os economistas Renan Martins e Vitor Kayo, responsáveis pelos cálculos.

O primeiro passo para fazer a dívida pública, em relação ao PIB, se estabilizar e, depois, cair, é ter superávits primários estruturais, diz Martins. "Se o déficit começa a ser estruturalmente bem grande, o governo basicamente está falando que vai estar sempre tomando recursos emprestados do setor privado, a escalas crescentes, e nunca vai conseguir fazer a dívida se estabilizar ou reduzir com o tempo."

Martins e Kayo elaboraram uma medida de resultado primário do governo central ajustado por eventos extraordinários, como proporção do PIB e dessazonalizado. Eventos extraordinários são situações não recorrentes, em sua maioria, de valores grandes, que distorcem as contas. É o caso, por exemplo, dos leilões de exploração de barris do petróleo do pré-sal, que trouxeram R$ 84,6 bilhões em 2019, ou, por outro lado, do pagamento do estoque de precatórios atrasados, representando despesas de R$ 92,4 bilhões em 2023.

A MCM separou esse resultado primário do governo central ajustado em três componentes: um "cíclico normal", que relaciona o déficit ao ciclo econômico; um "cíclico em excesso", que reflete o que vai além da resposta ao ciclo econômico, e um estrutural, que captura a tendência de longo prazo.

Primário estrutural
Resultado do governo central, ajustado ao período - em % do PIB



Fonte: MCM Consultores

Analisando dados desde 2004, a MCM observou que o componente cíclico normal tem um papel importante na evolução do déficit brasileiro, contribuindo negativamente, ou seja, em momentos de fraqueza da economia, o déficit do país tende a crescer, devido à queda da arrecadação, por exemplo.

O componente estrutural, por sua vez, mostra que a tendência de longo prazo do déficit primário do Brasil é de piora, segundo a MCM. Mais do que isso: o país passou de superávits primários estruturais entre 2004 e 2015 para uma situação de déficit estrutural contínuo e crescente desde então.

Essa tendência de piora do componente estrutural, no entanto, perpassa períodos de mais ou menos aperto fiscal, nota a MCM. Por exemplo: embora a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) esteja em vigor até hoje, houve momentos em que ela representava uma restrição mais forte (no governo Lula 1 e em parte do Lula 2, por exemplo) e outros em que ela foi progressivamente flexibilizada, como no governo Dilma.

> "Vemos que tem um período em que ocorreu uma melhora"
> *Vitor Kayo*

Por causa dessas mudanças importantes da política fiscal brasileira ao longo do tempo, a MCM separou o resultado primário ajustado em quatro períodos, agregando políticas fiscais semelhantes dentro de um mesmo intervalo e separando-as quando houve alteração estrutural de regras ou eventos que mudaram o regime. "É como se a gente desse uma 'ajuda' para o modelo entender melhor o que estava acontecendo naquele período", explica Martins.

O exercício permitiu "adaptar" o comportamento estrutural às características dos regimes fiscais em vigor. "O componente estrutural agora revela que a deterioração estrutural do déficit fiscal variou em intensidade em cada período e até chegou a indicar uma melhora durante o período de 2017-2021, em que vigorou (com maior efetividade) o teto de gastos", afirmam Martins e Kayo no estudo.

Entre 2003 e 2008, a LRF e as metas críveis de superávit primário ditavam as regras fiscais. Os resultados positivos eram vultosos, em torno de 2,3% do PIB ao ano, nota a MCM. Parte relevante desse superávit pode ser considerada estrutural, segundo os economistas, embora esse componente tenha se reduzido lentamente ao longo do tempo.

Entre 2009 e 2016, houve várias flexibilizações fiscais e abatimentos da meta de superávit primário. Assim, a porção estrutural do resultado começa com superávit em 2009 e termina com déficit em 2016. Os componentes cíclicos vinham contribuindo positivamente na maior parte do período, mas também passaram a pressionar o déficit a partir de 2015.

De 2017 e 2021, a implantação do teto de gastos foi um marco, segundo a MCM. O componente cíclico pressionou o déficit durante todo o período e, como o processo de ajuste fiscal escolhido foi gradual, a posição ainda era de déficit estrutural, mas ele se mostrava cadente ao longo dos anos.

"Sem a divisão por períodos, a gente vê, a partir do modelo, uma tendência geral de deterioração contínua do componente estrutural. Com a decomposição, vemos que tem um período em que ocorreu uma melhora, mas que, depois, volta a piorar", diz Kayo.

De 2022 até agora, o que se viu foram, primeiro, exceções ao teto de gastos, e, depois, a aprovação do novo arcabouço fiscal. Em meados de 2022, por exemplo, em meio à corrida eleitoral, o aumento das despesas de benefícios e auxílios foi autorizado "sem qualquer análise de impactos ou compensação", diz a MCM. Com a mudança de governo, a "PEC da Transição" ampliou ainda mais as despesas obrigatórias, e o novo arcabouço fiscal, aprovado em 2023, chancelou esse aumento, afirma a consultoria.

Esse cenário é evidenciado pela ampliação do déficit estrutural até o segundo trimestre de 2024, o que, para a MCM, reforça a preocupação em relação aos resultados primários dos próximos anos. "Os debates sobre reformas estruturais das despesas não avançaram. Na verdade, avançaram no sentido contrário", dizem Martins e Kayo.

Tendo em vista, por ora, que não há "qualquer indicativo de que haverá reversão dessas políticas no curto prazo", afirmam, a tendência estrutural de déficits primários deverá ser mantida nos anos à frente.

As políticas de expansão fiscal — com aumento contínuo de despesas obrigatórias pelo lado dos gastos e ampliação de medidas de renúncia fiscal pelo lado das receitas — explicam, segundo a MCM, como a posição estrutural de superávits do Brasil no começo dos anos 2000 consolidou-se em uma posição estrutural de déficit.

Fernando Fenolio, economista-chefe da Wealth High Governance (WHG), diz que a sensação térmica da atividade econômica no Brasil hoje está muito boa, em grande medida, por causa dessa política fiscal expansionista.

> "A tendência atual é completamente insustentável"
> *Fernando Fenolio*

O governo tem dito que fará alguma contenção de despesas através de pentes-finos, por exemplo, na Previdência Social. "A gente acredita que alguma coisa vai acontecer porque a tendência atual é completamente insustentável", afirmou Fenolio em apresentação a clientes.

Se o governo entregar o ajuste que está propondo, nota, o impulso fiscal para o crescimento econômico se tornará negativo, especialmente a partir do quarto trimestre deste ano e em 2025. "Talvez a gente veja alguma desaceleração econômica no ano que vem, dado que o crescimento está sendo tão baseado no fiscal", disse Fenolio.

Em sua carta mensal de maio, a Adam Capital já observava que, ao contrário da maioria dos anos anteriores, a política fiscal expansionista brasileira de 2023 e 2024 é "pró-cíclica", ou seja, há impulso fiscal positivo quando a economia já está forte.

O problema é que em todos os cinco episódios anteriores em que a política fiscal foi pró-cíclica com economia pouco ociosa — 2007, 2010, 2012, 2013 e 2014 — a inflação (IPCA) subiu, em média, 1,37 ponto percentual nos anos seguintes, aponta a Adam.


Renan Martins: Déficit fiscal estruturalmente grande sinaliza dificuldade do governo para segurar a dívida pública

Mercado prevê rombo menor para este ano

Estevão Taiar
De Brasília

O mercado diminuiu em quase R$ 8 bilhões a sua estimativa para o déficit primário deste ano. A projeção para o resultado negativo do ano que vem também caiu. É o que mostra o Prisma Fiscal de agosto, divulgado nesta quarta-feira (14) pelo Ministério da Fazenda e baseado em estimativas de instituições financeiras, consultorias e gestoras de recursos. Os números foram coletados entre 8 de julho e 7 de agosto.

A estimativa, sempre mediana, para o déficit primário de 2024 passou de R$ 81,424 bilhões para R$ 73,5 bilhões na comparação mensal. A meta de resultado primário é de déficit zero para este ano, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima e para baixo. A banda de 0,25 ponto percentual equivale a algo entre R$ 28,8 bilhões para cima ou para baixo.

Já a estimativa de instituições financeiras, consultorias e gestoras de recursos para o déficit primário do ano que vem passou de R$ 95,341 bilhões para R$ 91,688 bilhões.

No caso da dívida bruta do governo geral (DBGG), principal indicador do estoque de endividamento público, a projeção do mercado passou de 77,46% para 77,72% no fim deste ano. O número é medido em relação ao PIB. Para 2025, a estimativa das instituições variou de 80,1% para 80,32% do PIB.

Por sua vez, a expectativa para a arrecadação federal de 2024 passou de R$ 2,612 trilhões para R$ 2,622 trilhões. No caso das receitas líquidas, passou de R$ 2,131 trilhões para R$ 2,135 trilhões. Já a projeção para as despesas totais do governo federal ficou praticamente estável, na casa dos R$ 2,209 trilhões.

Para o ano que vem, as projeções do mercado para essas variáveis ficaram em: R$ 2,751 trilhões (contra R$ 2,744 trilhões anteriormente); R$ 2,245 trilhões (contra R$ 2,235 trilhões); R$ 2,333 trilhões (ante R$ 2,343 trilhões na previsão anterior).

Conselhos profissionais ignoram LAI, diz TCU

Murillo Camarotto
De Brasília

Metade dos conselhos de fiscalização das profissões ainda não cumpre as determinações de transparência previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI), revelou uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) divulgada ontem. O plenário do órgão de controle alertou que o descumprimento da lei é grave e pode "macular as contas anuais do dirigente máximo" das entidades representativas.

O tribunal também estipulou um prazo de 60 dias para que conselhos divulguem em seus endereços eletrônicos, em formato de dados abertos e sem máscara, os nomes dos responsáveis, gestores e empregados, sejam estes ocupantes de cargo efetivo ou em comissão, "bem como dos particulares beneficiários de pagamentos recebidos".

Criados para regulamentar, supervisionar e fiscalizar o exercício de diversas profissões, de medicina à engenharia, os conselhos são obrigados a divulgar suas atividades, desde atos e normas publicados até nomeações, exonerações e processos disciplinares, além de prestação de contas anuais e realização de consultas e audiências públicas.

Esse padrão é importante para garantir a fiscalização do TCU e para dar maior transparência aos gastos dos conselhos com diárias, auxílios de representações e os chamados jetons, como são chamadas as indenizações pelo desenvolvimento de atividades judicantes, elaboração de pareceres e resoluções, relatórios de fiscalização, além do comparecimento em sessões plenárias e reuniões de diretoria, comissões e câmaras técnicas.

Em 2022, segundo o levantamento feito pelo tribunal, os conselhos desembolsaram quase R$ 6,5 bilhões em despesas. Os segmentos de engenharia e agronomia lideram, com gastos de R$ 1,45 bilhão, seguidos por medicina (R$ 814 milhões), enfermagem (698 milhões) e farmácia (R$ 537 milhões).

"A falta do controle adequado pode acarretar abuso no pagamento de verbas indenizatórias, ainda mais tendo em vista o caráter honorífico dos cargos de conselheiro", diz o relatório.

De acordo com os dados apresentados, 49% dos conselhos não publicam as informações em padrão aberto, como exigem os normativos vigentes. Em uma amostra aleatória de 48 conselhos que o fazem, apenas 28 publicam algum dado e, desses, somente 18 apresentam informações atualizadas referentes ao exercício de 2023.

Apesar de ainda estar longe do ideal, a transparência vem melhorando. Segundo o relatório de auditoria, o índice de conselhos que não publicavam nenhuma informação em padrão aberto era de 98% em 2022. "Esses dados demonstram que, apesar de cada vez mais conselhos publicarem informações em formato aberto, a qualidade desses dados publicados ainda é baixa e intempestiva", diz o documento.

De acordo com o TCU, todos os 556 conselhos profissionais em funcionamento no país foram formalmente contactados para responder a um questionário e apenas dois não teriam se manifestado. O objetivo da auditoria foi aprimorar a transparência das entidades, "com o intuito de possibilitar ações de controle (tanto oficiais quanto sociais) em benefício da sociedade", explicou o tribunal.

Curta

Brasil no FMI

O economista André Roncaglia será o próximo diretor-executivo do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), informou nesta quarta-feira, 14, o Ministério da Fazenda. Ele substituirá Afonso Bevilaqua, "que manifestou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a intenção de retornar ao país no fim de agosto", segundo a pasta. Roncaglia tem doutorado em economia do desenvolvimento pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, com graduação e mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atua como professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).





A ENTREGA DE UM ÍCONE LINDENBERG PARA O ITAIM
E A CIDADE DE SÃO PAULO.

Foto real da Praça.

ENTREGA 2024

135, 155, 191 E 314 M²

VISITE OS 3 DECORADOS NA TORRE

RUA CLODOMIRO AMAZONAS – 529 | ITAIM BIBI



11 3500-6170

Realização:



Realização, construção e intermediação:



Informações e imagens preliminares sujeitas a alterações. Forenza Incorporação SPE LTDA. Registro de Incorporação sob o nº 04 na Matrícula 198.457, do 4º Cartório Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, em 21/5/2021. Monza Incorporação SPE Ltda. Registro de incorporação sob nº 02, na matrícula 198.456, do 4º Cartório Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo em 27/11/2020. Intermediação: Lindenberg Vendas Ltda.: Rua Joaquim Floriano, 466, Ed. Corporate, 2º andar - CEP 04534-002 - CRECI: 20267-J. Houste.com Consultoria Imobiliária Ltda.: Rua Fernão Dias, 110, Cj. 5 e 6 – CEP: 05427-010 CRECI: 24596J. Obedecendo à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, a LINDENBERG trata os dados pessoais de seus titulares (potenciais clientes, visitantes e interessados, dentre outros), apenas com seu consentimento. Sendo assim, você, de alguma maneira nos autorizou a entrar em contato por meio de e-mail. Caso não queira mais se relacionar com a LINDENBERG por este canal, basta se descadastrar pelo e-mail dpo@lindenberg.com. br. Para entender como a LINDENBERG realiza o tratamento dos seus dados pessoais, basta acessar a Política de Privacidade no site www.lindenberg.com.br/politica-de-privacidade. Impresso em Agosto/24

INÊS 249

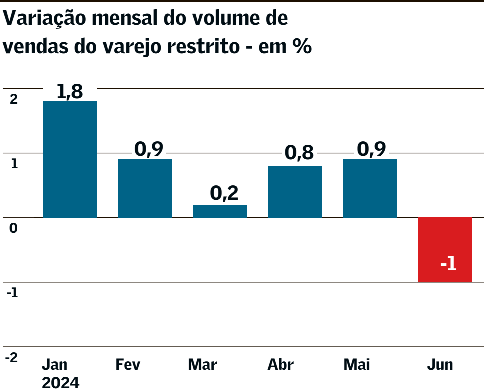
Conjuntura Vendas no conceito restrito recuaram 1% em junho, ante expectativa de estabilidade

Varejo cai em junho e entra em 'acomodação'

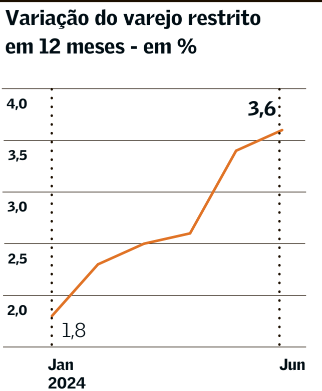
Acomodação

Varejo do Brasil tem resultado mais fraco em junho, mas segue em patamar elevado

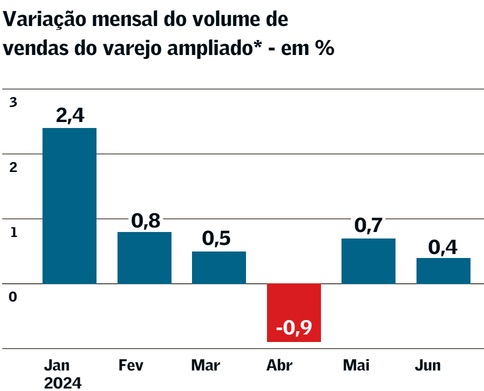
Variação mensal do volume de vendas do varejo restrito - em %



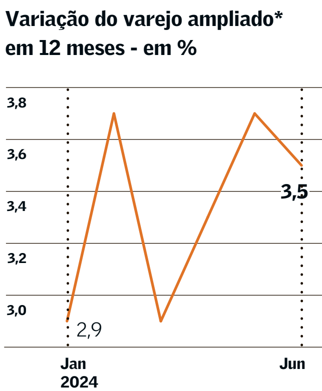
Variação do varejo restrito em 12 meses - em %



Variação mensal do volume de vendas do varejo ampliado* - em %



Variação do varejo ampliado* em 12 meses - em %



Variação do varejo ampliado*, por Estado - em %

Estado	Mai/24 x abr/24	Jun/24 x mai/24
Rio Grande do Sul	-6,9	13,8
Mato Grosso do Sul	-0,5	4,8
Paraíba	1	4,5
Santa Catarina	1	2,6
Paraná	-0,9	2
Rio Grande do Norte	-1,3	1,1
Mato Grosso	2,6	0,6
Rondônia	-3,1	0,4
Maranhão	1,2	0,4
Alagoas	0,8	0,4
Pernambuco	-1,2	0,3
Amazonas	-0,3	0,1
Ceará	4,8	0,1
Goiás	-2,6	0,1
Sergipe	1,5	0
Pará	-2,2	-0,1
Bahia	-0,5	-0,3
Distrito Federal	0,7	-0,3
Espírito Santo	2	-0,4
Minas Gerais	2	-0,5
Rio de Janeiro	-0,7	-0,8
São Paulo	1,8	-0,8
Roraima	-5,7	-1
Piauí	-0,1	-2,6
Acre	-0,1	-2,7
Tocantins	2,9	-4,1
Amapá	4,5	-9,4

Fonte: IBGE. *Inclui veículos, material de construção e "atacarejo"

Anaïs Fernandes e Alessandra Saraiva
De São Paulo e do Rio

O resultado do varejo brasileiro em junho veio abaixo do projetado pelos economistas, que já esperavam números mais fracos do que nos últimos meses. Os dados reforçaram a perspectiva de que o segundo semestre será de acomodação no setor. As informações não alteraram, porém, as avaliações de que o Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre será forte e o varejo fechará 2024 com alta.

O volume de vendas do varejo restrito recuou 1% em junho, ante maio, quando subiu 0,9%, divulgou ontem o IBGE. A retração de junho foi a primeira queda mensal do ano. O desempenho também foi pior do que a mediana das projeções do Valor Data, que indicava estabilidade. Em relação a junho de 2023, o varejo restrito subiu 4% e, em 12 meses, avança 3,6%.

O volume de vendas do varejo ampliado — que inclui veículos, material de construção e atacarejo e é mais relevante para estimativas de PIB — subiu apenas 0,4% em junho, ante maio, abaixo da mediana de 1,3% do Valor Data. Em relação a junho de 2023, a alta foi de 2% e, em 12 meses, de 3,5%.

"Não é um resultado que mostre tendência negativa para o varejo. É mais uma acomodação", diz Isabela Tavares, economista da Tendências Consultoria.

A base comparativa muito alta, com o varejo restrito, por exemplo, atingindo patamar recorde em maio, ajuda a explicar a queda em junho, segundo economistas. "De qualquer forma, o nível do varejo é bom", afirma a Kínitro Capital em relatório.

Economistas destacam o equilíbrio entre taxas positivas e negativas, já que quatro das oito atividades pesquisadas no varejo restrito recuaram entre maio e junho. Registraram queda hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,1%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,8%), tecidos, vestuário e calçados (-0,9%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-0,3%).

"Já esperávamos que alguns segmentos fossem devolver, por causa da base de comparação alta, como supermercados", diz Tavares.

Segundo Cristiano Santos, gerente da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, as quedas ainda podem ser explicadas pelos aumentos nos preços. "Apesar de o índice geral da inflação ter diminuído em junho, o principal fator inflacionário naquele mês foi a alimentação no domicílio."

Por outro lado, registraram alta

> "Varejo deve experimentar momento de recalibragem"
> *Geórgia Veloso*

combustíveis e lubrificantes (0,6%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (1,2%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,8%) e móveis e eletrodomésticos (2,6%).

No varejo ampliado, houve altas ainda de 3,9% em veículos, motos, partes e peças e de 4,8% em material de construção. "Isso, em parte, está atrelado ao Rio Grande do Sul, à reconstrução das casas, recompra dos bens perdidos. É um movimento que ajudou os bens duráveis", diz Tavares, mencionando também o efeito pós-enchente para a alta dos eletrodomésticos.

Ela nota que, no varejo ampliado, o Rio Grande do Sul foi o Estado com o maior crescimento em junho, de 13,8% ante maio, quando caiu 6,9% em meio a enchentes.

"Vemos sinais de recuperação. O aquecimento do varejo no Rio Grande do Sul era esperado por causa da reestruturação e da atuação do governo via crédito, que trazem efeitos positivos mais rápidos aos segmentos-chave, o que pode causar essas variações mais expressivas", diz Geórgia Veloso, economista do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Com o resultado de junho, o varejo restrito subiu 1,5% no segundo trimestre, e o ampliado, 0,3%. "O segundo trimestre mostrou um ritmo um pouco mais lento do que no primeiro, mas ainda é um bom dinamismo", diz Tavares.

A "herança estatística" para o terceiro trimestre está em -0,3% no restrito e em +0,5% no ampliado.

A partir do segundo semestre, como já antecipou o mês de junho, o varejo brasileiro deve experimentar um momento de "recalibragem", diz Veloso. "Tem a inflação um pouco persistente, a questão do dólar, que ainda é incerta, e a possibilidade de um novo aperto monetário por parte do Banco Central. São fatores que acabam influenciando um pouco a decisão de compra dos consumidores e trazendo impactos para o varejo."

A expectativa da Tendências para o segundo semestre também é que o varejo mantenha níveis mais "acomodados".

"Os volumes continuam altos, principalmente por causa do bom desempenho do mercado de trabalho, com renda e ocupação aquecidos. Mas a gente não prevê que o varejo volte a mostrar um crescimento tão forte na margem como teve até maio", diz Tavares.

Mdic quer tirar 'jabutis' de PL das eólicas em alto mar

Robson Rodrigues
De Fortaleza

O governo federal quer promover uma força-tarefa no Congresso para derrubar o maior número de emendas incluídas no marco legal das eólicas em alto-mar (PL 11.247/2018), que originalmente criava um arcabouço para a exploração de energia eólica offshore.

O secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Rodrigo Rollemberg, disse ao **Valor** que o esforço é para aprovar o PL sem os chamados "jabutis" — dispositivos estranhos ao tema original —, que encarecem a tarifa do consumidor, mas reconhece que isso depende da negociação no Congresso.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



> "A posição do governo é aprovar o marco sem onerar o consumidor"
> *Rodrigo Rollemberg*

O projeto de lei faz parte da chamada "agenda verde" do governo, mas tem sido fortemente criticado por agentes do setor elétrico, já que aprovação do projeto com as emendas deve aumentar a conta de luz do consumidor em cerca de R$ 25 bilhões por ano até 2050, segundo cálculo da consultoria PSR, além de incluir incentivos a fontes "sujas".

Ele ressalta que a aprovação do PL é fundamental para desenvolver o setor eólico no Brasil — que vem passando por um processo crescente de desindustrialização na cadeia de suprimentos —, mas defende que isso não onere a baixa renda.

"As dificuldades que as empresas eólicas hoje estão passando em função do excesso de oferta e crise de demanda é uma preocupação, então os parlamentares entendem que isso é uma sinalização importante para o setor", diz Rollemberg durante o evento Fiec Summit 2024.

As emendas inseridas no texto incluem a contratação de térmicas a gás, manutenção de usinas a carvão mineral, postergação do prazo para renováveis entrarem em operação com subsídios, contratação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), postergação do prazo para geração distribuída entrarem em operação com subsídio, construção de planta de hidrogênio, extensão dos contratos do Proinfa e contratação específica para eólicas no Sul.

Os jabutis inseridos no PL são considerados "fogo amigo" no governo, já que alguns pontos foram incluídos por deputados da base aliada. Rollemberg ressalta que, sem o marco, o Brasil corre o risco de perder investimentos para outros lugares do mundo.

"Eu diria que é a defesa de um interesse regional por parte destes parlamentares. Isso faz parte do jogo político, mas a posição do governo é garantir a aprovação do marco regulatório sem onerar o consumidor. Eu espero que isso possa acontecer no próximo esforço concentrado do Senado Federal", afirma.

Rollemberg afirma que já estão em andamento negociações com o relator Weverton Rocha (PDT/MA) para a retirada dos subsídios, mas ressalta que essa decisão está condicionada a acordos políticos. A eliminação dos incentivos às usinas de carvão no Sul do Brasil também permanece incerta.

Dirigentes e empresários do setor eólico demonstram pessimismo, uma vez que o segmento carbonífero argumenta que a medida poderia prejudicar a recuperação econômica do Rio Grande do Sul, que possui cerca de 90% das reservas de carvão do país, além de intensificar os impactos sociais.

O Mdic tem o apoio do Ministério de Minas e Energia. O ministro Alexandre Silveira (PSD/MG) tem criticado abertamente as emendas do PL. Em audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados na terça-feira (13), disse que "não dá para defender a aprovação do monstrengo que está colocado no Senado", referindo-se ao PL.

Existem 234 projetos à espera de aprovação no Ibama e isso só deve acontecer se o marco legal das eólicas offshore for aprovado. Se o governo não conseguir barrar as emendas, isso pode ser ruim para a imagem do presidente Lula, que tem cobrado um esforço para conter a alta na conta de luz.

O repórter viajou a convite da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec)

Ministério mira preços de refinarias privatizadas

Rafael Bitencourt
De Brasília

O Ministério de Minas e Energia (MME) enviou nesta quarta-feira ofício ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e à Agência Nacional do Petróleo (ANP) para que avaliem o suposto abuso de preço na comercialização de combustíveis por parte das refinarias privatizadas no governo anterior. O acompanhamento foi feito de maio de 2019 a maio de 2024.

Os documentos fazem referência ao aumento desproporcional de margem praticada especialmente pela Refinaria de Manaus (Reman), do Grupo Atem. O ministério fez comparações com os preços internacionais e os valores de revenda da Petrobras e da Acelen, do fundo dos Emirados Árabes Mubadala Capital, da Refinaria de Mataripe (BA).

"Verifica-se que as refinarias privatizadas, em especial a refinaria da Amazônia, têm praticado preços significativamente superiores não apenas dos demais fornecedores primários, como também do próprio preço de paridade de importação", ressaltam os ofícios, obtidos pelo **Valor**.

O ministério mapeou a evolução dos preços da gasolina, do óleo diesel e do gás liquefeito de petróleo (GLP, ou gás de cozinha). No ofício, o ministro Alexandre Silveira ressalta que "há uma tendência de aumento persistente no incremento de margens no setor de distribuição e de revenda desses combustíveis".

Ao diretor-geral da ANP, Rodolfo Sabóia, e ao presidente do Cade, Alexandre Cordeiro, o ministro pede que, caso confirmadas as suspeitas, sejam adotadas "providências para identificar eventuais práticas anticoncorrenciais, especialmente nos elos de distribuição e revenda, visando à busca por um ambiente de mercado saudável e competitivo".

A Petrobras fechou acordo com o Cade, em 2019, para vender oito refinarias e, assim, diminuir a concentração de mercado nas mãos da estatal. A venda dos ativos não chegou a ser concluída e Silveira, ao assumir a pasta, sinalizou que retomaria os ativos.

No período analisado, o ministério o preço do GLP ao consumidor final cresceu 47%, com acréscimo no preço de revenda de R$ 14,98 a cada botijão de 13 kg.

O documento indicou que, no caso da refinaria da Amazônia, a planta "vem operando apenas como terminal [portuário] desde meados do primeiro semestre", quando interrompeu a produção de derivados de petróleo.

Por meio da associação Refina Brasil, as refinarias privatizadas informaram que o ofício do MME "inverte a lógica dos fatos, dado que é a Petrobras o agente dominante", com 93% do mercado de petróleo e 60% do refino.

"O ministério ignora os pedidos de correção das distorções regulatórias e concorrenciais extensamente noticiadas e notificadas ao MME, Cade e ANP, como a defasagem do preço de referência do petróleo, a impossibilidade de aquisição de petróleo a preços competitivos, prática de preços predatórios pelo agente dominante", destacou a entidade, que se comprometeu a acompanhar "com atenção" os desdobramentos do caso.

Silveira defende fontes 'verdes' e Margem Equatorial

De Brasília

Em debate sobre transição energética, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu a valorização das fontes de energia "limpa" ao mesmo tempo em que falou da importância de dar continuidade à exploração de petróleo no país, inclusive a extração de óleo e gás da Margem Equatorial.

"Não há salvação fora da economia verde, independentemente das discussões que começaram sob o ponto de vista acadêmico, da necessidade da transição energética para se evitar os diversos efeitos climáticos dos gases de efeito estufa", disse o ministro no "Diálogos Capitais - Um Projeto de Brasil", promovido pela "Carta Capital".

Desde o início do governo, Silveira tem travado embates com as áreas de licenciamento ambiental, especialmente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), sobre a atividade exploratória da Petrobras na Margem Equatorial — região costeira é considerada a nova fronteira de exploração de petróleo no Brasil, que vai desde o litoral do Amapá até o do Rio Grande do Norte. Em áreas adjacentes, o potencial de produção permitiu forte expansão do PIB de países vizinhos, como no caso da Guiana.

Durante o evento, o ministro defendeu o aproveitamento das "potencialidades" que o país tem no campo energético devido à grande disponibilidade de recursos naturais renováveis, como água, ventos e luz solar. E lembrou de encontro com o papa Francisco neste ano no Vaticano, quando tratou da necessidade da transição energética ser "justa, inclusiva e equilibrada, respeitando a soberania dos países"

"Vou defender isso no G20 e vou defender isso na COP [30, em Belém]... o Brasil, pela sua pluralidade energética nacional, pode dizer que a transição deve se dar de forma justa, inclusiva — gerando emprego e incluindo as pessoas — e equilibrada, porque não podemos deixar de conhecer as nossas potencialidades da Margem Equatorial respeitando, dentro da mais rigorosa determinação da nossa legislação ambiental, mas sem extremismo ambiental ou ideológico", destacou Silveira. *(RB)*

INÊS 249

Relações externas Lideranças do Y20 debatem temas como mudanças climáticas, impacto da tecnologia no mercado de trabalho e inclusão social

Juventude quer discutir agora, no G20, futuro global

REPRODUÇÃO/YOUTUBE



Live do Y20: protagonismo jovem no debate para trazer ao presente os grandes desafios globais do futuro



"O Globo", do Rio

Enquanto o debate sobre os grandes desafios globais busca discutir as possíveis mudanças do futuro, um grupo destaca que as ações precisam começar já, no presente. Os jovens querem ter sua voz ouvida e têm sua agenda de prioridades, que passam por discussões como o combate às mudanças climáticas, a inclusão social e o impacto da tecnologia no mercado de trabalho. Na manhã desta quarta-feira, 14, três lideranças que participam deste cenário falaram sobre alguns dos principais temas na live promovida por "O Globo", **Valor** e rádio CBN. O papel dos projetos que geram diálogos e atuações, independente de sua área de atuação, foi um dos destaques de como a articulação possibilita transformações.

A cidade do Rio de Janeiro recebe, até o próximo dia 17, encontros do Youth20 (Y20), o grupo de engajamento de juventude do G20, que reúne 19 grandes economias do mundo mais a União Europeia e a União Africana.

O atual presidente do Y20, Marcus Barão, contou sua própria experiência a partir da participação em um projeto voltado para a juventude em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, quando era adolescente. O Juventude com Propósito, hoje descontinuado, oferecia rede de apoio, oportunidade de formação e acesso a atividades culturais, contou.

"É muito importante não menosprezar o poder das microrrevoluções. Eu, particularmente, comecei a trabalhar com juventude porque fui alcançado por um projeto de juventudes em Nova Iguaçu. Sou carioca, mas fui criado em Nova Iguaçu", disse Barão. "Foi muito interessante porque ali naquele projeto eu tomei a decisão de que trabalharia com juventude. Hoje, com o G20, mas já trabalhei com jovens no Mercosul, nos países do Brics, com diferentes agências, fundos e programas."

O presidente do Y20 destaca como crê que ações voltadas aos jovens podem gerar frutos em integrá-los e despertar o interesse em multiplicar aprendizados e ações visando a melhoria da sociedade em que estão inseridos. "Quantas outras vidas também não foram transformadas naquele projeto e que, hoje, alcançam a vida de outras pessoas? Muito cedo aprendi a não menosprezar, ao contrário, a valorizar e reconhecer que aquilo que é grande, as grandes articulações são um conjunto de muitos pequenos esforços de muita gente que tem feito diferença na vida das pessoas nos seus territórios, que é onde a vida acontece."

Rene Silva, representante do F20 (grupo social do G20), teve o início de sua trajetória como um comunicador no espaço da favela, a partir do Morro do Adeus, no Complexo do Alemão, onde de forma artesanal começou o Voz das Comunidades aos 11 anos de idade, que se transformou em um jornal comunitário independente. "A gente tem muitas iniciativas, muita gente que hoje eu me inspiro nas histórias e provocações porque acho necessário que a gente faça vários tipos de provocações para mostrar como o jovem brasileiro, como o jovem do mundo está engajado e está participando desses debates", destaca. "Muito se fala sobre influência digital, com várias nomenclaturas, quando, na verdade, temos uma população jovem que tem feito um trabalho muito importante, influenciando e inspirando outras pessoas."

> "A gente falava muito 'o futuro', mas temos que falar do presente"
> *Rene Silva*

A necessidade do agir agora, a partir do pensar e refletir o futuro, permeia as discussões. Embora com questões que possam ser semelhantes, a pluralidade da juventude no próprio Brasil também é um ponto-chave para o pensar local e as particularidades. No Y20 foram estabelecidos cinco temas prioritários durante a presidência brasileira do G20: combate à fome, à pobreza e às desigualdades; reforça do sistema de governança global; mudanças climáticas, transição energética e desenvolvimento sustentável; inclusão e diversidade; e a inovação e o futuro do mundo no trabalho.

"A gente falava muito, antigamente, 'o futuro', mas temos que falar do presente, do agora. Essas agendas que são muito futuristas, cada vez mais os problemas das mudanças climáticas, dos problemas que afetam nossas vidas, nosso cotidiano, estão nos atingindo mais rápido", diz Silva. "É necessário que haja um esforço, inclusive não só desses jovens, mas precisa ter um estímulo do governo estadual, municipal, federal, das empresas, dos empresários, da mídia, com um papel fundamental importantíssimo a dar visibilidade. Essas discussões que estão ocorrendo no Y20 são necessárias."

Entre os dados citados na conversa está o relatório da Unicef que estima 1 bilhão de crianças e adolescentes, quase metade da população de menores no mundo, vivendo em países com risco extremamente alto de sofrer efeitos da crise climática. Marcele Oliveira, diretora-executiva do Perifalab (rede de coletivos independentes de favelas), falou da luta para construção de espaços verdes em áreas urbanas, que vão de hortas comunitárias a revitalização de praças e construção de parques.

A zona oeste do Rio tem, entre seus marcos, os registros das maiores temperaturas do município — o que ainda inclui a sensação térmica que, neste ano passou de 60°C. Era reivindicação popular a criação de uma área verde na região. No fim de 2022 foi iniciada a construção do Parque Susana Naspolini, em Realengo, entregue em junho deste ano. "Essas soluções que a gente cria são também olhando para aquilo que está no nosso dia a dia se apresentando e que precisa de uma reação, de uma resposta urgente", diz Oliveira. "Um parque na periferia faz diferença para essa juventude. Há cinco anos, quando o parque não era uma verdade, a gente ouvia de diversas frentes que parque não era necessidade, que era saúde, que a necessidade é hospital, é qualquer outra coisa", lembra.

O parque foi criado com tecnologias pautadas em promover o bem-estar urbano, com medidas que prometem amenizar situações climáticas tanto de extremo calor como de intensas chuvas. Uma das apostas foi o plantio de 3.700 árvores, o que deve aliviar as altas temperaturas tanto no espaço como em seu entorno. Já o sistema de captação de água das chuvas foi pensado para auxiliar na prevenção de enchentes na região.

"Acho que o papel da juventude é olhar e pensar que a gente não quer ter que escolher. Ter que escolher em prol, detrimento, de outra coisa que eu também quero. A gente não vai trocar uma melhoria por outra melhoria. Tudo tem que melhorar, tudo tem que avançar junto", salienta Marcele Oliveira.

Os avanços da tecnologia e como pode ser usada no cotidiano para gerar autonomia, conhecimento e divulgar repertórios também entraram na discussão. Os participantes falaram sobre o papel da tecnologia na educação, inclusive em sala de aula, a partir de políticas públicas. Também pode ser usada como ferramenta para aproximar o outro de seu espaço e para conectar quem quer ajudar a quem precisa.

O projeto G20 no Brasil tem o governo do Rio de Janeiro como Estado anfitrião, Rio capital do G20 como cidade anfitriã, patrocínio de JBS e realização dos jornais "O Globo" e **Valor Econômico** e rádio CBN.

TCU inicia debate de permanência da Changi no Galeão

Paula Martini
Do Rio

O Tribunal de Contas da União (TCU) começou a discutir nesta quarta-feira as condições para a permanência da cingapuriana Changi Airports na concessão do aeroporto internacional do Rio, o Galeão. O debate, que envolve órgãos do governo e representantes da concessionária, pode levar até 120 dias para ser concluído.

A discussão é arbitrada pela Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso) do TCU, criada em 2022 para atuar na mediação de contratos de licitação. O órgão realizou a primeira mesa de negociações sobre o aeroporto carioca nesta quarta (14).

Participam das conversas representantes do TCU e demais órgãos do governo, como Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Secretaria de Aviação Civil (SAC), e Advocacia-Geral da União (AGU), além de membros da concessionária. A expectativa é que, com o acordo entre as partes, seja possível assinar o termo aditivo do Galeão.

De acordo com o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, os principais pontos sobre a mesa são a revisão do valor de outorga, espécie de licença para explorar o ativo da União, e a priorização de investimentos por parte da concessionária.

"A concessionária acha que alguns investimentos não são necessários agora e que há outros investimentos mais importantes para fazer. Isso tem que ser discutido para poder buscar a melhor solução", afirmou Franca ao **Valor**.

O secretário explicou que o pleito da empresa foi inicialmente apresentado à Secretaria de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos, e encaminhado ao TCU. "Nós temos concessões sustentáveis, com condições de seguir e poder ter um contrato ativo. Mas existe uma limitação da legislação, dos próprios contratos que foram assinados entre as partes, e a gente precisa discutir isso e buscar a melhor solução possível para poder avançar ou iniciar um processo de relicitação", disse.

A secretaria tem o prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 30, para chegar a uma solução consensual sobre a concessão. Em caso de acordo, o Ministério Público junto ao TCU é acionado e será designado um ministro relator para apresentar o processo ao plenário da corte.

O Galeão foi arrematado em 2013 pela concessionária RioGaleão, controlada pela cingapuriana Changi com participação minoritária da Infraero. O contrato de concessão começou em 2014, com previsão de término em 2039. A assinatura se deu num período de otimismo no Estado, com a economia em expansão. Em fevereiro de 2022, porém, a Changi pediu para devolver a concessão à União. A empresa chegou a solicitar um reequilíbrio econômico e financeiro do contrato devido à queda de passageiros causada pela crise econômica e agravada pela pandemia, mas o pedido não foi atendido.

Em outubro do ano passado, a concessionária voltou atrás e formalizou ao Ministério de Portos e Aeroportos e à Anac interesse em permanecer na operação. O pedido veio na esteira das restrições impostas pelo governo federal ao aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio, para reverter o esvaziamento do Galeão.

Questionado sobre o assunto, o presidente da RioGaleão, Alexandre Monteiro, evitou dar detalhes. "O que eu posso dizer é que ninguém mantém uma conversa sem o objetivo de chegar a uma boa conclusão", resumiu.

Este mês, o governo prorrogou por 24 meses o prazo para relicitação do Galeão, a partir de 12 de agosto. Em nota, a concessionária informou que segue em conversas com o governo e o TCU "para buscar uma solução conjunta para a repactuação do contrato de longo prazo para concessão do Aeroporto Internacional Tom Jobim".

Enquanto o martelo não é batido, o Galeão comemora os bons resultados dos últimos meses e projeta recordes para 2024. Um deles é a movimentação de viajantes internacionais, que deve fechar o ano em 4,6 milhões.

O presidente da RioGaleão, Alexandre Monteiro, atribui o otimismo à coordenação dos aeroportos cariocas, iniciada em outubro do ano passado. A medida ganhou tração em janeiro, quando portaria do governo federal limitou de em 6,5 milhões o teto anual de passageiros no Santos Dumont.

> "Temos concessões sustentáveis, com condições de seguir"
> *Tomé Franca*

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 91008/2024 - FFLCH - UASG: 102108 - PROCESSO Nº: 154.00003620/2024-41

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 91008/2024 - FFLCH**, do tipo menor preço, cujo objeto é a contratação de **SERVIÇO DE CATALOGAÇÃO DE ITENS DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será **o dia 13/08/2024 a partir das 08h**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 27/08/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov" através do sítio **https://www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 13/08/2024 além da página do ComprasGov, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.

Telefónica

TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4
AVISO AOS ACIONISTAS
DELIBERAÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") comunica aos Senhores Acionistas que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 14 de agosto de 2024, aprovou a declaração de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"), nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei 9.249/95 e da Resolução CVM nº 143/2022, no montante bruto de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando no montante líquido de R$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), com base no balanço patrimonial de 31 de julho de 2024. O valor por ação está descrito na tabela abaixo:

Provento	Data da Declaração	Posição acionária	Valor Bruto por Ação	Imposto de Renda Retido na Fonte (15%)	Valor Líquido por Ação
Juros Sobre Capital Próprio	14/08/2024	26/08/2024	0,24359217033	0,03653882555	0,20705334478

Conforme previsto no artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, tais juros serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2024, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada em 2025.

O crédito dos JSCP será realizado de forma individualizada a cada acionista, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 26 de agosto de 2024. Após esta data as ações serão consideradas "ex-juros". O pagamento desse provento será realizado até 30 de abril de 2025, devendo a data ser oportunamente definida pela Diretoria da Companhia.

Os valores dos JSCP por ação poderão sofrer ajustes considerando a base acionária da Companhia a ser verificada em 26 de agosto de 2024 em função de eventuais aquisições de ações dentro do Programa de Recompra de Ações da Companhia em vigor.

Os acionistas imunes ou isentos do imposto de renda, de acordo com a legislação vigente, deverão fazer prova de tal condição, até o dia 30 de agosto de 2024, junto ao Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S.A., instituição depositária de ações escriturais, situado na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo Velho, subsolo – Vila Yara – CEP: 06029-900 – Osasco - SP.

São Paulo, 14 de agosto de 2024.
David Melcon Sanchez-Friera
CFO e Diretor de Relações com Investidores
Telefônica Brasil – Relações com Investidores
Tel: +55 11 3430 3687
Email: ir.br@telefonica.com
https://ri.telefonica.com.br/pt

Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 353.001.819.48
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 31/07/2024, às 12h, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Conselheiros Fiscais titulares Sérgio Tuffy Sayeg, Paulo Sergio Aldrighi e José Boeing; e Conselheiros Fiscais suplentes Eduardo Georges Chehab, José Dimas Gurgel e João Alberto Gomes Bernacchio, eleitos em AGO realizada em 17/04/2024. **MESA:** Presidente: Sérgio Tuffy Sayeg, Secretário: Paulo Sergio Aldrighi. **ORDEM DO DIA:** **(i)** analisar e discutir sobre o "Relatório de recomendações para aprimoramento de controles internos", elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em conexão com as demonstrações financeiras em 31/12/2023, acompanhado dos comentários e planos de ação da Administração; e **(ii)** analisar e discutir sobre o Formulário de Informações Trimestrais - ITR, o balancete e demais documentos relativos ao 2º trimestre do exercício social de 2024. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os membros do Conselho de Fiscal, quanto ao **item (i)**, consideraram adequadas as informações prestadas, destacada a ausência de apontamento de deficiências significativas; e quanto ao **item (ii)**, finalizada a análise e discussão sobre minutas recebidas antecipadamente sobre o 2º ITR 2024, com esclarecimentos prestados em reuniões antecedentes pelos diretores da Companhia e complementadas pela apresentação dos representantes da PwC e respectivo Relatório sobre a revisão do 2º ITR 2024, consideraram que as informações estão em conformidade para divulgação ao mercado. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavrasse a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada pelos membros presentes. São Paulo, 31/07/2024. Conselheiros Fiscais titulares: Sérgio Tuffy Sayeg, Paulo Sergio Aldrighi e José Boeing. Conselheiros Fiscais suplentes: Eduardo Georges Chehab, José Dimas Gurgel e João Alberto Gomes Bernacchio. Paulo Sergio Aldrighi - **Secretário.** JUCESP nº 301.046/24-4 em 12/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Oi S.A. - Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME nº 76.535.764/0001-43 - NIRE 33.3.0029520-8
Companhia Aberta

Resumo do Extrato do Subitem (ii) do único item da Ordem do Dia da Ata da Reunião Extraordinária de Diretoria realizada em 21 de junho de 2024. Foi realizada reunião de Diretoria da Companhia no dia 21 de junho de 2024, por circuito deliberativo, com a presença da totalidade dos diretores, quando foi deliberado e aprovado, dentre outras matérias, o seguinte tema: "*Alienação de Imóveis", subitem (ii) Curitiba - Paraná*". Assinaturas Mesa: Mateus Affonso Bandeira - Presidente de Mesa; e Daniella Geszikter Ventura - Secretária. **AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão (A íntegra do extrato do Subitem (ii) da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Valor Econômico (valor.globo.com) e no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) - JUCERJA nº 00006326494 em 05/07/2024.**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
Processo Administrativo SEI nº 2024.110222.11363
Processo SIGA: SES/00027/2024
Pregão Eletrônico nº 02/2024-SES
AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES, inscrita no CNPJ sob nº 02.973.240/0001-06, sediada na Av. Carlos Cunha, s/nº, Bairro do Calhau, São Luís – MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizar-se-á no dia **28/08/2024 às 09h00min (horário de Brasília)**, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"Aquisição de Medicamentos do Grupo 2 do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde – CEAF/MS, conforme Portaria GM/MS nº 1554/2013 (alterada pela Portaria GM/MS nº 1.996/2013), visando atender às necessidades Gerência de Assistência Farmacêutica – GERAFARM,** conforme as condições, especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital"; O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site www.csl.saude.ma.gov.br, sendo presidida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro desta SES e realizada através do Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Informações: Comissão Permanente de Contratação – CPC (subsolo), no e-mail: licitases@saude.ma.gov.br e telefones: (98) 3198-5559 e 3198-5560.

São Luís - MA, 09 de agosto de 2024
Chrisane Oliveira Barros
Pregoeira da SES



A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA E O DESAFIO DE SE TORNAR COMPETITIVA

A nova política industrial brasileira visa resgatar o destaque do setor no país, que já representou um terço do PIB há 20 anos, e pavimentar o caminho para a efetiva participação do Brasil na elaboração de estratégias para um planeta sustentável. Neste evento presencial, vamos discutir como levantar recursos para a inovação e soluções concretas capazes de viabilizar a transição energética e a inclusão no setor industrial. **Participe.**

21 AGOSTO
A PARTIR DAS 9H30

AUDITÓRIO EDITORA GLOBO
RUA MARQUÊS DE POMBAL, 25
CENTRO/ RJ

PAINEL 1 - 10H: A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA, SEU FINANCIAMENTO E SEU IMPACTO NA VIDA DAS PESSOAS



José Luis Pinho Leite Gordon
Diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES



Naercio Menezes Filho
Professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper



Rafael Lucchesi
Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI e diretor-superintendente do Sesi



Lu Aiko Otta
Repórter especial do Valor Econômico [mediação]

PAINEL 2 - 11H: PASSO A PASSO PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL: O QUE PENSAM AS EMPRESAS BRASILEIRAS



Ailtom Nascimento
Vice-presidente do Grupo Stefanini



David Canassa
Diretor-executivo da Reservas Votorantim



Jandaraci Araújo
Cofundadora do Conselheira 101



Luciana Ribeiro
Sócia-fundadora da EB Capital



Frederico Goulart
Jornalista da Rádio CBN [mediação]

CLIQUE AQUI E INSCREVA-SE PARA O EVENTO

ESTADO ANFITRIÃO



CIDADE ANFITRIÃ



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



Bala de festim escancara a guerra



Maria Cristina Fernandes

A reportagem de Glenn Greenwald e Fabio Serapião sobre o uso que o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes fez do poder de polícia do Tribunal Superior Eleitoral quando o presidia trouxe à tona personagens e diálogos de um enredo conhecido, de métodos controversos, mas lícitos.

Já se sabia que esses diálogos existiam desde que Eduardo Tagliaferro, ex-perito criminal do TSE, foi preso por agressão à mulher em maio, em São Paulo. Frustrado na expectativa de ser ajudado por ministro que já foi secretário de Segurança paulista, Tagliaferro também foi demitido um mês antes de Moraes deixar a presidência do TSE.

O momento em que o arsenal do ex-perito vem à tona é mais eloquente do que o conteúdo até aqui divulgado. Menos de 24 horas depois, deu-se nova exibição da mediocridade histriônica de Pablo Marçal, no debate de "O Estado de S.Paulo" com candidatos à prefeitura da capital.

Marçal está a negócios na disputa. Com os cortes dos ataques, tem multiplicado seus seguidores nas redes, que se iniciaram com o marketing da pilantragem ("aprenda inglês dormindo") e se firmaram em comunidades de extrema direita afeitas a armas e a discurso de ódio contra mulheres. Além de investir nos negócios que duplicaram seu patrimônio em um ano, mantém mobilizada a comunidade bolsonarista raiz.

Apesar de o ex-presidente apoiar formalmente outro candidato, o prefeito Ricardo Nunes, é Marçal quem atiça sua base para que possa ser mobilizada em momentos como este, de ofensiva contra o alvo número 1 do bolsonarismo. A nacionalização da campanha é diferente daquela imaginada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Marçal não teria como fazer tão bons negócios nem prestar serviços ao bolsonarismo se uma legislação efetiva contra notícias falsas já tivesse sido aprovada. A extrema direita no Congresso pressiona contra sua aprovação e o Centrão cede a seus caprichos porque deles faz uso.

Moraes milita por esta lei, mas inexiste meio de campo capaz de negociar sua aprovação em troca da conclusão dos três inquéritos que dirige, das "fake news", milícias digitais e tentativa de golpe, e que lhe proporcionam concentração de poder inaudita.

O primeiro, também chamado de inquérito do "fim do mundo", já tem cinco anos. A prorrogação tem sido justificada pelo fracasso em institucionalizar o combate às notícias falsas com uma lei. Na presença do inquérito e na ausência da lei, surge Marçal.

Enquanto o candidato do PRTB alopravа no debate, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado derrubava trecho de decreto presidencial que proibia a instalação de clubes de tiro a menos de um quilômetro de escolas — outra demonstração de força do bolsonarismo do momento.

Moraes não parecia desconhecer seus excessos. O recuo dos últimos meses ganhou tração com a soltura do ex-diretor geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques e do ex-assessor de Bolsonaro Felipe Martins. Não adiantou. Até porque a roda não parou de girar.

A reportagem já estava no ar quando o ministro autorizou o bloqueio das redes sociais do senador Marcos do Val (Podemos-ES) e de sua conta bancária. O senador fez publicações contra delegado da Polícia Federal executor de ordens emanadas do inquérito do 8 de Janeiro. Do Val ainda publicou vídeos de crianças criticando o delegado. As crianças são filhas do blogueiro Oswaldo Eustáquio, que moram em Brasília. O blogueiro, que está foragido na Espanha, teve prisão determinada por Moraes.

Na manhã desta quarta-feira, Do Val lançou-se candidato à presidência do Senado tendo por bandeira o impeachment de Moraes, que acabou de ganhar outro pedido, do senador Eduardo Girão (PL-CE). O bolsonarismo não tem os 54 votos para isso, nesta legislatura. A candidatura, nesse clima de acirramento com o STF, é água no moinho favorito, o do senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Para conter as pretensões bolsonaristas à mesa, o presidente da CCJ do Senado se enche de argumentos para arrancar mais concessões do Executivo aos seus feudos. Se Alcolumbre e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretendiam se valer da investida contra Moraes para conter a ação do STF contra a opacidade das emendas parlamentares, o ministro Flávio Dino resolveu dobrar a aposta. A Corte que começa a votar nesta sexta a decisão liminar de Dino contra as "emendas Pix" foi surpreendida nesta quarta com outra decisão do ministro suspendendo todas as emendas impositivas.

Também na sexta-feira finda o prazo para o procurador-geral da República, Paulo Gonet, decidir se vai denunciar Bolsonaro pela muamba das joias sauditas. A primeira pressão sobre a PGR veio da dobradinha Centrão/bolsonarismo no TCU que a equiparou ao relógio doado a Lula pelo governo francês. A reportagem da "Folha de S.Paulo" redobra a pressão.

E, finalmente, a ofensiva sobre Moraes se dá numa conjuntura de faxina no Judiciário contra a venda de sentenças envolvendo juízes, desembargadores e até ministros de tribunais superiores, em processos que arrolam próceres do crime organizado. Pelo menos um integrante do STJ já recebeu memorandos em defesa de traficantes das mãos de advogados que foram levados a seu gabinete por parlamentares.

As operações acontecem em momento de acirrada divisão do STF. A trinca formada por Moraes, Dino e Gilmar Mendes enfrenta Nunes Marques, nomeado por Bolsonaro, na indicação para as vagas de tribunais. Em abril, Nunes Marques mandou tirar a tornozeleira eletrônica de Rogério Andrade, acusado de chefiar a organização criminosa do jogo do bicho no Rio.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Judiciário Ministro diz que teve que agir com rapidez para evitar propagação de 'fake news'; políticos bolsonaristas voltam a pedir impeachment, descartado por Pacheco

Cúpula dos três Poderes sai em defesa de Alexandre de Moraes

Isadora Peron, Julia Lindner, Caetano Tonet, Mariana Assis, Flávia Maia e Estevão Taiar
De Brasília

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares e integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saíram em defesa do ministro Alexandre de Moraes, um dia após reportagem do jornal "Folha de S.Paulo" revelar mensagens que apontam que Moraes teria feito pedidos fora do rito normal ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para embasar investigações do inquérito das "fake news". O magistrado também se manifestou nessa quarta-feira (14). No Congresso, nomes ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltaram a defender o impeachment de Moraes, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizou a aliados que a chance de o processo prosperar é "zero".

O inquérito das "fake news" foi aberto em 2019 no Supremo Tribunal Federal e, segundo o Valor publicou em junho, já deu origem a cerca de outros 20 inquéritos que tramitam na Corte. As investigações apuram a ação de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contra as instituições e o Estado Democrático de Direito.

Na abertura da sessão plenária do STF dessa quarta-feira, Moraes falou pela primeira vez sobre o assunto. Na véspera, ele havia apenas emitido uma nota. O ministro fez uma defesa da sua atuação e apontou que, como era ao mesmo tempo presidente do TSE e relator dos inquéritos no Supremo, seria "esquizofrênico" se "auto-oficiar".

O ministro afirmou ainda que era preciso agir com rapidez para manter as provas e evitar que as mensagens com "fake news" se propagassem. Segundo ele, havia dois caminhos para isso: oficiar o TSE ou a Polícia Federal (PF). Ele então apontou que o meio mais eficiente era a solicitação à Justiça Eleitoral porque, sob o governo Bolsonaro, a PF "pouco colaborava com as investigações".

Moraes destacou ainda que os pedidos citados nas matérias se referiam a pessoas já investigadas, que estavam reiterando as condutas ilícitas nas redes sociais com pedidos de golpe de Estado, atos antidemocráticos e proliferação de discurso de ódio.

Ele também apontou que as defesas dos investigados tiveram



CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Moraes: "O que se vê é uma produção massiva de notícias fraudulentas"

acesso aos relatórios juntados aos autos e puderem impugná-los. "Todos os relatórios, as juntadas, as ciências, são documentados. Foi tudo documentado, oficializado, e com a ciência da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal", disse.

Por fim, Moraes afirmou que não tinha "nada a esconder". "Lamento que interpretações falsas, errôneas — de boa ou má-fé — acabem produzindo o que nós precisamos combater nesse país, que são notícias fraudulentas. E o que se vê de ontem [terça-feira] para hoje [quarta] é uma produção massiva de notícias fraudulentas para, novamente, tentar desacreditar o STF, as eleições de 2022 e a própria democracia no Brasil."

Na sessão, o primeiro a falar nessa quarta-feira foi o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que defendeu que Moraes jamais "agiu à margem da lei" ao conduzir as investigações na Corte ou no TSE. Para ele, "há tempestades reais e tempestades fictícias", e essa seria do segundo tipo.

O ministro apontou que os alvos dos pedidos já estavam sendo investigados pelo STF e destacou que as informações eram públicas, divulgadas nas redes sociais, e solicitadas ao órgão do TSE que havia sido criado justamente para fazer o monitoramento das plataformas, a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação. "Não houve nenhum tipo de investigação de natureza policial ou investigação que dependesse sequer de reserva judicial."

Barroso também lembrou que Moraes era ao mesmo tempo relator dos inquéritos no STF e presidente do TSE. "De modo que a alegada informalidade é porque geralmente ninguém oficia para si próprio."

Ele disse ainda que os ministros do TSE têm poder de polícia para atuar. "O TSE tem o dever jurídico de atuar sempre que exista a circulação de alguma desinformação que ofereça risco ao processo eleitoral ou ao processo democrático. A ideia de que foram iniciativas tomadas à margem da lei é completamente equivocada. É uma desinformação jurídica."

> "O Brasil deve muito ao Alexandre de Moraes, à sua firmeza na condução do processo eleitoral"
> *Geraldo Alckmin*

O presidente do STF também disse que não se poderia esquecer o contexto em que esses procedimentos foram adotados, para que não houvesse "um revisionismo histórico", abstraindo que havia risco grave para a democracia.

Ele lembrou, que após a derrota de Bolsonaro nas urnas, houve acampamentos nas portas de quartéis, bloqueios em estradas, além de sucessivas ameaças de agressão a integrantes da Corte. "As decisões eram tomadas em uma conjuntura extremamente adversa, em que se fazia uma campanha falsa, fraudulenta, contra as urnas eletrônicas, contra a legitimidade do processo eleitoral e depois contra a posse do presidente da República eleito", disse.

O presidente do STF também questionou quem se beneficiaria "de uma narrativa que procura descredibilizar quem impediu que aquelas forças prevalecessem no Brasil, naquele momento histórico trágico e muito difícil".

Segundo ele, na alta cúpula do Judiciário, "nada é feito nas sombras, nada é feito na surdina, tudo é feito para cumprir a Constituição, as leis e para o bem do Brasil".

Decano do STF, Gilmar Mendes disse que o trabalho de Moraes não "decorre de capricho" e é pautado pela "legalidade, pelo respeito aos direitos e garantias individuais e pelo compromisso inegociável com a verdade".

Ele também negou qualquer relação com os métodos da Operação Lava-Jato, que levou à anulação de processos nos últimos anos, especialmente após o episódio que ficou conhecido como "Vaza Jato", quando vieram à tona mensagens trocadas entre os integrantes da força-tarefa e o então juiz Sergio Moro, hoje senador do União Brasil pelo Paraná. "Comparações desse jaez são irresponsáveis e sem a menor correlação fática", disse.

Para o decano, comparações desse tipo "são uma tentativa desesperada de desacreditar o Supremo Tribunal Federal, em busca de fins obscuros relacionados a impunidade dos golpistas".

Já o procurador-geral da República, Paulo Gonet, endossou as palavras dos integrantes do STF e ressaltou que houve oportunidade de atuação do Ministério Público Federal em todos os procedimentos adotados por Moraes.

No Legislativo, apesar da movimentação dos bolsonaristas, Pacheco já sinalizou que não pretende levar adiante pedidos de impeachment contra Moraes. Como presidente do Senado, cabe a ele aceitar ou não a abertura de um processo por crime de responsabilidade contra ministros do Supremo.

A intenção dos oposicionistas é fazer uma campanha pública de apoio ao pedido de impeachment até o dia 7 de setembro, aproveitando as manifestações pelo Dia da Independência. A formalização do pedido seria feita após essa data.

Por outro lado, parlamentares ligados ao atual governo, ministros de Estado e até o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) saíram em defesa de Moraes. "O Brasil deve muito ao Alexandre de Moraes, à sua firmeza na condução do processo eleitoral", afirmou Alckmin após participar de um evento em Goiânia.

Ele destacou que conhece Moraes há "décadas". O ministro foi secretário de Justiça e posteriormente de Segurança Pública do Estado de São Paulo quando Alckmin era o governador. "É um grande jurista, com retidão e compromisso com a questão ética e legal", disse.

O advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, usou as redes sociais para se manifestar e disse que Moraes era comprometido com a Justiça e a democracia e vinha atuando "com absoluta integridade no exercício de suas atribuições na Suprema Corte".

Já o ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, afirmou, também pelas redes sociais, que "alguns fizeram comparações indevidas com irregularidades cometidas por um certo juiz". E acrescentou: "Mais uma tentativa frustrada de questionar a devida apuração e punição de crimes contra a democracia".

Também nas redes sociais, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) disse considerar necessário esclarecer, com urgência, se houve a atuação de servidores ou de gabinetes do STF para produzir provas ilegais para sustentar decisões judiciais desfavoráveis a pessoas específicas ou se a atuação se restringiu aos limites do exercício do poder de polícia da Justiça Eleitoral.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ser grave o conteúdo das mensagens. "Acho que é grave, acho que tem que ser investigado, tem que ser esclarecido. As pessoas, qualquer autoridade, devem satisfação à sociedade. É um caso que tem que ser apurado com todo rigor e ter as consequências necessárias", afirmou, segundo a Folhapress.

Aliados de Bolsonaro são alvo de operação da PF

De Brasília

A Polícia Federal (PF) mirou aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro em uma nova operação, deflagrada na quarta-feira (14). As medidas foram autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Entre as medidas, foi decretada novamente a prisão de dois blogueiros bolsonaristas, que são considerados foragidos por estarem no exterior, Oswaldo Eustáquio e Allan dos Santos. Também houve buscas na casa de Eustáquio e de Ednardo Davila Mello Raposo, conhecido como Ed Raposo.

A suspeita é que nomes como Eustáquio e o senador Marcos do Val (Podemos-ES) usaram as redes sociais dos filhos para atacar as investigações e delegados da PF, entre eles Fábio Alvarez Shor, responsável por inquéritos que miram o ex-presidente.

Em nota, a Polícia Federal afirmou que "no curso da investigação foram identificadas ações voltadas a expor e intimidar policiais federais e seus familiares, que atuam em inquéritos que tramitam no Supremo Tribunal Federal, como forma de causar embaraço às apurações".

Segundo a PF, "para tanto, os investigados chegaram a empregar crianças e adolescentes e seus perfis em redes sociais para a prática das condutas, valendo-se de sua condição de menoridade para ocultar sua verdadeira autoria".

A corporação destacou ainda que o perfil da filha de Eustáquio na rede X foi usado para realizar uma postagem alertando para a presença de policiais em sua residência enquanto a adolescente ainda se encontrava dormindo, o que indicaria "sua efetiva utilização por maiores de idade, inclusive responsáveis legais, para a realização das condutas de obstrução das investigações".

As diligências foram acompanhadas pelo Conselho Tutelar da Secretaria de Justiça do Distrito Federal, já que há menores envolvidos no caso.

Além dos dois pedidos de prisão, foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão e outras nove medidas cautelares, nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Amazonas e no Distrito Federal.

Segundo a PF, os envolvidos podem responder pelos crimes de corrupção de menores, divulgação de segredo e embaraço à investigação sobre organização criminosa. A operação foi batizada de "Disque 100", número usado para receber denúncias sobre violações de direitos humanos. *(IP)*

Congresso Alteração do cálculo da RCL proposta pela Fazenda foi barrada pela Casa Civil; projeto tem que ser analisada pela Câmara

PL da renegociação da dívida dos Estados passa no Senado

Caetano Tonet, Julia Lindner, Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Andrea Jubé
De Brasília

O Senado aprovou na quarta-feira (14), por 70 votos a 2, o projeto de lei que trata da renegociação da dívida dos Estados com a União. O texto permite, em linhas gerais, que os entes reduzam o indexador que corrige os débitos com o governo federal por meio de determinados tipos de investimentos. A proposta ainda precisa ser analisada pela Câmara dos Deputados.

Antes da votação dos pontos principais da medida, a deliberação foi marcada por uma tentativa do Ministério da Fazenda de aproveitar a matéria para alterar o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), que acabou barrada pela Casa Civil e expôs falhas na comunicação dentro do próprio governo.

De acordo com fontes ouvidas pelo Valor, a Fazenda teria pedido a inclusão sem antes informar o Palácio do Planalto. Por isso, a Casa Civil solicitou a retirada. Outra fonte envolvida nas tratativas disse que surgiram ruídos na pasta chefiada por Rui Costa, que pediu para avaliar melhor esse item. No Senado, a avaliação é que a alteração pode ser feita em outra situação, porque foge do escopo do projeto.

A alteração proposta pela manhã pelo relator da proposta, Davi Alcolumbre (União-AP), excluía do conceito de RCL alguns tipos de receita, como concessões e royalties. A mudança valeria a partir de 2028 e ocorreria de forma gradual. Na prática, isso colaboraria para reduzir o mínimo de despesas obrigatórias com saúde e o volume de emendas parlamentares ao Orçamento — gastos indexados justamente pelo volume da RCL.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Alcolumbre: mudança excluía do conceito de RCL alguns tipos de receita

A proposta já era estudada e defendida por integrantes do Ministério da Fazenda. O piso da saúde é um dos principais itens que pressionam o orçamento da União, já que o seu modelo de correção anual é superior quando comparado com as demais despesas.

Superada a negociação em torno da RCL, o projeto de renegociação das dívidas dos Estados em si passou por mudanças até instantes antes da conclusão.

As dívidas são corrigidas pela inflação acrescida de 4% de juros ao ano. O texto abre várias possibilidades para reduzir esse indexador. E foi nesse trecho que as negociações se concentraram.

A medida beneficia principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que contam com um passivo superior a R$ 700 bilhões. Por isso, parlamentares de outros Estados menos endividados pleitearam alterações no texto.

Os senadores aprovaram, por exemplo, uma emenda do senador Marcelo Castro (MDB-PI) que possibilita o aumento do desconto nos juros do valor devido por meio de investimento no Fundo de Equalização Federativa, que atenderá todos os Estados, até os sem passivo, com recursos dos entes mais endividados.

Com a mudança, o abatimento por investimentos no fundo de equidade podem chegar a até dois pontos percentuais. O restante poderá ser descontado através da federalização de ativos e de investimentos em infraestrutura, saúde e educação no próprio Estado

Na distribuição, ficou definido que 80% dos recursos serão distribuídos de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 20% com base no cálculo da relação dívida e receita do Estado.

Além do abatimento no estoque através da federalização de ativos, o texto aprovado prevê a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado na reforma tributária. O texto permite aos Estados endividados tentarem reduzir o montante devido à União com o uso de uma parte ou da integralidade do fluxo de recebíveis do fundo, criado para compensar os entes pelas perdas de arrecadação na migração para o novo sistema de impostos.

O fundo será financiado por meio de aplicações da União e os valores serão atualizados pela inflação (IPCA). Serão R$ 8 bilhões em 2029; R$ 16 bilhões em 2030; R$ 24 bilhões em 2031; R$ 32 bilhões em 2032; R$ 40 bilhões em 2033; mais R$ 2 bilhões por ano de 2034 a 2042; e R$ 60 bilhões por ano a partir de 2043.

Projeto que prorroga desoneração inclui ações compensatórias

Julia Lindner e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O líder do governo no Senado Federal, Jaques Wagner (PT-BA), divulgou ontem (14) o relatório do projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento neste ano e estabelece uma reoneração gradual entre 2025 e 2027, conforme acordo costurado entre o Executivo e o Legislativo. O texto deve ser votado nos próximos dias.

Durante o período de transição, a alíquota seguirá zerada em 2024; passará a ser de 5% em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027, chegando ao patamar de 20% em 2028. Já os municípios seguirão com a cobrança de 8% em 2024; 12% em 2025; 16% em 2026; e 20% em 2027.

Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A medida é válida para 17 setores intensivos em mão de obra. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a esse tipo de segmento. Juntos, esses 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

O relator também incluiu no parecer uma série de medidas de compensação. Os valores de arrecadação não foram informados. A principal das medidas é o aumento da taxação de juros sobre capital próprio (JCP), que, se o relatório for aprovado pelo Congresso Nacional, passará a ser de 20%, ante os 15% cobrados atualmente. O JCP é um mecanismo de remuneração aos acionistas e a tributação incide na fonte. Haverá noventena.

O texto também prevê que as pessoas físicas e jurídicas poderão atualizar a preço de mercado o valor dos seus bens imóveis. A diferença para o custo de aquisição será tributado.

As pessoas físicas e as empresas também poderão fazer a repatriação de recursos mantidos no exterior. O valor que for considerado acréscimo patrimonial estará sujeito à incidência de Imposto de Renda, a uma alíquota de 15%.

O projeto traz ainda uma espécie "Refis" para as dívidas que empresas possuem com agências reguladoras e mudanças nas regras de depósitos judiciais, possibilitando a transferência de valores para a Conta Única do Tesouro Nacional.

Todas essas medidas serão fontes adicionais de receita. O projeto, contudo, também incluiu como medida compensatória ações de "pente-fino" em benefícios previdenciários, no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no seguro-defeso, pago a pescadores artesanais. Não se trata de nova receita, mas sim de economia de despesa. O valor também será considerado para compensar a desoneração da folha. As projeções não foram informadas.

Por fim, a proposta incorpora o programa de cadastro dos benefícios fiscais da Receita Federal, que antes estava na medida provisória que restringia créditos de PIS/Cofins.

Por outro lado, o governo cedeu e decidiu deixar de fora do parecer apresentado ontem a possibilidade de aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas, por resistência dos senadores.

INÊS 249

Poderes Lira deve procurar Pacheco para definir ação contra decisão do ministro do Supremo

Dino suspende emendas impositivas e Congresso retalia em MP

ANTONIO AUGUSTO/STF



Dino: ministro considerou que a execução das emendas ao Orçamento precisam obedecer aos critérios de eficiência, transparência e rastreabilidade

Flávia Maia, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu na quarta-feira (14) o pagamento de todas as emendas parlamentares impositivas — ou seja, de execução obrigatória — ao Orçamento apresentadas por deputados federais e senadores até que o Congresso Nacional publique novas regras para a liberação dos recursos com requisitos de transparência, rastreabilidade e eficiência. Mantêm-se apenas os recursos destinados a obras iniciadas e em andamento e a ações para atendimento de calamidade pública.

Emendas impositivas são aquelas que o governo federal precisa executar. Elas se dividem em individuais (o que inclui as chamadas "emendas Pix", direcionadas diretamente aos cofres de Estados e municípios) e emendas de bancadas. Somadas, essas emendas representam um montante de cerca de R$ 40 bilhões.

A decisão de Dino pegou os congressistas de surpresa, mas gerou pronta reação. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), convocou sessão às pressas para a noite de quarta-feira para derrubar medida provisória (MP) que abriu crédito de R$ 1,3 bilhão para o Judiciário, em retaliação ao que os parlamentares consideraram uma interferência em suas prerrogativas.

O parecer pela rejeição, que ainda precisa ser submetido ao plenário da Câmara, foi aprovado de forma simbólica, com apoio explícito do Centrão e da oposição. O governo Lula (PT) evitou se manifestar. Indicado relator, o deputado cabo Gilberto Silva (PL-PB) criticou o Judiciário brasileiro por ser "um dos mais caros do planeta". "Isso não trata de nenhuma retaliação. Não trata de nenhuma afronta. Trata-se de independência dos Poderes, com base na técnica, na boa forma", disse. "Não podemos ter regras fiscais que sejam desrespeitadas, seja no Poder Judiciário, no Legislativo ou Executivo", concordou o deputado Cláudio Cajado (PP-BA).

O único a votar a favor da MP foi o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que pediu diálogo entre os Poderes. Ele destacou que a rejeição da MP não teria efeito, porque o crédito já foi aberto no momento da edição da medida, e que esta era uma reação "intempestiva". "Não nos interessa uma escalada que produza crise institucional", afirmou.

A convocação da CMO ocorreu minutos depois de a decisão de Dino ser divulgada. Horas antes, Arcoverde tinha convocado uma sessão com a finalidade de atender a demanda do ministro e aprovar projeto que alterava a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 para indicar qual seria o uso de cada "emendas Pix". Mas essa pauta foi cancelada logo após a nova decisão liminar do ministro.

> Alterações na Constituição não podem ir contra cláusulas pétreas
> *Flávio Dino*

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também estuda outras ações. Ele passou mais de duas horas reunido com líderes dos partidos, da base e da oposição, para discutir o assunto e deve conversar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Uma das ideias é que as duas Casas, com anuência dos partidos, peçam que o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, retire a relatoria de Dino.

Em sua decisão, Flávio Dino considerou que a execução das emendas ao Orçamento precisa obedecer aos critérios de eficiência, transparência e rastreabilidade. O ministro argumenta que as emendas parlamentares obrigatórias devem ser executadas de acordo com a Constituição e não podem ficar sob a "liberdade absoluta do parlamentar autor da emenda".

E acrescenta: "Vale sublinhar: o 'Orçamento Impositivo' não deve ser confundido com 'Orçamento Arbitrário'. O espaço de discricionariedade ínsito a diversos aspectos da atuação pública não pode dar lugar à arbitrariedade, que desconsidere a disciplina constitucional e legal aplicável à matéria", escreveu o ministro.

Para Dino, a forma como está o rito do repasse das emendas retira a liberdade de decisão do Poder Executivo sobre a implementação de políticas públicas e transforma os membros do Parlamento em "coordenadores de despesas". O magistrado escreveu, no despacho, que é "incompatível com a ordem constitucional a execução privada e secreta do orçamento público".

"Com efeito, as minúcias da execução orçamentária não dependem mais de deliberações administrativas no âmbito do Poder Executivo, e sim da aposição de meros carimbos a decisões de outro Poder", escreveu.

A decisão liminar foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade 7697 proposta pelo Psol que questiona dispositivos de emendas constitucionais aprovadas entre 2015 e 2022 e tratam da execução obrigatória de emendas parlamentares individuais e de bancada.

O movimento foi o mais recente da série de medidas que Dino tem tomado para combater a prática do chamado orçamento secreto. O ministro é o relator da ação que questiona se as emendas de comissão — turbinadas no Orçamento deste ano e de execução não obrigatória — são uma forma de manter a prática de repasses sem transparência similar à que era adotada com as emendas de relator, proibidas pelo Supremo em 2022.

Identificadas com o marcador RP9, as emendas de relator eram oficialmente de autoria do relator-geral do Orçamento — ora um deputado, ora um senador — mas, na prática, eram um instrumento para executar indicações feitas informalmente por demais parlamentares, por meio de negociações políticas informais.

Além de relatar o caso sobre as emendas de comissão, Dino também é o ministro responsável por analisar as "emendas Pix", modalidade em que ocorre a transferência de recursos diretamente da União para Estados e municípios indicados pelo congressista, sem vinculação a projeto ou atividade específica.

Decisão do STF faz Lira adiar votação da segunda etapa da tributária

De Brasília

A Câmara dos Deputados adiou a votação da segunda etapa da reforma tributária — o projeto de lei que estabelece as regras de funcionamento do comitê-gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) — e, no lugar, aprovou proposta que permite o adiamento do pagamento de parcelas de financiamentos rurais quando houver situação de emergência ou calamidade, apesar da posição contrária do governo Lula (PT).

A troca, segundo congressistas, ocorreu em reação à decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender o pagamento de todas as emendas parlamentares ao Orçamento até que o Congresso Nacional publique novas regras para a liberação dos recursos com requisitos de "transparência, rastreabilidade e eficiência". Parte dos deputados atribui essa liminar a um movimento do governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), passou a noite reunido com os líderes dos partidos e não sentou para presidir a sessão.

Enquanto Lira coordenava a reunião, os deputados aprovaram proposta que autoriza a prorrogação por até 48 meses do pagamento de financiamentos de crédito rural contratados entre 2022 e 2024 por produtores em municípios em situação de emergência devido à seca ou inundação. O projeto segue para sanção presidencial.

A votação foi marcada pelo pedido de diversos aliados do governo para que a apreciação fosse adiada diante de "inconstitucionalidades" ou da falta de controle sobre as situações em que é declarada emergência pública e que ajustes fossem negociados. Mas aos apelos não foram ouvidos. Produtores rurais do Rio Grande do Sul atingidos pelas enchentes protestaram contra recentes medidas do governo, mas o número de beneficiados será bem mais amplo.

A prorrogação do pagamento será permitida a produtores de cidades onde tenha sido reconhecido estado de calamidade ou situação de emergência, em ato oficial do município, do Distrito Federal, do Estado ou do governo federal. A proposta prevê ainda que pequenos produtores que tenham perdido a produção agropecuária em razão desses eventos climáticos poderão ter as dívidas de financiamentos totalmente anuladas.

Serão afetados os financiamentos rurais feitos no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e no Banco da Amazônia.

A Câmara tinha aprovado, na terça-feira, o texto-base do projeto, que também altera regras do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), por 303 votos a 142. Mas Lira decidiu na ocasião adiar para quarta-feira a votação dos sete requerimentos dos partidos para alterar pontos do texto.

Contudo, nesta quarta-feira, ele alterou a pauta e deixou sem análise a reforma. Nova sessão deve ocorrer nesta quinta-feira, às 9h, sem a necessidade de registro de presença em Brasília. Ainda não há pauta divulgada. Segundo líderes, pode ser tanto a reforma como um projeto para retaliar o Judiciário. *(RDC e MR)*

Governo desiste de urgência na regulamentação da reforma

Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira (15) que encaminhará um pedido ao Senado para a retirada da urgência dos projetos de lei complementares que regulamentam a reforma tributária. Ainda assim, ele garantiu que não haverá prejuízos ao calendário de votação.

"Vamos ter pontos focais aqui no ministério para que a relação flua da melhor maneira possível", disse o ministro a jornalistas após se reunir com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que já foi escolhido o relator do texto na casa. "A ideia não é comprometer o calendário [com a retirada da urgência], mas dar um fôlego para o Senado ter um debate franco e tranquilo com a sociedade", considerou.

Os senadores afirmam que precisam de mais tempo para analisar a reforma em meio às eleições municipais e, portanto, a urgência precisa ser retirada — ela fixa a tramitação em até 45 dias.

Braga, por sua vez, estimou que a votação do texto no Senado deve acontecer no fim de novembro ou nos primeiros dias de dezembro. De acordo com ele, o objetivo é que haja tempo para que a matéria retorne à Câmara dos Deputados para ser aprovada em definitivo ainda em 2024.

O ministro também afirmou que entregará, até a próxima semana, um estudo de impacto sobre a alíquota com as alterações que foram promovidas pela Câmara, em votação que ocorreu na primeira quinzena de julho.

"Vamos dar a público todas as decisões, todo o impacto por decisões, discriminando, para que os senadores tenham plena consciência do que estamos decidindo", falou. Ele também reiterou que a alíquota média não muda. "O que muda é a alíquota padrão, pois quando você tem uma exceção, precisa jogar esse custo para a alíquota padrão", complementou o ministro.

Essa mudança quando há exceção, disse o ministro, "é um pacto federativo importante para a reforma sair", já que Estados e municípios não podem sofrer frustrações de receita.

Por último, o ministro elogiou o senador Eduardo Braga, que foi relator da proposta de emenda constitucional da reforma no Senado, em 2023.

O relator explicou que a provável data de votação no fim do ano foi escolhida tendo em vista as eleições municipais e os consequentes impactos no calendário do Parlamento.

"Cinquenta e quatro senadores estarão disputando as eleições de 2026 e é natural que esses senadores estejam muito envolvidos nas eleições municipais", destacou, ao dizer que um tema como a regulamentação da reforma tributária precisa ser debatido amplamente e, portanto, o governo precisa retirar o pedido de urgência constitucional.

Quando questionado sobre a possibilidade de votação da matéria apenas em 2025, reforçou o compromisso em aprovar este ano no Senado para haver prazo suficiente de retorno à Câmara.

Sobre a trava da alíquota, Braga afirmou que a emenda constitucional da reforma estabelece uma metodologia de trava para que não haja aumento da carga tributária. "A regulamentação terá de seguir os comandos da emenda constitucional", considerou.

Congresso Proposta perdoa dívidas e dá aval para a utilização de recursos do fundo partidário para pagar multas eleitorais

CCJ do Senado aprova PEC que anistia partidos políticos

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, em votação simbólica na quarta-feira (14), a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Anistia, que abre caminho para perdoar multas aplicadas a partidos que descumpriram as regras de repasse mínimos para candidaturas negras. A proposta segue para a análise no plenário da Casa. Os senadores Alessandro Vieira (MDB-SE) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) manifestaram voto contrário.

O relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), manteve o texto aprovado na Câmara dos Deputados e fez apenas ajustes redacionais.

Oriovisto criticou a proposta afirmando que os partidos são beneficiados ao não cumprirem a legislação eleitoral: “Vivemos num país onde os partidos não conseguem cumprir a lei que eles mesmos fazem e aprovam para os processos eleitorais”.

Presidente do colegiado e peça-chave no avanço da PEC, Davi Alcolumbre (União-AP) defendeu a proposta e afirmou que a matéria irá tornar possível o cumprimento de uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Todo mundo se acha no direito de falar da PEC da Anistia, mas era para se chamar PEC do Refis, porque todos os partidos vão pagar o que devem com base em uma resolução que ficou impossível os partidos cumprirem depois da determinação do TSE”, pontuou o parlamentar.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Marcelo Castro: relator manteve o texto aprovado na Câmara dos Deputados e fez apenas ajustes redacionais

Além do perdão das dívidas, a PEC cria um programa de refinanciamento dos débitos das legendas com um Refis de até 180 meses. A proposta também dá aval para a utilização de recursos do fundo partidário para pagar multas eleitorais. Penalidades aplicadas contra as legendas em processos de prestação de contas eleitorais também poderão ser anistiadas, de acordo com a proposta.

A proposta inclui no texto constitucional a obrigatoriedade de os partidos destinarem 30% da verba do fundo eleitoral para financiar candidatura de pessoas negras, em regra que entra em vigor já em 2024. Por outro lado, até a promulgação da PEC, as siglas não serão punidas caso descumpram as regras de repasse previstas.

Hoje, o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é de que os recursos de campanha para candidaturas de pessoas negras devem refletir o percentual de pretos e partos na população brasileira, que hoje supera os 50%. Apesar disso, os partidos não cumpriram essa meta.

O relator defendeu a nova regra. “Esse valor, 30%, é para simplificar, é para harmonizar, é para facilitar o cumprimento dessa exigência ou deste ditame constitucional, não é um teto. O partido que tiver mais do que 30% ou mesmo menos de 30% de candidaturas de pretos e pardos não está impedido de gastar mais de 30%. Mas, quando a gente diz 30%, se o partido gastar 30%, ele estará cumprindo a sua obrigação. Se gastar menos, não estará cumprindo, e ele será penalizado”, argumentou Marcelo Castro.

Inicialmente, o texto também previa o cancelamento das penalidades contra legendas que não respeitaram as regras de financiamento de campanhas de mulheres, mas esse ponto foi retirado do projeto.

“A redação que tratava sobre mulheres foi a redação original do projeto apresentado na Câmara. Desde o relatório apresentado na Câmara já foi retirado todo esse problema em relação à cota das mulheres. Se trata do refinanciamento da dívida dos partidos e da questão da raça, sobre a resolução do TSE”, pontuou Alcolumbre.

Marçal e Boulos trocam acusações em debate

Cristiane Agostine e Gabriela Guido*
De São Paulo

O debate entre seis candidatos à Prefeitura de São Paulo realizado pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, pela Faap e pelo portal Terra, na quarta-feira (14), foi marcado pela troca de acusações e xingamentos entre o “influencer” Pablo Marçal (PRTB) e o deputado federal Guilherme Boulos (Psol). Houve embates também da candidata do PSB, deputada Tabata Amaral, e do apresentador José Luiz Datena (PSDB) com o prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), e ataques de Marina Helena (Novo) a Boulos. A discussão de propostas ficou em segundo plano.

O clima ficou tenso entre os Boulos e Marçal depois que o “influencer” atacou o deputado e voltou a acusá-lo de ser usuário de drogas, sem apresentar provas. “Você é um PT Kids, grande merda dessa nação. É a escória da esquerda”, disse Marçal, citando prisões de Boulos quando era líder do MTST, movimento dos sem-teto.

O candidato do Psol lembrou que o adversário já foi condenado por furto e disse que é mau caráter. “Mentiroso compulsivo, viciado em mentiras. Veio para o debate para ser o padre Kelmon, para tumultuar”, disse Boulos, lembrando do “candidato padre”, que disputou a Presidência pelo PTB em 2022. Marçal rebateu. “Se sou padre Kelmon, vou exorcizar o demônio com carteira de trabalho”, disse, mostrando o documento. “Você nunca vai ser prefeito enquanto tiver homem em São Paulo”. Boulos disse que não é “coach” e “não ganha dinheiro enganando pessoas”.

O candidato do PRTB não parou com as provocações. Chamou Boulos de “candidato trans” e viciado em drogas. “Você é o maior aspirador de pó da cidade.” Boulos respondeu que a situação é “indignante” e chamou Marçal de “canalha”. “Não tem limite ético, é pessoa rebaixada. Fico em dúvida se você é só mau caráter ou psicopata. Vem para mentir, para lacrar para rede social”, disse o deputado.

Fora do púlpito em que os candidatos fizeram perguntas, Marçal e Boulos continuaram a discutir. Sentados lado a lado, o “influencer” provocou o deputado e mostrou uma carteira de trabalho. Irritado com a chacota, Boulos tentou bater no documento. A provocação foi gravada pela equipe de Marçal e divulgada em redes sociais, apesar de a produção do debate ter proibido gravações.

Ao falar com a imprensa depois do debate, Boulos disse ter reagido porque “não tem sangue de barata”. “É preciso tomar cuidado para não naturalizar o absurdo. O país já viu o preço que pagou por naturalizar o absurdo”, afirmou, em referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Marçal deixou claro que continuará com as baixarias. “Proposta está no plano de governo”, afirmou. “É baixaria mesmo, vocês vão ter que aguentar", disse.

No debate, Tabata acusou o prefeito de roubar e lembrou de um “slogan” que ficou conhecido com o ex-prefeito Paulo Maluf, do “rouba mas faz”. “Você rouba e não faz”, acusou. “Prefeito que comete crime não combate crime.” O prefeito reclamou e acusou Tabata de supostamente ser financiada por empresa com problema na Justiça.

Datena criticou Nunes, afirmou que o prefeito tem “medo” do Primeiro Comando da Capital (PCC), investigado por ligação com empresas de ônibus e disse que ele parece querer “exterminar” os pobres. Marina Helena fez dobradinha com Marçal. ***Estagiária sob supervisão de Fernanda Godoy***

INÊS 249

Cenário Índice de julho anunciado pelo governo sugere que a pior alta de preços em décadas perdeu força e que Fed pode cortar juros

Inflação nos EUA cai abaixo de 3% e reforça aposta de corte no juro

Christopher Rugaber
Associated Press, de Washington

A inflação anual dos EUA em julho chegou ao nível mais baixo dos últimos três anos, indicando que a pior alta de preços em quatro décadas perdeu força e posicionando o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) para um corte nas taxas de juro em setembro.

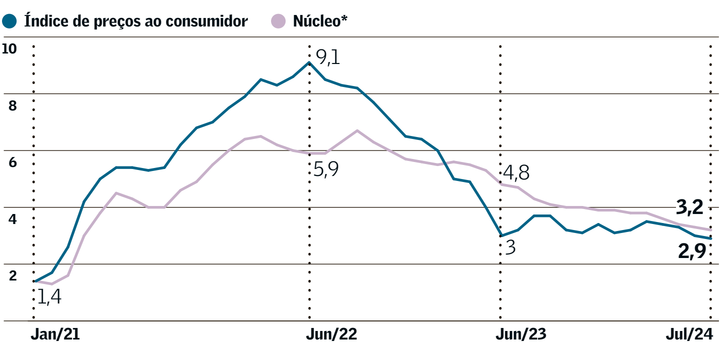
O Departamento do Trabalho disse ontem que os preços ao consumidor aumentaram apenas 0,2% de junho para julho, após leve queda no mês anterior, pela primeira vez em quatro anos. Na comparação com 2023, os preços subiram 3% em junho e 2,9% em julho. É o dado mais moderado sobre inflação anual desde março de 2021.

A desaceleração em curso da inflação pode afetar a campanha eleitoral à Presidência, já que o ex-presidente Donald Trump tem destacado a inflação galopante como um dos principais fracassos do governo do presidente Joe Biden. A vice-presidente e candidata democrata, Kamala Harris já afirmou que revelará em breve planos para "reduzir custos e também fortalecer a economia como um todo".

O governo informou que quase toda a inflação de julho é reflexo do preço mais alto de aluguéis e outros custos relativos a moradia. Dados em tempo real mostram que essa é uma tendência em desaceleração. Isso significa que custos com moradia devem subir mais lentamente nos próximos meses, que resultará em inflação menor.

Em julho, os preços dos alimentos subiram apenas 0,1% e estão só 1,1% mais altos do que um ano antes, um ritmo de crescimento muito mais lento do que em anos anteriores. Mesmo assim, muitos americanos ainda enfrentam dificuldades por causa dos preços dos alimentos. Eles continuam em um patamar 21% superior ao de três anos atrás, embora os salários médios também tenham tido um forte aumento no mesmo período.

Inflação desacelera mais nos EUA
Variações anuais em %



Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics. Elaboração: Valor Data * Exclui os preços de alimentos e energia

Os preços da gasolina não mudaram de junho para julho e registraram uma queda de 2,2% na comparação com um ano antes. Os preços das roupas diminuíram no mês passado e quase não sofreram alteração na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os dos carros novos e usados também caíram em julho. Os preços dos carros usados, que tinham disparado durante a pandemia de covid-19, despencaram quase 11% nos últimos 12 meses.

O relatório de ontem mostra que a inflação tem caído de maneira constante e se aproxima cada vez mais da meta de 2% do Fed — mas não muito rápido, o que pode sugerir que a economia está enfraquecendo, avalia Tara Sinclair, economista da George Washington University e ex-funcionária do Departamento do Tesouro. "É um relatório reconfortante, tanto porque caminha na direção certa como porque não se vê nada dramático demais", disse Sinclair. "É exatamente o que queríamos ver."

"Relatório indica que a direção é correta e não se vê nada dramático"
Tara Sinclair

Mesmo com inflação em ritmo mais lento, muitas pessoas ainda enfrentam dificuldades com custos do dia a dia, que em média seguem cerca de 20% mais altos do que há três anos. Esse problema persiste embora os salários médios dos EUA tenham ultrapassado a inflação por mais de um ano.

Ariel Borchuk, que mora no Harlem, em Nova York, reclamou que os relatórios sobre inflação não significam nada para "pessoas comuns". "Tudo é caro", disse ele. "É isso que importa, não é?"

Nos últimos 12 meses, a queda da inflação tem proporcionado um alívio gradual aos americanos, que sofreram com a disparada nos preços de três anos atrás, principalmente de alimentos, gasolina, aluguéis e outras necessidades básicas. A inflação atingiu o pico há dois anos, quando chegou a 9,1%, nível mais alto em quatro décadas.

Em julho, os preços do núcleo da inflação — que exclui os de alimentos e energia, mais voláteis — tiveram uma alta bem moderada, de 0,2%, com relação a junho, depois de um aumento de 0,1% no mês anterior. Em comparação com um ano antes, o núcleo da inflação desacelerou de 3,3% para 3,2% — o menor nível desde abril de 2021. A variação dos preços do núcleo é acompanhada com muita atenção pelos economistas porque costuma oferecer uma leitura melhor de para onde a inflação está indo.

O presidente do Fed, Jerome Powell, disse que busca de mais indicações de desaceleração da inflação antes dar inicio aos cortes na taxa básica de juro. A expectativa entre economistas é que o Fed faça um corte já em setembro.

Quando o banco central baixa sua taxa de referência, isso tende a reduzir, com o tempo, o custo dos empréstimos para consumidores e empresas. As taxas do crédito imobiliário já caíram, na expectativa do primeiro corte de taxa do Fed.

Muitas empresas reduziram o ritmo de seus aumentos de preços diante da relutância dos os consumidores em pagar mais. Mark Barrocas, CEO da SharkNinja, uma pequena fabricante de eletrodomésticos em Needham, Massachusetts, contou que a empresa elevou seus preços de 5% a 7% em 2021 e em 2022, mas não nos anos seguintes. E no caso de alguns itens ela recentemente baixou os preços para o nível anterior a esses aumentos.

Barrocas observou que as pessoas se tornaram mais exigentes e esperam mais dos produtos que compram a preços mais altos. "Você realmente precisa pensar muito cuidadosamente sobre os efeitos de longo prazo dos aumentos de preços", disse ele.

AUGUSTIN MUDIAYI/MÉDICOS SEM FRONTEIRAS VIA AP



Agentes falam a moradores da República Democrática do Congo sobre mpox

OMS declara varíola mpox emergência global de saúde pública

Agências internacionais

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou ontem que o aumento de casos de mpox (um tipo de varíola) pelo mundo configura uma emergência de saúde pública de importância internacional. É a segunda vez que um surto da doença é classificado desta forma desde 2022.

A ação foi tomada depois que um aumento de casos da doença na República Democrática do Congo (RDC) se espalhou para outros países da região.

Mais de 17 mil casos suspeitos de mpox e 517 mortes provocadas pela doença foram registradas no continente africano até agora neste ano, um aumento de 160% nos casos na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças da África. No total, 13 países relataram casos da doença.

Uma cepa diferente do vírus da mpox, a clado IIb, espalhou-se globalmente em 2022, principalmente por meio de contato sexual. O surto da doença neste ano está sendo provocado pela cepa clado Ib, que apresenta maior facilidade de transmissão, que acontece em casos de contato próximo.

Quando a OMS reduziu o nível de alerta da doença após declarar emergência global em 2022, os casos na África continuaram a aumentar. Agora, a mutação clado lb foi encontrada em pelo menos seis países africanos. A variante foi encontrada pela primeira vez há 12 meses, na RDC.

O número de infecções naquele país em seis meses deste ano já é igual ao registrado em todo o ano de 2023, destacou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, em coletiva de imprensa.

O vírus se espalhou para províncias anteriormente não afetadas. Além disso, 90 casos de mpox foram relatados em quatro países vizinhos que não tinham registros da doença: Burundi, Quênia, Ruanda e Uganda, todos pela nova cepa.

Ao classificar um surto como emergência global de saúde pública — o nível mais alto de alerta da OMS — a entidade pode acelerar pesquisas, financiamentos e as medidas de cooperação internacionais para conter a doença.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	abr/24 Valor	abr/24 Var. %*	mai/23 Valor	mai/23 Var. %*
INSS	**49,1**	**-2,76**	**50,5**	**-0,88**	**47,8**	**4,34**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	**jun/24**	**2024**	**2023**	**12 meses**	**jul/24**	**jun/24**	**dez/23**	**jul/23**
IBGE									
IPCA	0,38	0,21	2,87	4,62	4,50	6.967,89	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	0,26	0,25	2,95	3,71	4,06	7.159,57	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	0,83	0,50	1,95	-3,30	4,16	1.127,10	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	0,32	0,34	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	0,93	0,55	1,43	-5,92	4,10	1.312,82	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	0,72	1,52	2,17	-11,34	4,04	1.824,08	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	1,01	0,19	1,15	-3,77	4,12	1.107,16	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	0,54	0,22	3,01	3,55	4,12	755,73	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	0,72	0,71	3,55	3,49	4,67	1.126,92	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	0,61	0,81	1,71	-3,18	3,82	1.143,31	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	0,68	0,89	1,16	-5,60	3,72	1.349,62	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	0,30	0,46	2,96	3,40	3,90	737,65	735,41	716,46	709,98
INCC-M	0,69	0,93	3,34	3,32	4,42	1.122,45	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	0,06	0,26	1,93	3,15	3,17	688,31	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia ago/24 0,33% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana ago/24 0,14%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

		No prazo legal		
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noninimais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Economia A taxa, porém, ficou acima das expectativas do governo e do mercado, apesar do forte ajuste que derrubou a atividade

Inflação na Argentina cai a 4% em julho, a menor da era Milei

Luiza Palermo, Pedro Borg e Roberto Lameirinhas
De São Paulo

A inflação mensal de julho da Argentina foi a menor desde o início de 2022 e do governo de Javier Milei, mas ficou acima das expectativas do governo e do mercado, apesar das medidas de austeridade que derrubaram a atividade econômica para reduzir os preços.

O índice de preços ao consumidor subiu 4% em julho, uma desaceleração em relação à taxa de 4,6% de junho, informou ontem o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). Em termos anuais, a inflação continua elevada, em 263,4% — o que ainda a torna a mais alta do mundo. No acumulado desde janeiro, a alta é de 87%.

Para Andrés Borenstein, professor da Universidade Torcuato Di Tella e economista na Econviews, o resultado veio em linha com as suas projeções, de 4,5%, mas ressaltou que a maioria dos analistas do mercado esperava uma inflação pouco abaixo de 4%. De acordo com a pesquisa semanal do Banco Central da Argentina, os agentes financeiros estimavam uma inflação mensal de 3,9% em julho.

O economista da Orlando J. Ferrerés & Asociado, Nicolás Alonzo explica que, do ponto de vista econômico, o governo enfrenta um desafio maior para reduzir a inflação para abaixo da faixa de 4%, em comparação ao esforço que foi reduzir a taxa do recorde de 25%, registrada em dezembro.

"Naquele momento, você sofreu um salto 'de uma única vez' devido ao efeito da desvalorização, que obviamente tinha o risco de sair do controle. Agora, você está lutando contra a inércia, a atualização dos salários e as mudanças nos preços regulados. Isso geralmente leva mais tempo", diz Alonzo.

Além disso, ele observa que a taxa de 4% ainda é muito elevada para a inflação em um país em recessão, e refletem a pressão nos cortes nos subsídios sobre os preços de certos serviços e bens. O governo também já anunciou que deve retomar em agosto os aumentos nas tarifas de transporte e serviços públicos.

"A taxa de 4% de julho praticamente ratifica a tendência de baixa, ainda que o governo esperasse um pouquinho menos. De toda maneira, a desinflação se converteu no principal objetivo deste governo", afirma Sergio Berensztein, analista e fundador da consultoria que leva seu nome.

"Parece-me que as consequências políticas estão ligadas significativamente à taxa de inflação — nesta espécie de pacto não escrito com a sociedade de conter preços, o governo vai usar todos os meios para manter estes índices mais baixos nos próximos meses", diz.

O economista do Banco CMF, Roberto Geretto, também ressalta que o núcleo da inflação — que exclui os preços de alimentos e energia — ficou em 3,8%, sendo o terceiro mês consecutivo de estabilidade, demonstrando que, apesar da forte âncora monetária e fiscal, a inércia inflacionária é muito forte. "Em resumo, a macroeconomia argentina continua seu caminho de desinflação, mas para evitar problemas de atraso cambial, o ritmo de queda deve ser mais pronunciado, o que é um grande desafio."

Desde que assumiu o governo da Argentina, as políticas de ajuste econômico de Milei ajudaram a fortalecer as finanças do Estado, permitiram ao banco central reconstruir reservas e reduziram a inflação, mas também pesou fortemente na atividade econômica.

As dificuldades econômicas refletem diretamente na população, em que 1,5 milhão de crianças argentinas pulam alguma refeição durante o dia, enquanto 1 milhão delas vão dormir sem jantar, segundo aponta o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

"O aumento dos preços e o estancamento econômico há mais de uma década impactaram a capacidade de geração de renda de milhões de lares com crianças", afirma o Unicef, completando que "a renda de quase metade dos lares com crianças não é suficiente para cobrir gastos básicos com alimentação, saúde e educação".

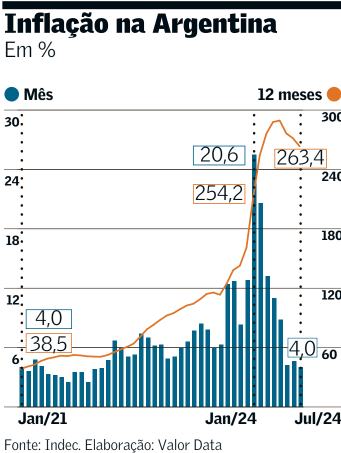
Segundo o Indec, os setores que sofreram as maiores altas em julho foram restaurantes e hotéis (6,5%) e bebidas alcoólicas e tabaco (6,1%), seguidos de habitação, água, eletricidade e outros combustíveis (6,0%). Já os dois setores que registraram as menores variações foram vestuário e calçados (1,6%) e transporte (2,6%).

ANITA POUCHARD SERRA/BLOOMBERG



Setor de consumo na Argentina é o que mais sente o impacto da recessão econômica que tem se prolongado

Inflação na Argentina
Em %



Fonte: Indec. Elaboração: Valor Data

Sem o México, Lula e Petro conversam sobre crise na Venezuela

Fabio Murakawa e Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, conversaram ontem por telefone para tratar da crise pós-eleitoral da Venezuela, confirmaram fontes ao **Valor**, sem revelar o teor da conversa. O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, não participou.

Governados por líderes de esquerda, Brasil, Colômbia e México vêm nas últimas semanas tentando uma solução de consenso entre o regime de Nicolás Maduro e a oposição venezuelana para o impasse que se seguiu à eleição presidencial de 28 de julho.

Os três países já divulgaram notas conjuntas demandando a divulgação das atas eleitorais pelo governo Maduro e ainda não reconheceram a autodeclarada reeleição do mandatário venezuelano.

Uma conversa entre os três presidentes era aguardada havia dias. Entretanto, Obrador vinha demonstrado desinteresse para agendar um horário. Fontes em Brasília afirmam agora que o líder mexicano decidiu se ausentar das negociações. A avaliação no Planalto e no Itamaraty é que, com o mandato no final, o entusiasmo do mexicano para participar das conversas está se arrefecendo. Ele deixa o governo em 1º de outubro.

A oposição venezuelana diz ter vencido as eleições de 28 de julho e acusa Maduro de ter cometido fraude eleitoral — uma suspeita respaldada também por observadores eleitorais e a comunidade internacional. Maduro nega e diz que os opositores, liderados por María Corina Machado e pelo candidato presidencial Edmundo González, tentam um golpe. O governo, porém, tem falhado em apresentar as atas eleitorais que provariam sua vitória.

No começo da semana, o assessor especial de Lula para relações internacionais, Celso Amorim, disse que o Brasil apresentaria a proposta de realização de uma nova eleição, sob supervisão internacional. Essa saída, no entanto, não é unanimidade e é vista por alguns dentro do governo como um ingrediente a mais para a confusão em que se transformou o processo eleitoral do país vizinho.

Nem o Brasil nem a Colômbia planejam reconhecer o resultado da eleição ou a vitória de Maduro até que as atas eleitorais sejam publicadas integralmente e recontadas, disseram as fontes brasileiras.

Ao mesmo tempo, em Caracas, as autoridades eleitorais da Venezuela repudiaram ontem um relatório preliminar de um painel de especialistas das Nações Unidas que indicava que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE, entidade encarregada de conduzir o processo técnico das eleições) não cumpriu medidas de "transparência e integridade básicas" durante o pleito. A direção do CNE, na qual os aliados do partido no poder são majoritários, qualificou o relatório da ONU como "ilegal, contrário aos princípios da Carta das Nações Unidas e, acima de tudo, cheio de mentiras e contradições."

A equipe de quatro especialistas enviada pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, esteve em Caracas por mais de um mês no período que antecedeu as eleições, como um dos poucos observadores externos independentes convidados pelo governo de Maduro.

Outro observador internacional autorizado por Caracas, o Centro Carter, se recusou a reconhecer a lisura das eleições, afirmando em seu relatório que o processo "não foi justo nem democrático".

Pelo menos 24 pessoas morreram e outras 2 mil foram presas durante a repressão do governo venezuelano aos protestos pós-eleitorais. A oposição tem defendido que cortes internacionais investiguem o governo pelas mortes.

A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP, pelas iniciais em espanhol), repudiou ontem a acusação judicial de "terrorismo" feita por Caracas a quatro jornalistas. A SIP também condenou a censura e obstruções à imprensa. ***(Com agências internacionais)***

Empresários veem sinais de lenta retomada

Marina Guimarães
Para o **Valor**, de Buenos Aires

Empresários argentinos avaliam que a recessão econômica finalmente chegou num piso e que a retomada do crescimento será gradual até o próximo ano. Porém, esses empresários alertam que os sinais ainda fracos de recuperação — observados desde junho — são desiguais e que grandes segmentos ainda não mostram alento, como o de consumo.

A Associação de Supermercados Unidos da Argentina estima que em julho a queda nas vendas se manteve em 21% em termos anuais. O consumo de leite em pó retrocedeu 20% ao ano e as bebidas não alcoólicas caíram 11%.

"Não há nenhum sinal de recuperação no consumo massivo, os supermercadistas não veem a luz do fim do túnel e nem podemos pensar em 2025, porque estamos tentando driblar a crise no dia-a-dia", desabafou uma fonte da ASU.

Os principais executivos argentinos participaram ontem do encontro anual do Council of the Americas, num luxuoso hotel da Recoleta, bairro nobre de Buenos Aires. O evento contou com a presença do presidente Javier Milei e quatro ministros de seu Gabinete.

"A queda já foi, mas a economia e os setores são muito heterogêneos. Acho que o governo tem que acomodar a macro e depois ir para os diferentes setores. Mas a perspectiva de crescimento seria para o primeiro trimestre de 2025", diz Martín Cabrales, maior distribuidor de café da Argentina.

Segundo ele, no setor de consumo a recessão no segmento de bares e restaurantes é mais ostensiva como resultado da forte diminuição do número de turistas estrangeiros no país.

"A Argentina está cara para os turistas estrangeiros, muito cara, não há turistas", observou Gustavo Weiss, presidente da Câmara Argentina da Construção (Camarco), um dos setores mais prejudicados pela motosserra de Milei, com a paralisação de todas as obras públicas, que levou ao fechamento de 130 mil postos de trabalho desde o ano passado. "Somos líderes mundiais em desemprego."

Weiss disse que há uma ou outra atividade do setor nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Mendoza e na capital. Mas nenhuma obra paralisada foi retomada. "Nossa preocupação é grande porque as obras viárias precisam de manutenção e isso não está sendo feito, o que implica em perder o que já foi feito", disse ele.

Indagado pelo **Valor** se o governo Milei continua no rumo correto, Weiss disse que sim, mas que é discutível a magnitude e a profundidade das medidas. Ele reclamou a dívida federal com o setor que ultrapassa os 400 bilhões de pesos (cerca de US$ 300 milhões).

O presidente da Camarco disse que é preciso consolidar a questão fiscal para haver recuperação, e todos os indicadores apontam que a Argentina vai crescer em 2025. "Qual trimestre? Não sabemos."

Para o vice-presidente de Desenvolvimento Industrial da União Industrial Argentina (UIA), Miguel Ángel Rodríguez, o dado-chave para confirmar se há uma tendência de retomada do crescimento em alguns setores será o de agosto. "Em junho houve 15 dias úteis; em julho, 22, e em agosto haverá uma quantidade similar. Então, a conta tem que ser feita é com o consumo de agosto que confirmará se o desempenho de julho foi bom mesmo ou só porque teve mais dias."

> "Já é hora de o governo começar a olhar para a economia real"
> *José Urtubey*

Rodríguez disse que o setor privado tem concedido aumentos salariais de dois pontos porcentuais acima da inflação, o que ajuda a recuperar o poder aquisitivo e aquecer um pouco as vendas.

Porém, nem todos estão otimistas com as perspectivas de retomada do consumo. Thiago Vidal, diretor de análise política da consultora Prospectiva, aponta o aumento do desemprego como um obstáculo. "Uma coisa é ver um aumento da pobreza mas com alguma renda; outra coisa é não haver emprego, nenhuma renda, qualquer que seja", observou.

No primeiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego argentina saiu de 5,7% para 7,7%, segundo dado oficial do Indec.

Sobre os investimentos de que o país precisa para a retomada do crescimento, um empresário do setor industrial disse que, antes de investir, as empresas precisam usar a capacidade instalada, cuja ocupação atual está na metade. Isso implica também em reduzir os estoques acumulados desde o ano passado. Essa fonte ressalta que esses estoques estão sendo reduzidos aos poucos.

Já uma fonte do setor financeiro ressaltou que "nenhum outro presidente conseguiu fazer um ajuste fiscal como o atual, e isso é a base para todo o trabalho de equilibrar a economia". Ele acredita que as reservas do Banco Central serão recompostas aos poucos com as negociações com bancos internacionais e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), este último no primeiro trimestre de 2025. A expectativa, afirma, é de que essas restrições cambiais sejam eliminadas "gradualmente".

Para o ex-ministro de Economia Hernán Lacunza, está havendo um reequilíbrio da macroeconomia, mas ele descarta uma recuperação em forma de "V". "A recuperação da atividade econômica para os níveis de 2023 não deve ocorrer antes do fim de 2025, especialmente no consumo maciço", disse Lacunza ao **Valor**.

Ele considera difícil saber qual é o câmbio de equilíbrio na Argentina, mas o fato é que o câmbio real está 50% inferior ao de dezembro, e o bilateral com Brasil já é igual ao de novembro, já se perdeu todo o efeito da desvalorização", disse, sugerindo que o mercado necessita uma nova desvalorização.

Lacunza destacou que o spread entre o dólar paralelo (blue) e o oficial chegou a cair a 20% no início do ano, mas voltou a subir nos últimos meses para cerca de 40%, o que reflete uma aposta na desvalorização. "Estamos atravessando uma espécie de estabilização. A inflação não está mais baixando no mesmo ritmo, os investimentos não chegam e o 'V' prometido ficou para o ano que vem."

Em discurso aos empresários presentes no Council of the Americas, o presidente Milei descartou a ideia de desvalorização do peso. "Não estamos dispostos a desvalorizar para arruinar os argentinos", disse o presidente, no discurso de encerramento do evento.

Sobre o fim dos controles cambiais, uma demanda do setor produtivo, Milei disse que ninguém mais que ele deseja acabar com o "cepo", "mas fazer isso sem resolver os problemas de fundo geraria um problema maior".

Para o empresário do setor de celulose, José Urtubey, "já é hora de o governo começar a olhar para a economia real, as cadeias de valor produtivo, as economias regionais, pensar no mercado interno".

Fernández é indiciado por agredir ex-primeira-dama

Agências internacionais

O procurador federal da Argentina, Ramiro González, indiciou ontem o ex-presidente Alberto Fernández por agressão e violência de gênero contra sua ex-mulher Fabiola Yáñez.

O ex-presidente peronista foi inicialmente acusado de crimes de lesão corporal — em vários episódios de violência —, mas a procuradoria argentina decidiu por uma tipificação que aumenta o escopo da acusação após depoimentos coletados de Yáñez e de pessoas próximas do casal.

Fernández está sendo agora acusado de provocar lesões graves duplamente qualificadas — pelo vínculo doméstico e perpetradas no contexto de violência de gênero com abuso de poder e de autoridade. Também foi atribuída a ele a imputação por ameaças de coerção.

A acusação afirma que o ex-presidente agiu em uma "total assimetria" de poder em relação à ex-primeira-dama.

González também ordenou uma série de medidas destinadas ao avanço do caso. Por um lado, foi solicitado à Unidade Médica Presidencial o envio de todos os registros de atendimento a Fabiola Yáñez de dezembro de 2019 a dezembro de 2023.

Ao mesmo tempo, pediu à instituição que informe quais os profissionais que cuidaram da pessoa nomeada durante esses anos, com registro de todos os dados de contato, acrescentou o procurador.

Por outro lado, o promotor também solicitou que fossem arbitrados os meios necessários para receber depoimentos de diversas testemunhas do caso, como a mãe de Fabiola Yáñez; Daniel Rodríguez, antigo funcionário da residência presidencial da Quinta de Olivos; Sofía Pacchi, amiga da vítima; e o médico da Unidade Médica Presidencial, Federico Saavedra.

A acusação pediu ainda a Daniel Rodríguez que enviasse os vídeos das câmaras de segurança interna da Quinta de Olivos.

Yáñez testemunhou durante quatro horas perante o promotor González, por meio de videochamada do consulado argentino em Madri, onde mora hoje.

Curtas

Ucrânia ataca com drones

A Ucrânia lançou ontem um dos maiores ataques com drones contra a Rússia desde o início da guerra em 2022, enquanto enfrenta resistência para avançar no conflito nove dias após o início da ofensiva na região de Kursk. Segundo o ministério da Defesa da Rússia, a Ucrânia lançou 117 drones, além de mísseis.

Crise do aço chinês

O setor siderúrgico da China vive uma crise semelhante a um inverno rigoroso mais longo, mais frio e mais difícil de suportar do que se espera, disse o presidente do China Baowu Steel, Hu Wangming, na reunião semestral da empresa, alertando sobre um período pior do que as crises de 2008 e 2015.

Valor ECONÔMICO

Consumo fraco e risco de deflação desafiam a China

A China tem a meta de crescer 5% este ano, pode não atingi-la por pouco e mesmo assim continuará sendo um dos países de maior expansão do mundo. Os líderes chineses, no entanto, sabem que a economia enfrenta problemas nada triviais. O país enfrenta uma espiral negativa de crédito, consumo, ingresso de capital externo e valor dos imóveis. Vários setores estão com excesso de capacidade de produção, e o índice de preços ao consumidor ruma para a deflação — foi de -0,2% em junho na comparação com o mesmo mês de 2023.

O Comitê Central do PC chinês fez sua plenária quinquenal em meados de julho e traçou diretrizes para o futuro, que seguirão a orientação do líder supremo Xi Jinping, de buscar "novas forças produtivas de qualidade", o que significa perseguir a modernização industrial para subir na escala tecnológica. Ainda assim, os 363 membros do comitê dirigente não deixaram de apontar que a China corre "riscos em áreas chaves: no setor imobiliário, na debilidade dos governos locais e nas instituições financeiras de pequeno e médio porte". Há um fio condutor dessas dificuldades: o estouro da bolha imobiliária, que afetou um setor no passado responsável por um quarto do PIB de US$ 17,7 trilhões.

Os preços de novos imóveis continuam caindo — em junho declinaram 4,5%, a construção de residências caiu 10,1% no primeiro semestre e os investimentos no setor encolheram 23,7%. Os governos locais sentiram forte impacto por deixarem de contar com uma de suas maiores fontes de receita, a venda de terrenos para as incorporadoras — as maiores faliram ou encontram-se em sérias dificuldades. Um dos planos postos em prática por Pequim foi financiar a compra dos imóveis encalhados pelos governos locais — US$ 40 bilhões foram alocados em maio recentemente com essa finalidade —, mas isso não surtiu muito efeito, pelo menos até agora. Analistas chineses e externos dizem que os estímulos dados até agora são muito tímidos para fazer a diferença.

A arma tradicionalmente usada para combater crises pela China são as grandes injeções de liquidez, que agora, no entanto, o governo reluta em fazer, para não dar sobrevida a uma bolha indesejada no setor imobiliário e seu surgimento em outros setores. O governo tem impedido a ruína de incorporadoras saudáveis, com apoio seletivo e crédito renovado por bancos estatais, e tem agido, com redução dos juros de hipotecas, para incentivar as compras, que continuam caindo. Pelo menos dois terços da poupança dos lares chineses está nos imóveis, e sua derrocada provocou outra, a da confiança dos consumidores.

Depois da plenária, o Politburo, núcleo dirigente do partido e do Estado, sob comando de Xi, indicou que há mais medidas de reativação por vir. O diagnóstico é que a demanda doméstica é "insuficiente" e que "o foco da política econômica tem de mudar para beneficiar o povo e promover o consumo". O caminho é "aumentar a renda do povo por múltiplos canais".

A China cresceu 4,7% no segundo trimestre, abaixo da meta, e há mais sinais de fraqueza na economia. A média quinquenal de crescimento será de 4,64% ao fim de 2024, ante 6,7% em 2019. As vendas no varejo fraquejaram em junho e atingiram 2%. A demanda doméstica fraca deu enorme impulso às exportações — US$ 900 bilhões no segundo trimestre, mais de 50% acima do período pré-pandemia — e derrubou importações (-2,3%). Como reflexo da desaceleração econômica, os novos empréstimos bancários em julho declinaram ao mais baixo nível em 11 anos.

Com os preços ao produtor em queda por meses a fio (-0,8% em julho), e capacidade de produção acima da demanda atual, a China tem exportado deflação para o resto do mundo. Não é uma má notícia para o combate à inflação empreendido pelos bancos centrais ao redor do mundo, mas está sendo recebida com uma saraivada de sobretarifas em vários produtos, de carros elétricos na Europa e Estados Unidos a aço no Brasil. O ritmo das exportações, com isso, está desacelerando.

Além disso, a China enfrenta um desafio mais grave, sua disputa com os EUA pela hegemonia tecnológica. As tarifas generalizadas impostas no governo Trump foram mantidas ou ampliadas por Joe Biden, e as exportações chinesas para os EUA, que chegaram a 25% do total comprado pelos americanos, caíram a pouco mais da metade.

A modernização industrial pretendida aumentará a oferta, mas o país tem deficiência de consumo. Com excesso de oferta e baixa procura, os preços estão caindo, elevando os riscos de deflação. A pressão baixista atingiu os bônus do país, que rendem 2,1% (o de 10 anos).

Xi pretendia mudar o modelo exportador e de alta taxa de investimentos (e alta poupança) por outro de fortalecimento de mercado e consumo domésticos. A crise dos imóveis dificultou a tarefa, não consumada até agora. Os juros foram reduzidos e é possível que mais estímulos para melhorar as condições sociais e de crédito para as camadas médias e pobres estejam a caminho. O crescimento não está gravemente ameaçado a curto prazo, mas se a deflação se instalar, Pequim terá um dos problemas mais sérios que já teve de enfrentar.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Custo de proteção de florestas tropicais é de 1,38% da receita da produção mundial de petróleo. Por **Sergio Volk**

Recursos para a transição energética, pauta para as COPs

"Uma das propostas mais promissoras é transferir a externalidade do consumo de combustíveis fósseis dos consumidores para os produtores, criando assim uma fonte adicional de recursos financeiros para impulsionar a transição energética".

A decisão da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 28), sediada nos Emirados Árabes Unidos, desencadeou uma série de reflexões sobre a transição energética e a sustentabilidade financeira em meio ao desafio global das mudanças climáticas. A confirmação de Belém, Pará, como sede da próxima COP 30, em 2025, e Baku, Azerbaijão, como sede da COP 29, em novembro de 2024, evidenciou a importância da cooperação internacional na busca por soluções ambientais.

No entanto, o acordo final da COP 28, apesar de seu progresso significativo na redução gradual do uso de combustíveis fósseis para diminuir as emissões de gases de efeito estufa, levantou questões cruciais sobre a transição.

A necessidade de uma transição energética global para fontes mais sustentáveis é uma urgência imperativa diante dos desafios das mudanças climáticas. As emissões de gases de efeito estufa provenientes da queima de combustíveis fósseis estão exacerbando os efeitos do aquecimento global, levando a fenômenos climáticos extremos, elevação do nível do mar, acidificação dos oceanos e perda de biodiversidade.

Para enfrentar esses desafios e garantir um futuro sustentável para as gerações futuras, é essencial reduzir drasticamente a dependência de fontes de energia não renováveis, como o petróleo, carvão e gás natural, em favor de fontes mais limpas e renováveis, como a solar, eólica, hidrelétrica e outras energias renováveis.

No entanto, os desafios financeiros representam uma barreira significativa para essa transição energética. A implementação de infraestrutura para energias renováveis, como a instalação de parques solares e eólicos, a expansão da rede elétrica para integrar essas fontes de energia intermitentes e a modernização das redes de transporte para veículos elétricos exigem investimentos substanciais.

Os desafios financeiros também incluem a necessidade de repensar os modelos de negócios e os sistemas financeiros globais para incentivar investimentos em energia limpa e sustentável. Isso pode envolver a reforma de políticas públicas, como a implementação de incentivos fiscais para energias renováveis, a precificação do carbono para internalizar os custos ambientais das emissões de carbono e a criação de instrumentos financeiros inovadores, como títulos verdes e fundos de investimento sustentáveis.

O conceito de financiamento sustentável propõe uma abordagem inovadora para enfrentar os desafios financeiros associados à transição energética para fontes mais limpas e renováveis. Uma das propostas mais promissoras é transferir a externalidade do consumo de combustíveis fósseis dos consumidores para os produtores, criando assim uma fonte adicional de recursos financeiros para impulsionar a transição energética. Essa abordagem inovadora busca responsabilizar os produtores pelos danos ambientais causados pela queima de seus produtos, internalizando os custos ambientais associados às emissões de carbono e outros poluentes.

JOE POR PIXABAY

Ao transferir a externalidade para os produtores, essa abordagem não apenas cria um incentivo econômico para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas também direciona recursos financeiros para investimentos em projetos sustentáveis e de baixo carbono. Além disso, ao internalizar as externalidades ambientais, as empresas são incentivadas a adotar práticas mais responsáveis, como a redução da pegada de carbono e a incorporação de princípios ESG (ambientais, sociais e de governança) em suas operações.

Essa abordagem também tem o potencial de catalisar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis, à medida que as empresas buscam soluções mais eficientes e de baixo carbono para minimizar seus impactos ambientais. Em última análise, o financiamento sustentável representa uma oportunidade única para alinhar os interesses econômicos com os objetivos ambientais, promovendo assim uma transição energética justa e sustentável para um futuro mais verde e resiliente.

Embora promissora, essa não é uma alternativa nova. O princípio 16 da Declaração do Rio, estabelecido durante a Cúpula da Terra de 1992, ressalta a importância crucial de internalizar os custos ambientais como parte integrante do desenvolvimento sustentável.

Essa declaração reconhece que as atividades econômicas muitas vezes geram externalidades negativas para o meio ambiente, e os custos associados a essas externalidades devem ser internalizados pelas partes responsáveis. Ao fazê-lo, as empresas e governos assumem a responsabilidade total pelos impactos ambientais de suas atividades, levando em consideração não apenas os custos diretos, mas também os custos ambientais indiretos associados à degradação dos recursos naturais e à poluição.

As florestas tropicais no mundo estão concentradas na sua maior parte na Amazônia, bacia do Congo e SudesteAsiático, totalizando 1,2 bilhão de hectares. O cálculo estimado para preservação por hectare ano é de US$ 30, ou seja, será necessário o aporte anual de US$ 36 bilhões.

A produção de petróleo no mundo é de 90 milhões de barris por dia o que corresponde a cerca de 33 bilhões de barris por ano que resulta uma receita, ao barril na faixa de US$ 80, de mais de US$ 2,6 trilhões. O custo estimado na proteção florestal tropical portando é de 1,38% da receita da produção de petróleo, equivalente a US$ 1,1 por barril.

A formação de profissionais e o aprimoramento de técnicas de restauração são componentes essenciais para o sucesso desses esforços de recuperação da cobertura vegetal. Investir na capacitação de técnicos, engenheiros florestais e outros profissionais envolvidos na implementação de projetos de restauração é fundamental para garantir a eficácia e a sustentabilidade dessas iniciativas.

Adicionalmente, o desenvolvimento e aprimoramento contínuo de técnicas de restauração, incluindo métodos de plantio, manejo do solo e monitoramento de ecossistemas, são essenciais para maximizar os resultados e minimizar os custos associados à recuperação da cobertura vegetal.

Sergio Volk , economista, é presidente do Conselho Fiscal do IBEF-SP, doutor em economia pela EPGE-FGV/RJ, mestre pela PUC-SP em Contabilidade, Finanças e Auditoria, Conselheiro Fiscal e professor no MBA da FEI.

Em qual política industrial apostar?

Jorge Arbache



A acalorada discussão sobre desindustrialização, tamanho e relevância da indústria manufatureira usa, normalmente, métricas como participação do setor no PIB ou no emprego. Os indicadores mostram que aquelas participações vêm diminuindo nas últimas décadas em praticamente todos os países, embora o movimento não seja uniforme entre países.

Acontece que essas métricas podem não ser adequadas para capturar o efetivo tamanho e influência do setor industrial na economia nos dias de hoje. Isto porque as economias vêm passando por profundas transformações tecnológicas e dos modelos do negócio industrial. De fato, entrou em jogo um processo em que várias atividades industriais seriam, pouco a pouco, terceirizadas.

Com isto, atividades que antes eram contabilizadas como indústria passariam a ser classificadas como serviços, fomentando crescente e profunda interdependência entre os setores. Ali incluem-se P&D, design, marketing, serviços de manutenção, serviços de logística, dentre muitas outras atividades. E ainda ganhariam importância marcas, royalties, redes de distribuição, softwares, serviços financeiros e uma ampla e variada sorte de atividades que são fundamentais para a competitividade industrial nos dias de hoje.

O uso cada vez mais intensivo da digitalização, robôs e outras tecnologias avançadas dentro das fábricas ajudaria a explicar o declínio do emprego industrial. Essas transformações variam entre setores, tamanhos de empresa, natureza e estrutura do capital, dentre outros recortes, mas a direção foi comum.

Evidências mostram que a parcela de serviços e inovações "embarcados" em bens manufaturados deverá seguir crescendo não apenas em razão da mudança do modelo de negócio, mas, especialmente, da tendência secular de mudança dos preços relativos em favor dos serviços e em desfavor da indústria. Todo o anterior ajuda a explicar o encolhimento do tamanho da atividade industrial nas métricas convencionais.

Vejamos o caso do iPhone. Parte fundamental da agregação de valor do telefone se deve à marcas, plataformas, softwares customizados, serviços pré e pós-vendas, conectividade e vários serviços digitais de segurança e comodidade que tornam o produto mais atrativo, valioso e distinguível pelos consumidores. Estima-se que as partes "não duras" do telefone respondem por ao menos 80% do valor final. O iPhone seria, então, um bem ou um serviço? É ambos, numa relação simbiótica e sinergética em que a parte tangível requer a intangível para ganhar valor e acesso a mercado, e vice-versa. Porém, o controle da cadeia de valor está nos escritórios da Apple, e não nos escritórios das fábricas terceirizadas que produzem partes ou montam o produto final.

Mas será mesmo que a atividade industrial estaria perdendo importância e influência? Pense no caso dos Estados Unidos. A participação do setor industrial é, hoje, de 11% do PIB, cerca de metade da que era cinco décadas antes. Já o emprego passaria de 21% do total para 8% atualmente. O suposto encolhimento da indústria ajuda a fundamentar o America First, Make America Great Again, o reshoring, ou a política de trazer para "casa" plantas industriais antes estacionadas na China, dentre outras medidas protecionistas. Porém, quando levamos em conta os serviços ancorados em cadeias de valor industriais, a atividade industrial "estendida" chega a pelo menos 29% do PIB, o que destaca a relevância do setor para o país.

Na China, a indústria representava 40% do PIB cinco décadas antes e hoje representa 26%, um número ainda elevado. O país se beneficiou imensamente do offshoring para avançar, qual seja, a política americana de transferir fábricas para locais com baixos custos do trabalho e outros benefícios. Mas o tempo passou, o offshoring acabou e a China está deixando de ser uma grande maquila para se transformar num genuíno protagonista industrial, em que P&D e outros serviços sofisticados desenvolvidos localmente ganham foco.

E a América Latina? Considere os casos do México e Brasil, países com os dois maiores parques industriais da região. Embora o México tenha um setor industrial pujante que responde por 20% do PIB e por parcela fundamental das exportações, o país agrega relativamente pouco valor à manufatura que produz em razão do modelo de divisão de trabalho com os Estados Unidos em que lhe toca, grosso modo, a maquila.

Será importante a associação com o capital internacional e foco em conhecimento, ciência e tecnologia

A maior parte da agregação de valor dos carros e outros manufaturados que o país exporta fica com os Estados Unidos. Isto ajuda a explicar porque, a despeito do tamanho, a indústria ainda não contagiou positivamente a produtividade e o crescimento econômico do país. À luz da experiência chinesa, apostar em políticas que promovam a agregação de valor, o adensamento de cadeias produtivas, os serviços e os investimentos em conhecimento e P&D podem ser passos promissores para que a indústria se consolide e transforme a economia.

No Brasil, a indústria responde por 11% do PIB, quase a terça parte do que já foi no passado. Para além dos temas metodológicos já discutidos, o Brasil é um caso notável de desindustrialização. A esta altura, para ter uma indústria forte e pujante, tal como pleiteia a política pública, será necessário apostar, dentre outros, no ecossistema de apoio à indústria, em especial no P&D e outros serviços que, direta ou indiretamente, determinam a competitividade industrial.

Uma outra boa aposta é industrializar as vantagens comparativas únicas que o país tem e que podem se converter no grande motor de crescimento, produtividade e integração do país à economia internacional. Com ampla base de produção energética, em especial a renovável, muitos minerais estratégicos da transição, ampla capacidade de produção de biocombustíveis, ampla capacidade de produção de alimentos, rica biodiversidade e grandes florestas, o país pode, por meio de estratégias como o powershoring, atrair substanciais investimentos industriais para ajudar o mundo a se descarbonizar e a se alimentar. E, para potencializar esta estratégia, será importante a associação com o capital internacional e foco em conhecimento, ciência e tecnologia.

Jorge Arbache é professor de economia da Universidade de Brasília e escreve mensalmente às quintas feiras neste espaço.

Avanço pode desvincular o crescimento econômico do das emissões. Por **Azeem Azhar e Carl Frey**

Como avaliar os custos climáticos da IA

Em termos históricos, as revoluções tecnológicas têm provocado aumento nas emissões de dióxido de carbono — a primeira Revolução Industrial foi alimentada pelo carvão e a segunda, em grande medida, pelo petróleo. Será que a inteligência artificial (IA) — a tecnologia de utilidade geral de nossa era — fará o mesmo? Os primeiros sinais são preocupantes. As emissões de CO_2 da Microsoft deram um salto de cerca de 30% desde 2020, em meio aos investimentos da empresa em infraestrutura de IA, enquanto as do Google subiram quase 50% nos últimos 5 anos.



É preciso considerar, contudo, duas forças contrapostas: demanda e eficiência. Embora a demanda tenha crescido, a eficiência também melhorou. Os chips de empresas como a Nvidia vêm ficando melhores e a próxima geração deve ser cinco vezes mais rápida do que a atual. Da mesma forma, a OpenAI e outras líderes do setor vêm tornando a operação e treinamento de seus modelos mais eficientes.

Ainda assim, tendo em vista a crescente demanda por IA, o consumo de energia em todo o mundo pode continuar a crescer, mesmo com esses modelos tornando-se mais eficientes. O que realmente importa são as emissões e, para fazer projeções a respeito delas, precisamos saber como será gerada a eletricidade para alimentar os centros de dados de IA e qual será o impacto da IA nas indústrias de altas emissões de carbono.

Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), os centros de dados representaram cerca de 1% a 1,5% do uso de eletricidade no mundo em 2023, e essa participação, sem dúvidas, crescerá no curto prazo. Entre 2020 e 2022, Microsoft, Google e Meta quase dobraram seu consumo acumulado de eletricidade, e isso foi antes da chegada do ChatGPT. Desde então, elas apenas reforçaram seus compromissos de expandir essa infraestrutura.

Embora os centros de dados tenham representado cerca de 1% das emissões de CO_2 relacionadas à energia em 2023, os sistemas elétricos que os alimentam estão reduzindo as emissões a passos acelerados. Nos Estados Unidos, 41% da eletricidade foi produzida a partir de fontes neutras em carbono em 2023 — um aumento de 25% nos últimos dez anos — e na Europa a proporção está mais próxima dos 60%. Nos EUA, na Europa, no Reino Unido e na China, os meios de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis são os que mais crescem.

Apesar das manchetes alarmistas sobre a pegada de carbono da Inteligência Artificial, o sistema energético dos Estados Unidos é tão grande que o impacto direto da tecnologia representa mais uma leve perturbação do que uma mudança sistemática

Por sua vez, o Goldman Sachs prevê que a demanda de energia dos centros de dados crescerá 15% ao ano até 2030, sendo que a IA representaria 20% desse crescimento. Mesmo se 40% das necessidades de energia dos centros de dados dos EUA fossem atendidas por fontes de energia renováveis, a infraestrutura de IA emitiria cerca de 26 milhões de toneladas adicionais de CO_2 por ano.

Embora seja um valor enorme em termos absolutos, é preciso analisá-lo no contexto. As emissões adicionais da IA representariam 0,4% das emissões atuais, uma porcentagem menor, por exemplo, do que as chamadas emissões de "escopo 1" (diretas) de qualquer uma das três maiores empresas aéreas dos EUA. Apesar das manchetes alarmistas sobre a pegada de carbono da IA, o sistema energético dos EUA é tão grande que o impacto direto da IA representa mais uma leve perturbação do que uma mudança sistemática.

Além disso, há evidências convincentes de que a IA pode reduzir as emissões em vários setores que encontram dificuldade em fazê-lo. Tendo em vista que só as trilhas de condensação deixadas pelos aviões são responsáveis por cerca de 35% das emissões da aviação, o Google e a American Airlines estão estudando como o aprendizado de máquina pode ser usado para minimizar a formação dessas trilhas. Os primeiros resultados mostram que cerca de um sexto das emissões mundiais da aviação poderiam ser evitadas (mais do que toda a atual produção dos centros de dados de IA nos EUA somada).

De forma similar, o desperdício de alimentos (que representa 6% das emissões mundiais) pode ser reduzido com o uso de IA para prever a demanda, gerenciar os níveis de produção e otimizar os cronogramas em toda a cadeia produtiva. A IA já vem sendo usada para reduzir as emissões dos processos industriais (atualmente 30% do total mundial), ajudando, por exemplo, no desenvolvimento de materiais inspirados na biologia, que dependem menos de combustíveis fósseis (mas ainda atendem aos padrões mecânicos das indústrias), e na redução do custo da reciclagem de materiais e aumento de sua eficiência. E a IA também ajudará na adaptação climática, ao aperfeiçoar a previsão do tempo e os sistemas de alertas antecipados. Precaver-se no momento certo têm o potencial de salvar vidas e reduzir perdas econômicas.

Portanto, apesar de que no curto prazo a IA, com toda a probabilidade, aumentará o consumo mundial de energia, seu potencial para reduzir as emissões em uma grande gama de setores é imenso. Precisamos lembrar que o progresso tecnológico pode desvincular o crescimento econômico das emissões. O Reino Unido, por exemplo, expandiu o Produto Interno Bruto (PIB) per capita em quase 50% desde 1990, enquanto reduziu as emissões locais pela metade. A IA pode ser a chave para acelerar essa tendência mundialmente.

Tornar realidade todo o potencial da IA como uma ferramenta de redução das emissões de carbono, no entanto, exigirá políticas climáticas mais sólidas. Colocar um preço para as emissões de carbono e reforçar o apoio às fontes de energia limpas criariam grandes incentivos para as empresas investirem em soluções de IA que reduzam as emissões e acelerem a transição para um futuro sustentável. Se jogarmos bem nossas cartas, a IA poderia perfeitamente se revelar nosso trunfo na luta contra as mudanças climáticas. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Azeem Azhar, fundador da newsletter Exponencial View, é pesquisador executivo na Harvard Business School e investidor na área de tecnologia.
Carl Benedikt Frey, professor associado de trabalho e IA no Oxford Internet Institute e diretor do Programa Futuro do Trabalho, na Oxford Martin School.

Frase do dia

"Quantidade de eventos de calor extremo está além de qualquer coisa já vista ou mesmo pensada como possível".

Do historiador Maximiliano Herrera, sobre os meses de fevereiro a julho e 130 recordes nacionais de calor registrados

Cartas de Leitores

PEC da anistia

Legislar em causa própria deveria ser proibido, no mínimo, em respeito à ética.

O valor da dívida partidária é causada por quem legisla, mais claramente, por quem elabora e aprova as leis, ou seja, pelos nossos deputados e senadores. Perdoaram a dívida de R$ 23 bilhões (equivalente a 76,66 Mega-Sena da Virada de R$ 300 milhões), causadas por eles mesmos. Primeiro, o projeto foi aprovado pelos nossos deputados federais e agora, pela Comissão de Constituição de Justiça do Senado. É vergonhoso o perdão.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

•

Sem constrangimento algum, a Câmara já aprovou, e agora, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprova a PEC da Anistia. Em regime de urgência, já contam com sua votação e aprovação em plenário nesta semana. Na realidade é mais um golpe destes legisladores contra os contribuintes, já que a anistia representa um perdão excrescente de dividas dos partidos num total de R$ 23 bilhões, por infringirem descaradamente as leis eleitorais entre 2018 a 2023. Infelizmente, o Parlamento ratifica aos partidos o direito à impunidade e à inadimplência.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Voepass

Quem já trabalhou na pilotagem de aeronaves sabe ser indiscutível que os acidentes, muitos infelizmente com vítimas fatais, raramente constituem evento isolado. Ao contrário, são geralmente devidos a um conjunto de fatores que convergem para a catástrofe. Certamente não foi diferente com o voo da Voepass que, no trajeto de Cascavel a Guarulhos, caiu em Vinhedo, resultando na morte de todos os passageiros e tripulantes do equipamento de fabricação francesa ATR 72, largamente empregado em tráfego regional.

Imediatamente iniciaram-se as investigações. Uma delas, conduzida pela Força Aérea Brasileira, tem como função precípua analisar os aspectos técnicos que desembocaram na tragédia. Outra, a cargo de autoridades policiais, visa a localizar possíveis erros humanos diretos que possam ter sido determinantes. A sociedade tende a pressionar para tomar conhecimento no menor espaço de tempo dos detalhes do desastre. Mas nada além de aguardar os relatórios oficiais constitui atitude sensata.

Relembrar, por exemplo, que foram detectados em ocasiões passadas, parafusos frouxos, pneus em não muito bom estado ou acidentes sem consequência, só farão introduzir ruídos nas averiguações que não ajudarão em nada a desvendar as verdadeiras determinantes do infortúnio.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Breve lançamento - Chácara Santo Antônio

LINDENBERG
ALTO DAS NAÇÕES

O primeiro Lindenberg em um complexo multiúso premiado, no quadrilátero mais importante da cidade.

A oportunidade de investimento junto ao maior PIB de São Paulo.

Fachada perspectiva ilustrada

110, 166 E 213 M²* | 2 SUÍTES A 4 DORMS.

*Incluindo depósito privativo

Diferenciais exclusivos para o estilo de vida cosmopolita.

- Quadra de tênis oficial
- Piscina coberta climatizada de 25 m
- Rooftop a 116 m de altura
- Serviços Pay-Per-Use(2)
- Hall social com elevador privativo para todas as unidades
- Banho suíte master entregue com 2 cubas(1)
- Tomadas USB nas suítes e na sala(1)
- Gerador full de energia atendendo as demandas das áreas privativas, inclusive ar-condicionado
- Piso a piso de 2,88 m
- Previsão para instalação de coifa para a cozinha de todas as unidades
- Área técnica para condensadora de ar-condicionado
- Kit Gourmet(3)
- Kit Grill(4)

(1) Conforme Memorial Descritivo. (2) Serviços pay-per-use fornecidos por terceiros. Conforme convenção de condomínio. (3) Item opcional, não está incluído no memorial padrão e estará disponível para comercialização - Somente para finais 1, 2, 5 e 6. (4) Item opcional, não está incluído no memorial padrão e estará disponível para comercialização - Somente para finais 3 e 4.

Em um complexo que reúne tudo em um só lugar:

Praça com mais de 32 mil m² | Hipermercado Carrefour | Restaurantes | Teatro | Offices | Residenciais



CENTRAL DE ATENDIMENTO:
AV. DR. CHUCRI ZAIDAN, 1793

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO:
RUA VERBO DIVINO, ALTURA DO Nº 1.600

3135-5117 | lindenbergaltodasnacoes.com.br

REALIZAÇÃO:


LINDENBERG
DESDE 1954





Tagawa

Lindenberg Vendas LTDA. Rua Joaquim Floriano, nº 466, Ed. Corporate - 2º andar - CEP 04534-002 - www.lindenberg.com.br. CRECI 20267-3. Central de Atendimento TECVENDAS: R. Domingos de Morais, 2187 - Torre Dubai - Sala 114 - Vila Mariana - São Paulo - SP Fone: 5056-8308 - Diário/24 horas - www.eztec.com.br. CRECI: 5677-J. LINDENBERG ALTO DAS NAÇÕES - Austin Incorporadora LTDA. CNPJ 37.769.477/0001-46. Memorial de Incorporação registrado junto ao 11º Registro de Imóveis de São Paulo, sob o nº 7, da matrícula nº 485.923, publicado em 11/06/2021, averbação 49/485.923 em 18/04/24. 103908

Saúde
Moll, da D'Or, diz que continua avaliando ativos para compra, mas há poucas oportunidades B3



Logística
Problemas no comércio global e nos portos brasileiros puxam fretes B3

Veículos
Venda de carro seminovo reage e ajuda locadoras no 2º trimestre B5

Agronegócio
De volta aos fundadores, a Verde Campo prevê crescer 20% neste ano B7

Empresas

Recursos Disputas judiciais viram 'ativo rentável' para as companhias e atraem gestoras especializadas

Venda de créditos judiciais se torna alternativa para empresas que precisam levantar capital

Fernanda Guimarães
De São Paulo

As empresas brasileiras passaram a olhar para o seu contingente jurídico em busca de alternativas para fazer caixa, em um momento de restrições de acesso ao dinheiro, juro alto e investidores mais seletivos. Ao fazer um pente-fino para dentro de casa na busca de "ativos escondidos no balanço" — sem visibilidade financeira —, as companhias passaram, em grande parte, a mirar não só precatórios, que são as dívidas do governo com sentença judicial definitiva, mas também para outras disputas judiciais.

Com isso, o mercado de créditos judiciais no Brasil, jargão conhecido como "legal claims" no mercado, começou a ganhar cada vez mais espaço, levando a um número crescente de gestoras que passaram a atuar nesse nicho. Se antes esse tipo de ativo não era visto pelas empresas como "monetizável", agora as áreas jurídicas corporativas passaram a atuar de forma mais ativa para contribuir com as financeiras.

Diante desse amadurecimento, uma nova onda, já comum em mercados mais desenvolvidos como os Estados Unidos, também começa a chegar no Brasil.

Grandes companhias, por exemplo, começaram a passar um portfólio de ações para um fundo creditório (FDIC), estruturado por uma gestora especializada e transações devem começar a ser anunciadas em breve.

De partida, a companhia recebe um capital por esse portfólio, que pode ajudar na redução da alavancagem, por exemplo. No final, ainda fica com grande parte do ganho das causas. Casas especializadas em ativos alternativos, como a Prisma, por exemplo, tem atuado nesse novo nicho no Brasil. Bancos também estão começando a buscar oportunidades nesse mercado.

Dentre as empresas que lançaram mão da venda de créditos jurídicos mais recentemente estão nomes como Marisa, que vendeu créditos tributários para fazer caixa, assim como a BRF. Procuradas, Marisa e BRF não comentam.

Esse mercado também tem se aquecido por casos de Santas Casas vendendo ações contra a União, pedindo pagamento por "leito do SUS". A "tese do século", que se trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, também vem movimentando esse mercado nos últimos anos.

Companhias também fizeram a venda desses ativos de litígios para fazer caixa em meio a processos de recuperação judicial.

Sem problema emergencial de caixa, a empresa de embarcações Oceanpact anunciou a cessão parcial de ações judiciais contra a Petrobras de cobrança de taxas diárias de contratos. Em fato relevante informou ao mercado que recebeu, com isso, R$ 100 milhões e, ainda, participaria majoritariamente , no futuro, de valores a serem recebidos na ação. A Oceanpact também preferiu não comentar o assunto.

Alguma empresas têm olhado a possibilidade de vender ativos judiciais como forma de "destravar valor", visto que pode haver no balanço disputas bilionárias. Contribui, ainda, para essa demanda do mercado, o interesse vindo também de empresas que podem utilizar determinados tipos de créditos tributários para o abatimento de impostos.

"O mercado de 'legal claims' começou com a venda de crédito 'single name' (de apenas um devedor). A venda do portfólio veio em um segundo momento. Agora, com o amadurecimento desse mercado, há um grupo de empresas que não precisam necessariamente levantar capital, mas vendem esse pacote para busca de eficiência de recursos", diz Guilherme Setoguti, advogado e presidente da Associação Brasileira de Special Situations e Litigation Finance. A entidade foi lançada no ano passado para atender as demandas dessa indústria. O aumento de gestoras de "special sits" tem dado nos últimos anos um combustível a esse mercado.

Gustavo Junqueiro, sócio do Dias Carneiro Advogados, aponta que um fato importante no crescimento desse mercado é que houve o entendimento de que esses são ativos "totalmente descorrelacionados" ao negócio da empresa. Ou seja, é uma boa

> "Empresas começam a buscar embaixo do tapete onde pode ter recursos"
> *Francisco Clemente*



ROGERIO VIEIRA/VALOR

João Mendes, sócio da Prisma, diz que a venda de ativos de disputas faz com que empresas foquem no principal negócio

alternativa para companhias que precisam de liquidez.

"Empresas começam a buscar embaixo do tapete onde pode ter recursos vistos como ilíquidos", afirma Francisco Clemente, sócio da KPMG. Segundo ele, uma das razões que tem impulsionado esse mercado é a nova lei de recuperação judicial. Em pesquisa sobre ativos alternativos, que acaba de ser lançado pela KPMG, ter dinheiro em caixa é o principal motivador para a venda desses ativos. No geral, muitas empresas também vendem créditos inadimplidos com esse propósito, mercado que tem rapidamente se expandido no país.

Na Latache Capital, gestora focada em empresas com ativos problemáticos ('special sits)', a abordagem por empresas tateando sobre o interesse em créditos judiciais tem crescido, à medida que as companhias percebem o valor desses ativos. "As empresas têm passado por um processo de transformação interna e percebendo que os ativos jurídicos têm valor e que, assim, podem se valer dessas oportunidades para uma monetização extraordinária", comenta.

Segundo ele, para a aquisição desses ativos é necessária uma ampla diligência, até mesmo para entender a capacidade de pagamento da contraparte, o que influencia no risco e, consequentemente, na precificação. Uma cláusula comum na compra dos créditos judiciais, segundo ele, é o chamado "earn out". Se o pagamento for feito em um prazo mais curto que estimado na hora da compra, a empresa recebe um valor adicional pré-acordado. Na Latache, as ações precisam necessariamente ter já passado pelo trânsito em julgado do mérito, ou seja, quando não se cabe mais recursos, para ser elegível para a compra.

O diretor da Makalu responsável pela área de 'legal claims', Felipe Ciciarelli, lembra que esse mercado no Brasil não é novo, exatamente por conta dos precatórios, que sempre atraiu investidores. No entanto, mais recentemente, o mercado "secou", em um momento em que a PEC dos Precatórios afetou a fila de pagamentos pela União, diminuindo o apetite dos investidores. Com esse tema agora mais organizado, aponta Ciciarelli, a expectativa é de um novo aquecimento, quando é também esperado que mais ativos sejam vendidos por parte das empresas.

> **R$ 100**
> **milhões foi quanto a Oceanpact recebeu**

Na mesa da Makalu no momento, segundo o executivo, há cerca de R$ 1,1 bilhão de ações, considerando o valor de face. São diferentes casos não só envolvendo o ente público, mas também grandes empresas Por lá, afirma Ciciarelli, o olhar tem se voltado também às disputas privadas, que podem ser venda de direitos hereditários, comerciais ou até mesmo ações de cobranças de honorários.

A gestora Prisma Capital tem conversado com grandes empresas para o financiamento de litígios. "Com isso, a empresa prioriza a alocação do seu capital no 'core business', e não em litígios", afirma João Mendes, sócio da gestora. Nesse tipo de negócio, existe uma cessão parcial do crédito judicial, ou seja, a gestora financia a causa — dos advogados a demais custos envolvidos — e a empresa consegue manter uma área jurídica mais enxuta, participando do ganho no êxito da ação. "Essa companhia também traz um sócio comprometido, que vai colocar capital para gerar resultado. Alguém que vai compartilhar o risco", comenta.

Mais recentemente, as empresas também começaram a utilizar essas ações judiciais como forma de conseguirem capital mais barato, muitas mirando a redução de alavancagem, por exemplo. "Esses ativos (os judiciais) têm uma utilidade financeira gigantesca. O diretor jurídico de uma empresa acaba tendo um papel que antes era apenas do CFO. Ele torna agora mais eficiente o departamento jurídico e se torna uma fonte de recursos para empresa", comenta Mendes, da Prisma. Ao empacotar essas ações judiciais em um FIDC, a empresa recebe o dinheiro acordado. E mais à frente, conforme os processos tiverem sucesso, fica com grande parte dos ganhos .

"A beleza desse tipo de FIDC é ser composto por casos variados, com riscos jurídicos variados, então a diversificação diminui o risco e permite taxas mais atrativas", diz o sócio da Prisma.

Já o sócio da Jive, Mateus Tessler, nota que as empresas estão ainda mostrando um interesse cada vez maior em utilizar esses créditos como colateral para empréstimos. Por serem feitos por meio de uma cessão fiduciária, explica, a empresa, além de conseguir taxas competitivas, consegue manter o valor da dívida fora de seu balanço. "Temos dado predileção a fazer isso. O desembolso é mais baixo e não fico com o risco do atraso (de pagamento)", comenta Tessler. "Geralmente quem faz isso são empresas grandes. Não é o CFO quem tem a ideia, mas sim o assessor jurídico."

Lojas Americanas tem prejuízo de R$ 2,3 bilhões em 2023

Varejo

Douglas Gavras
Folhapress, de São Paulo

A Lojas Americanas registrou um prejuízo de R$ 2,272 bilhões no ano passado, segundo balanço divulgado na noite de quarta-feira (14) pela companhia. O ano passado foi marcado pela descoberta da fraude contábil que levou a varejista à recuperação judicial. Os principais resultados mostram que a perda em 2022 também foi atualizada, de um prejuízo de R$ 12,9 bilhões para R$ 13,2 bilhões.

No primeiro semestre de 2024, a perda foi de R$ 1,412 bilhão, ante os R$ 3,203 bilhões registrados no primeiro semestre do ano passado. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) ajustado no primeiro trimestre de 2024 foi de R$ 265 milhões. Em 2023, o Ebitda ajustado foi negativo em R$ 2,411 bilhões.

O varejo físico melhorou gradualmente a partir do segundo trimestre de 2023. A margem bruta de 2023 e do primeiro trimestre de 2024 da companhia melhorou em comparação aos períodos anteriores.

Nesta quarta, as ações da companhia fecharam o pregão negociadas a R$ 0,33, queda de 19,5%, pela expectativa da divulgação dos resultados.

Em junho, a Lojas Americanas divulgou dados do balanço de 2023 e do primeiro trimestre de 2024, mas esses números ainda não haviam sido auditados.

Em julho, o conselho de administração da Lojas Americanas homologou o aumento de capital da companhia.

Parte desse valor vem do aporte de R$ 12 bilhões dos acionistas de referência, o trio Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles. Isso inclui dinheiro novo e conversão de empréstimos dos acionistas à varejista.

O aumento de capital, que havia sido aprovado em uma assembleia geral extraordinária no dia 21 de maio, teve montante total de emissão de R$ 24,46 bilhões, segundo comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As novas ações somente poderão ser negociadas a partir desta quinta-feira (15).

> **R$ 1,4 bi**
> **foi a perda no primeiro semestre**

Há cerca de um mês, a companhia informou que uma investigação do comitê independente confirmou a fraude contábil que foi responsável por inconsistências no balanço patrimonial. Essas inconsistências levaram ao pedido de recuperação judicial da empresa em janeiro de 2023.

Em um documento à CVM, a empresa disse que as evidências apresentadas pelo comitê confirmam a existência de fraude contábil. Quatorze pessoas ligadas à varejista são investigadas por crimes de manipulação de mercado, uso de informação privilegiada e associação criminosa.

No dia 1º de julho, a ex-diretora da Lojas Americanas Anna Saicali desembarcou em São Paulo e entregou o passaporte à Polícia Federal, no âmbito das investigações sobre fraudes na companhia. Ela estava em Portugal desde 15 de junho.

Em 29 de junho, Miguel Gutierrez, ex-CEO das Lojas Americanas, foi liberado pelas autoridades espanholas, após ter sido preso pela polícia espanhola em Madri um dia antes.



GABRIEL REIS/ VALOR

Continuar aprendendo: Ulrich, de 71 anos, diz que a cada dois ou três anos, uma palestra sua sobre determinado tema tem de 25% a 30% de material novo

Entrevista Renomado especialista em RH, o americano Dave Ulrich fala sobre o valor da atualização do conhecimento para a liderança

Como cultivar o espírito da aprendizagem contínua

Fernanda Gonçalves
De São Paulo

Considerado um dos principais nomes do RH da atualidade, Dave Ulrich tem encontrado novas formas de aprender e de se comunicar. Aos 71 anos, o americano é professor na Universidade de Michigan, além de codiretor do programa executivo de recursos humanos da instituição. Ele esteve no Brasil a convite da empresa de gestão de benefícios Flash para participar do encontro "Flash Humanidades", voltado para profissionais de RH, e concedeu entrevista exclusiva ao **Valor**.

Autor de cerca de 30 livros sobre gestão de pessoas, como "Recursos Humanos Estratégicos" e "Os Campeões de Recursos Humanos" (Editora Futura), e criador do conceito de "business partner", Ulrich diz que ainda se sente empolgado em buscar conhecimento. "Tenho perguntas muito intrigantes para as quais não tenho respostas", revela.

No entanto, sua principal forma de expor e debater ideias mudou. Na pandemia, Ulrich encontrou no LinkedIn um meio para se manter conectado com sua audiência de forma mais ágil. "Compartilhar ideias com todo o mundo é uma boa forma de aprendizado. Sei que os livros são importantes, mas leva um ano para escrever e mais um ano para publicar. Quando o processo acaba, o livro já está desatualizado", relata.

Outro aspecto que também passou por mudanças, na visão do especialista, foram os desafios enfrentados por profissionais de todas as áreas. Para ele, o principal deles hoje é a incerteza sobre o que há por vir. "Uma das coisas que fazíamos muito era o planejamento de cenários, mas nem sempre sabemos o futuro. Então, como podemos viver num mundo de incertezas?", questiona. "Hoje, a inteligência artificial é a tecnologia mais rápida do mundo. Mas, há dois anos, não sabíamos exatamente o que era", exemplifica.

Para lidar com essa realidade, ele defende que não devemos "perseguir as incertezas, mas focar no que é certo". Para ilustrar essa ideia ele diz: "um pai que acaba de ter um filho não sabe o que a criança vai se tornar quando crescer, onde ela vai estudar, com quem vai se casar ou onde irá morar. Mas quando pergunto aos pais o que eles sabem sobre seus filhos, a resposta é sempre: 'vou amá-los'. E isso se traduz no futuro".

Apesar da dificuldade em fazer previsões, Ulrich aposta que, no futuro, veremos cada vez mais a integração entre tecnologia e pessoas. "A tecnologia está mudando a forma como vemos o mundo, trabalhamos e fazemos as coisas", observa. Como exemplo, ele cita como a tecnologia transformou os limites do trabalho. "Antigamente, trabalhar significava levantar de manhã, ir para o escritório, terminar suas tarefas e ir para casa. Agora, ninguém se importa com o lugar de onde você fez o seu trabalho, e sim que você tenha feito um bom trabalho", afirma. "Penso que o trabalho é um conjunto de valores partilhados e que o seu limite não é um lugar, mas um sistema de crenças comuns sobre o que podemos fazer para ajudar os outros."

> "Sei que os livros são importantes, mas leva um ano para escrever e mais um ano para publicar. Quando o processo acaba, o livro já está desatualizado"

Independentemente da área, o especialista acredita que o uso de dados aliado à observação será cada vez mais fundamental para a realização de um bom trabalho. "As pessoas adoram analisar dados e informações. No entanto, cerca de 20% da informação mundial está numa planilha. Os outros 80% acontecem por meio da observação", explica. "Precisamos aprender a confiar tanto em dados estruturados com estatística e rigor, quanto em dados não estruturados, encontrados através da observação e da percepção."

Ao ser perguntado se acredita que a IA irá substituir os profissionais, Ulrich inverte o ponto de vista: "acho que as pessoas que sabem usar a IA vão substituir aquelas que não sabem. É a habilidade de usar a tecnologia que vai substituir, e não a tecnologia em si".

Para os profissionais de recursos humanos, Ulrich sugere ir além das ferramentas de RH e atuar em favor da criação de valor. "Precisamos conhecer a linguagem dos negócios, que são finanças e economia. Por isso, é importante aprender as ferramentas de RH, como recrutamento, treinamento, desenvolvimento e mudança cultural, mas devemos colocá-las em uma estrutura que ajude os outros. Se o pessoal de RH começar a pensar sobre como criar valor para as pessoas, teremos programas de gestão mais inovadores", aposta.

O especialista defenda, ainda, o aprendizado contínuo. Ele comenta que, antes, as pessoas achavam que aprenderiam 80% do que precisavam na universidade. "Hoje, a universidade é apenas um trampolim. Ensina de 10% a 20%. Gosto da ideia de 'meia-vida do conhecimento', quando 50% do que você sabe está desatualizado. Quando dou uma palestra sobre um assunto, a cada dois ou três anos devo ter 25% ou 30% de material novo", pontua. "Há pesquisas que falam sobre as habilidades críticas dos líderes e das pessoas que têm sucesso ao longo do tempo. Uma das principais é a agilidade de aprendizagem, ou seja, continuar aprendendo, tendo novas ideias."

Ulrich comenta que tem o costume de perguntar às pessoas qual foi o melhor ano da vida delas, e revela a sua resposta para o próprio questionamento: "os próximos 12 meses". "O próximo ano é quando vou aprender, experimentar coisas novas e tentar fazer algo diferente", detalha. "Às vezes, as pessoas citam um livro que eu escrevi há 20 anos e dizem: 'é nisso que você acredita'. Sim, eu acreditava nisso. Mas estou construindo esse conhecimento. Estava certo para a época. Quem tem esse espírito de aprendizagem continua atualizado."

Ações para equidade salarial nas empresas têm ritmo lento

Pesquisa

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Apenas 20% das empresas adotavam políticas de equidade de ganhos antes da lei da igualdade salarial (lei 14.611), promulgada em julho de 2023. Boa parte (40%) havia iniciado alguma prática ligada ao tema, como o mapeamento de executivas na liderança ou a identificação de diferenças de remuneração por gênero, e quase um quarto (23%) não havia realizado nenhuma análise ligada à questão.

Um ano depois da nova regra, o cenário indica pouca movimentação na equiparação salarial entre homens e mulheres. Apenas 16% das empresas têm uma política de paridade bem definida, 19% aguardam apuração do governo para tomar alguma iniciativa, 20% esperam posição do departamento jurídico e das lideranças para promover mudanças e 45% — menos da metade — sinalizam alguma ação: dizem ter feito uma "análise abrangente de remuneração e seguem identificando distorções". A maioria (64%) das companhias admite diferenças salariais no quadro.

Os dados aparecem em um estudo da consutoria Mercer obtido pelo **Valor**. O levantamento foi realizado em abril com 149 organizações que empregam de 101 a mais de 50 mil funcionários, sendo 45% na faixa de 1.001 a cinco mil empregados, de setores como bens de consumo (15%), finanças (12%) e tecnologia (10%).

"Menos da metade das empresas está fazendo uma análise conectada com a estratégia de remuneração da área de recursos humanos", pondera Carolina Zillig, líder de dados e insights da Mercer. "[Apesar do número] isso é fundamental para garantir que os motivos que geram desigualdades sejam corrigidos". Como as estratégias salariais de remuneração são baseadas em cargos ou níveis, esse tipo de avaliação proporciona uma maior visibilidade de dados para que o RH e a liderança trabalhem a fim de reparar a fotografia atual e na prevenção de "gaps", analisa.

No estudo, 10% revelam que precisam revisar políticas de admissão e de mérito para diminuir as disparidades. Neste grupo, 6% relatam que a maior divergência nos holerites está entre recém-admitidos, enquanto 4% identificam uma maior nuance nos cheques no grupo de mulheres com mais tempo de empresa.

Sobre o tamanho das diferenças nos pagamentos recebidos entre homens e mulheres, Zillig acredita que pode chegar a 11%, independentemente do cargo, e até 20% a menos para mulheres em posições executivas. Os índices são baseados em pesquisa salarial da Mercer no Brasil com 1.002 empresas.

> **16%**
> **das empresas têm política de paridade bem definida**

Diante dos estudos, a especialista recomenda um olhar mais assertivo das diretorias de RH para as diretrizes. "Garantir igualdade é um trabalho complexo e contínuo", lembra. É fundamental compartilhar os problemas salariais com as lideranças e definir métricas para um acompanhamento recorrente, sugere. "Equidade não diz respeito apenas a corrigir disparidades de salários, mas proporcionar as mesmas oportunidades de carreira."

O objetivo da lei da igualdade salarial é eliminar as diferenças nos vencimentos de homens e mulheres que desempenham a mesma função. Com a norma, organizações com 100 ou mais empregados devem publicar, semestralmente, relatórios de transparência, preparados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O documento precisa ser divulgado em sites institucionais ou redes sociais corporativas. A não publicação pode gerar multa de até 3% da folha de pagamento, limitada a 100 salários mínimos.

Depois da lei, o primeiro relatório nacional de transparência consolidado pelo governo federal foi apresentado em março, com informações enviadas por 49.587 companhias, que somam 17,7 milhões de empregados. De acordo com o MTE, os dados indicam que mulheres ganham 19,4% a menos que homens. Em postos de liderança, a diferença crava 25,2%. O segundo balanço, com as planilhas enviadas pelas empresas até 30 de agosto, deve ser divulgado em 30 de setembro.

Em setores que exigem qualificação mais alta, os abismos nos proventos podem ser ainda maiores entre gêneros, diz Bruna Bomfim, gerente de estudos e inteligência do hub de tecnologia IT Forum. Na área de TI, a parcela de diretores que recebem rendimentos mensais acima de R$ 50 mil chega a 33%, e apenas 18% das diretoras estão nesta faixa de rendimento. "Isso acontece mesmo que 91% das executivas apresentem mais de vinte anos de experiência no mercado, ante 83% dos homens com o mesmo nível de bagagem", diz.

A análise faz parte de uma pesquisa realizada entre abril e junho pelo IT Forum e a LANDtech, firma de recrutamento de profissionais de TI e digital do Talenses Group. O estudo inclui dados de 360 funcionários de TI de todos os níveis de senioridade.

"Ambientes que estimulam o crescimento profissional de forma igualitária devem tracionar o assunto da equidade com ações bem divulgadas", diz Bomfim, lembrando que a desigualdade nos contracheques pressiona o turnover das equipes. De acordo com o relatório, 45% das diretoras de TI têm a intenção de trocar de emprego, ante 26% dos colegas na mesma posição — para a metade delas (50%), o salário incompatível com o mercado e a falta de expectativa de crescimento no curto prazo são os maiores desafios.

O tabuleiro das gerações e o futuro do trabalho

Rumo certo



Rafael Souto

Magnus Carlsen e Garry Kasparov são dois dos maiores nomes da história do xadrez. O encontro mais significativo entre esses dois gigantes aconteceu em 2004, quando Carlsen, então com apenas 13 anos, jogou contra Kasparov, que era considerado o melhor enxadrista do mundo na época.

O encontro ocorreu durante o torneio de blitz "Reykjavik Rapid" na Islândia. Carlsen já era considerado um prodígio do xadrez, mas ainda era um adolescente. Kasparov estava no auge de sua carreira e era o campeão mundial indiscutível.

No jogo em questão, Carlsen conseguiu um empate contra Kasparov, o que já foi um feito impressionante. Mas essa partida é frequentemente lembrada não apenas pelo resultado — também por ser um prenúncio do que estava por vir, já que Carlsen se tornaria campeão mundial e seria amplamente reconhecido como o "Mozart do xadrez".

Esse duelo de gigantes de gerações diferentes é uma analogia interessante para as relações de trabalho.

Carlsen e Kasparov representam, de certa forma, a transição de gerações no xadrez, algo que também ocorre no ambiente corporativo. Kasparov, um dos maiores enxadristas de todos os tempos, simboliza a geração que estabeleceu as bases e as melhores práticas no mundo do xadrez, assim como líderes experientes fazem em suas empresas. Carlsen representa a nova geração, que, embora respeite o legado de seus antecessores, traz inovação e novas abordagens que muitas vezes desafiam o status quo.

Apesar das diferenças, a colaboração entre as gerações pode gerar benefícios significativos. Assim como Carlsen aprendeu com Kasparov, os mais jovens no ambiente de trabalho podem aprender com a experiência dos veteranos, ao mesmo tempo em que trazem inovações que podem ajudar a empresa a se adaptar às mudanças rápidas do mercado.

A resiliência e a humildade são temas centrais na história de Carlsen e Kasparov. Mesmo enfrentando um jovem prodígio, Kasparov manteve seu nível elevado, demonstrando que, no trabalho, a experiência e a adaptabilidade são valiosas. Da mesma forma, Carlsen, ao aprender com os gigantes que vieram antes dele, mostrou que a nova geração não apenas desafia, mas também respeita e se apoia nas conquistas anteriores para evoluir.

Assim como Kasparov influenciou Carlsen, os mais experientes no trabalho podem atuar como mentores para os jovens talentos. Esse tipo de relacionamento é benéfico para ambos: os mentores têm a oportunidade de transmitir seu conhecimento e legado, enquanto mentorados podem trazer novas abordagens para problemas antigos.

Outro ponto significativo foi a intencionalidade. Kasparov se mostrou interessado e chegou a treinar Carlsen durante um período. Também reconheceu com humildade o quanto estava aprendendo com seu pupilo. Não teve medo de reconhecer os pontos fortes de seu jovem oponente e aprender com ele.

A história de Carlsen e Kasparov nos lembra a importância de integrar talentos de diferentes gerações. O sucesso de uma empresa depende da capacidade de combinar a sabedoria e a experiência dos veteranos com a energia, a inovação e o conhecimento tecnológico dos mais jovens. Isso exige abertura e capacidade de olhar para a jornada de aprendizagem.

A consciência da necessidade e dos ganhos dessa conexão é o caminho para construir pontes de colaboração. Ao invés de julgar e criar estereótipos preconceituosos, o desafio é perceber as oportunidades que a integração geracional pode gerar, diminuindo a hierarquia e permitindo trocas fluidas.

Rafael Souto é sócio-fundador e CEO da Produtive Carreira e Conexões com o Mercado

Vaivém

Stela Campos

GSK

Patrick Eckert assumiu a presidência da GSK Brasil. Ele trabalhou na Novartis em diversos mercados, incluindo Suécia e Emirados Árabes Unidos. No Brasil, foi gerente geral da Roche.

FCamara

Camila Simão é a nova vice-presidente de negócios na FCamara. Ela atuou na Accenture, Avanade, Zup Innovation e Dock.

Galderma

Fernando Souza Lopes é o novo diretor das unidades de negócios de skincare dermatológico e dermatologia terapêutica da Galderma. Antes, atuou na Reckitt, Danone e Pfizer.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Logística Ataques no Mar Vermelho, gargalos nos portos do Brasil e demanda robusta em meio à temporada de pico pressionam preços

Frete marítimo volta a subir e deve seguir elevado em 2024

Taís Hirata
De São Paulo

As turbulências no comércio marítimo global e nos portos brasileiros elevaram os fretes da navegação de contêineres a um patamar próximo ao da pandemia nos últimos meses. Com o início da temporada de pico, os preços devem seguir pressionados ao menos até o fim do ano, segundo especialistas.

A principal rota de importação do país, da Ásia para o Brasil, que no auge da crise logística gerada pela pandemia em 2021 superou os US$ 10 mil por contêiner, hoje está em cerca de US$ 7.250, no mercado de curto prazo, segundo a consultoria Solve Shipping. Em julho, o preço chegou a bater US$ 9.350, mas recuou após empresas de navegação reforçarem a rota nas últimas semanas.

Há um conjunto de fatores que tem pressionado os preços. O principal deles são os ataques a navios no Mar Vermelho, por parte do grupo houthi do Iêmen, em resposta à guerra de Israel. O conflito, que tem desestabilizado o comércio marítimo global, na prática impede que os navios maiores atravessem o Canal de Suez, o que significa que as embarcações que vão da Ásia para Europa e Estados Unidos precisam dar a volta pelo sul da África — trajeto mais demorado e caro.

Para o Brasil também há efeitos, porque parte da carga que vem da Ásia passa pela Europa. Além disso, como as cadeias logísticas são globais, o impacto de falta de espaço nos navios e de contêineres é generalizado. "O conflito drenou todos os navios disponíveis, hoje a frota ociosa no mundo é de menos de 1%, sendo que a taxa costuma oscilar entre 5% e 8%", diz Leandro Barreto, sócio da Solve Shipping.

Para além do cenário global, analistas apontam gargalos nos terminais de contêineres brasileiros, que estão com demanda alta e enfrentam filas. Nos últimos meses, o setor sofreu uma redução da capacidade: houve uma interdição temporária de um berço do terminal da BTP em Santos (SP); o porto de Itajaí (SC) ficou sem operador, após o fim do contrato da Maersk; e se iniciou uma reforma em Navegantes (SC).

Segundo os dados da Solve Shipping, hoje, duas rotas no Brasil sofrem mais com o aumento de preços: além das viagens de importação da Ásia para o Brasil, o trajeto de exportação do Brasil para os Estados Unidos teve aumento recente dos fretes, em grande medida pelo congestionamento dos portos locais, na avaliação de Barreto.

> "A crise drenou os navios disponíveis. Hoje a frota ociosa é de menos de 1%"
> *Leandro Barreto*

Ele explica que, no trajeto até a costa americana, há apenas dois serviços, então se um deles sofre atraso, o efeito é ainda maior do que na rota da Ásia, em que há ao menos cinco viagens por semana. Além disso, um dos serviços para os EUA atraca justamente nos terminais da BTP e Navegantes, dois portos que estiveram com lotação alta nas últimas semanas.

Segundo Andrew Lorimer, presidente da consultoria Datamar, há ainda outra rota impactada pela crise no Mar Vermelho, das exportações do Brasil para o Oriente Médio, em especial de carnes. "Neste caso, o problema é o 'transit time' [tempo da viagem], que dobrou. O que era 30 dias, agora é mais de 60", diz.

Além dos problemas logísticos, a demanda de importação no Brasil aumentou nos últimos meses, afirma Rafael Dantas, diretor comercial da empresa de logística Asia Shipping. "Houve uma alta surpreendente em diversos segmentos. O mercado automobilístico ficou aquecido, teve o fator da alta de importações da BYD, mas outras áreas também estão fortes, como a importação de polímeros de plástico, de placas solares, de pneumáticos, entre outros", afirma. "Estamos vivendo uma situação crítica nos portos brasileiros. Houve redução na capacidade portuária e aumento de volumes. Foram vários problemas que pressionaram a logística", diz ele.

Dantas vê com preocupação o cenário para a temporada de pico, neste terceiro trimestre. "Acredito que haverá atraso de mercadoria para o Natal. Mesmo os importadores precavidos, que anteciparam os pedidos no Sudeste, tiveram tempo de trânsito aumentado em 50% pelos problemas no Mar Vermelho e congestionamento nos portos."

Um fator adicional que se soma aos diversos entraves é a demanda por combustíveis menos poluentes, segundo Lorimer. Hoje, o abastecimento é feito basicamente em Cingapura, onde há um grande congestionamento.

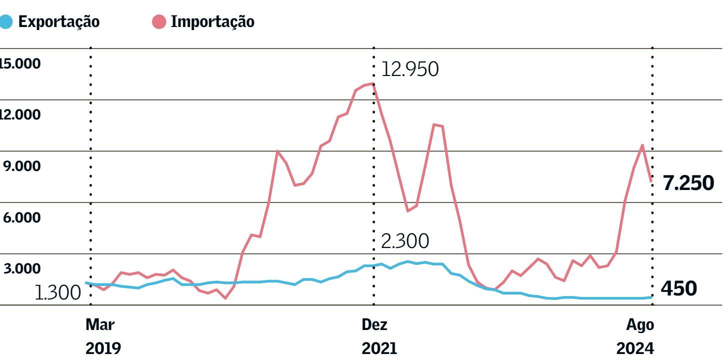
Para ele, não há perspectiva de melhora, e inclusive existe um risco de piora nos próximos meses. "O frete pode aumentar um pouco, porque o pico do ano é entre agosto e setembro. Mas não deve chegar ao nível da pandemia."

Barreto avalia que alguns fatores devem aliviar a situação, em especial nos portos brasileiros, dado que o berço da BTP já foi reparado e voltou a operar, e que Itajaí deve retomar a operação de contêineres. Porém, ele tampouco acredita em um avanço da situação. "Vamos ter de esperar. Até Navegantes voltar à capacidade total, em 2026, a coisa vai andar pressionada. Também vão entrar agora as safras de algodão, café, açúcar, então não vai dar para perceber melhora."

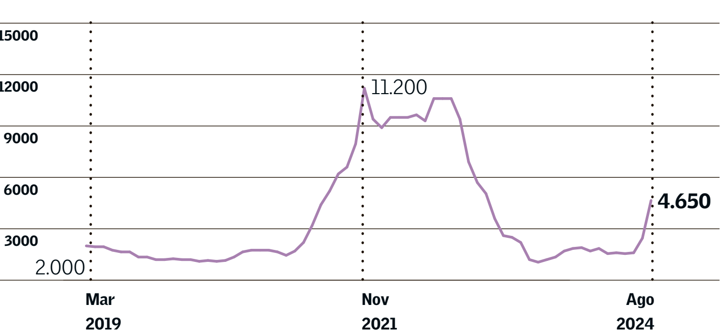
Comércio marítimo

Evolução dos fretes no mercado de curto prazo

Rota Ásia-Brasil, em US$ para contêineres dry de 40 pés



Rota Ásia-Brasil, em US$ para contêineres dry de 40 pés



Fonte: Solve Shipping

CVM rejeita acordo com Gafisa e ex-diretores

Regulador

Victoria Netto
Do Rio

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) rejeitou, por unanimidade, proposta da Gafisa no valor de R$ 50 mil e outra dos ex-diretores de relações com investidores da companhia, Guilherme Benevides e Ian Andrade, que propuseram R$ 150 mil cada. As ofertas visavam à conclusão de um processo administrativo sancionador sobre obstrução de investigação.

A Procuradoria Federal Especializada na CVM sustentou que os acusados não apresentaram o documento de convocação da reunião do conselho de administração requisitado, "razão pela qual não se pode considerar que houve cessação do ilícito". O Comitê de Termo de Compromisso atribuiu a rejeição do acordo "à gravidade da conduta, que envolve possível embaraço à fiscalização, além do impedimento jurídico". O colegiado da CVM acompanhou a avaliação.

Com a continuidade do processo, a diretora Marina Copola foi sorteada relatora. O caso deve ir a julgamento na autarquia, ainda sem previsão de data. Procurada, a Gafisa não comentou a decisão da CVM.

O processo foi aberto pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários (SMI) por "embaraço à fiscalização da CVM". Segundo a área técnica, os acusados ignoraram as solicitações de informações feitas pelo regulador sobre a suposta prática de "insider trading" por membros do então conselho de administração da Gafisa.

Os conselheiros teriam operado com ações da companhia entre 14 e 18 de julho de 2021, poucos dias antes da divulgação do fato relevante de 3 de agosto daquele ano. Nele, foi informada a aprovação da venda de terrenos no valor agregado de R$ 200 milhões.

Entre 18 de fevereiro de 2022 e 4 de março de 2023, a área técnica enviou sete ofícios à companhia, requerendo a documentação de convocação para a reunião do conselho de 2 de agosto de 2021, conforme o parecer.

Rede D'Or põe foco em crescimento orgânico

Saúde

Beth Koike
De São Paulo

Com um caixa que atingiu R$ 17,5 bilhões no segundo trimestre, a Rede D'Or está priorizando o crescimento orgânico. A companhia tem em andamento cerca de 50 projetos, envolvendo a construção de novos hospitais e ampliação das unidades já em operação, que juntos somam 6,6 mil leitos a serem abertos até 2028. Atualmente, o grupo conta com quase 10 mil leitos distribuídos em 71 hospitais no país.

Segundo Paulo Moll, presidente da Rede D'Or, a companhia continua analisando ativos para aquisição, mas há poucas oportunidades interessantes. O executivo conta que a maioria dos hospitais analisados no passado hoje enfrenta dificuldades, com endividamento e contratos comerciais deficitários com operadoras de planos de saúde, o que torna a transação inviável.

O plano de expansão orgânica contempla ainda a joint-venture com a Bradesco Seguros, anunciada em maio e em fase final de conclusão. A Rede D'Or e a seguradora se juntaram na criação de uma empresa, a Atlântica D'Or, que começa a operar neste segundo semestre com três hospitais da bandeira São Luiz em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O Citi destacou, em relatório, que as novas unidades a serem abertas no curto prazo estão posicionadas no mercado premium, o que deve gerar um incremento no tíquete médio do grupo hospitalar.

No segundo trimestre, a despesa média hospitalar foi de R$ 7,9 mil e R$ 10,4 mil (incluindo tratamento oncológico). A rede teve uma taxa de ocupação de 84,4%, o que representa incremento de 1,5 ponto percentual sobre o mesmo período de 2023 — patamar recorde para a companhia.

Esse aumento foi reflexo do incremento no número de atendimentos em pronto socorro devido a casos de dengue e problemas respiratórios, que levaram a mais internações. Segundo Moll, é uma taxa de ocupação difícil de ser repetida, mas há oportunidades de voltar a alcançar esse percentual, uma vez que muitas cirurgias eletivas foram postergadas por falta de leito.

> "Maioria dos ativos analisados no passado hoje não é viável para compra"
> *Paulo Moll*

A companhia encerrou o segundo trimestre com lucro líquido de R$ 1 bilhão, salto de 129,6% sobre um ano antes.

Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) atingiu R$ 2,1 bilhões, alta de 28,5%, no trimestre. O caixa da companhia, de R$ 17,5 bilhões, é suficiente para arcar com compromissos nos próximos cinco anos. Uma das destinações desses recursos é o programa de recompra de ações.

A receita atingiu R$ 13,6 bilhões, avanço de 9,2% sobre um ano antes. Deste valor, cerca de 50% vem da Rede D'Or e a outra metade, da SulAmérica, adquirida em 2022. Moll destacou que uma companhia formada por operadora de planos de saúde e hospitais é interessante porque ambos os negócios têm períodos de sazonalidade e se complementam no balanço anual.

Na SulAmérica, o ponto positivo no segundo trimestre foi a queda na taxa de sinistralidade de 2,7 pontos percentuais, para 83,6%. A seguradora está lançando vários modelos de seguros de saúde, com rede credenciada e preços compatíveis. Dos novos contratos vendidos neste ano, no modelo de adesão, 100% tinham coparticipação. Nos contratos PME, 32% foram comercializados com coparticipação. "Há três anos, essa participação era zero", disse Raquel Reis, presidente da SulAmérica.

INÊS 249

Tecnologia Situação se deteriorou após baixa de ativos de R$ 1,3 bi; ações da companhia caíram 25%

Em nova crise, Infracommerce paralisa cobranças

Adriana Mattos e Nelson Niero
De São Paulo

A situação da Infracommerce, plataforma de serviços on-line e logística, se deteriorou mais nos últimos meses. A empresa perdeu vendas, descobriu que comprou um negócio bilionário que vale hoje menos do que esperava, e foi obrigada a abrir uma nova renegociação de dívidas com bancos. Basicamente, ela teme que a falta de caixa no curto prazo piore a sua crise financeira.

Ontem, após o anúncio da reestruturação de dívidas com credores, um investidor chegou a questionar a direção, em teleconferência, sobre decisões de compra de ativos que perderam valor. Por conta dessa perda, a Infracommerce teve que fazer uma baixa de ativos de R$ 1,38 bilhão nos números do segundo trimestre. Ontem, a ação fechou em queda de 25%, para R$ 0,29.

Para gestores ouvidos, esse processo de renegociação com bancos, num cenário também de piora da situação operacional, é percebido como uma recuperação extrajudicial. Ontem, o comando disse a analistas que foi negociado com bancos credores um acordo com garantia de "stand still" por dois meses, até outubro. Banco do Brasil é um dos bancos credores.

Durante esse prazo, os credores não podem entrar com pedidos de cobranças judiciais contra a companhia, e a Infracommerce também se compromete a não pedir recuperação judicial no intervalo, apurou o **Valor**. É uma forma de ela conseguir tomar um fôlego, com medidas internas mais duras, sem ser pressionada por credores.

São sócios da empresa o Pátria Investimentos (5,9% do capital), o Venture Iguatemi FIP (4,8%) — representado no conselho de administração por Pedro Jereissati — e a gestora IG-Neous, de Carlos Brito, com 7,9% das ações. Brito também tem cadeira no conselho. No balanço da Iguatemi, a participação da Infracommerce é detida através do veículo Navigator.


DIVULGAÇÃO

Companhia, que fez estreia na bolsa em 2021, viu o valor de suas ações derreterem

O cenário se complicou neste ano, depois que a Infracommerce teve que fazer uma baixa da perda de ativos comprados. O valor de negócios adquiridos e registrados nas demonstrações estava acima do valor recuperável.

O ativo que mais perdeu valor foi a Synapcom, sua rival por anos. Segundo as notas do balanço, a Synapcom foi comprada por R$ 1,2 bilhão em 2021, e baixa no balanço atingiu R$ 1 bilhão. A soma é grande parte do total que foi "baixado" pela empresa na América Latina (R$ 1,38 bilhão). Na época, a transação da Synapcom, aprovada pelo conselho, foi anunciada como necessária para o grupo "dar um salto" e conseguir criar "algo muito maior", dizia a direção.

Chamado de "impairment", a baixa de ativos, quando ocorre, afeta diretamente a última linha do balanço. Por isso, o prejuízo líquido no segundo trimestre alcançou R$ 1,5 bilhão, versus perda de R$ 53 milhões um ano antes.

Além dessa questão contábil, a empresa sente uma maior pressão de caixa depois da perda de clientes relevantes, que reduziram a sua receita. O aumento significativo na taxa de juros nos últimos anos também pesou na alavancagem.

As dificuldades da companhia são conhecidas no mercado há tempos, mas a perda de receita é um fato novo. Em 2023, a receita líquida crescia 20% e neste ano, de abril a junho, caiu 11%. O cancelamento de contratos que pareciam lucrativos, mas que se mostraram não rentáveis, pode explicar essa queda. A identificação desses contratos ocorreu após uma mudança na diretoria, determinada pelo conselho em março.

Isso tudo acontece menos de um ano após uma oferta secundária de ações bancada pelos acionistas, de R$ 400 milhões, em dezembro, que teria como meta aliviar a empresa sufocada por dívidas no ano passado. Na época, a antiga direção chegava a falar em "alívio" e melhora da estrutura de capital.

A empresa fez parte daquele "boom" de aberturas de capital em 2021. A Infracommerce saiu com ação cotada a R$ 16 no fim de uma janela de ofertas públicas de ações, em março, e ontem, o papel fechou a R$ 0,29 — perda de 98% do valor.

O acordo anunciado com bancos, por meio de memorando de entendimentos, foi fechado na terça-feira (13), no mesmo dia da publicação do balanço do segundo trimestre — de maneira que a piora nos números foi apresentada ao mercado dentro do contexto de um "plano de turnaround".

O plano está em fase de negociação com as instituições credoras. Entre as medidas estão a venda de uma fatia do braço do grupo na América Latina, a New Retail, no valor de até R$ 370 milhões, uma emissão de dívida, convertida em ações, e a aceleração no corte de custos e despesas. "A garantia de liquidez da empresa no curto e longo prazos é a grande prioridade imediata", disse em balanço. A empresa já fechou escritórios, centros de distribuição e cortou na administração.

No balanço de resultados publicado na terça-feira, a auditoria da companhia, a KPMG, afirma em parecer que, por conta do patrimônio líquido negativo e prejuízo acima de R$ 1,5 bilhão, há a "existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia".

Sobre o tema, a empresa diz, nas notas, que apesar das incertezas quanto à sua capacidade, que podem "indicar dúvidas significativas", há uma expectativa "razoável que o processo de reestruturação será concluído de forma satisfatória."

O CEO anterior, Kai Schoppen, deixou o cargo há cinco meses, numa decisão unânime do conselho, para a entrada de Ivan Muria. O CEO foi questionado ontem por investidor, na teleconferência, sobre as decisões de compra de ativos que perderam valor. O CEO esquivou-se de dar maiores detalhes, mas recados foram dados nas entrelinhas.

A direção afirmou que foram localizados contratos financeiros não lucrativos do ponto de vista financeiro, após a entrada da nova administração. Ainda disse que a empresa geria uma despesa maior que o tamanho da operação. Mas também admitiu que a compra dos negócios que obrigou o "impairment" foram feitas com valores "substancialmente elevados que se mostraram pouco lucrativas.

INÊS 249

Veículos Localiza, Unidas e Movida sinalizaram melhora no mercado de seminovos, embora o cenário ainda seja de incerteza para o resto do ano

Locadoras sobem tarifa para contornar revenda mais difícil

Cristian Favaro
De São Paulo

A desvalorização dos seminovos, que tem levado locadoras de carros a ter perdas milionárias, ganhou destaque na divulgação dos resultados do segundo trimestre. Em comum, Localiza, Unidas e Movida iniciaram uma corrida de aumento dos preços de aluguel, ao passo que a venda de seminovos disparou, como forma de renovar a frota e buscar ganhos de produtividade. A sinalização dos executivos das três empresas é que o segmento de seminovos, hoje o calcanhar de Aquiles, começa a melhorar.

Sempre na comparação anual, juntas, as líderes do mercado venderam 107 mil carros, crescimento de 34%. O preço médio de venda também melhorou: alta de 11,7%, para R$ 67 mil. Já a tarifa média consolidada no aluguel de carros subiu 9,8%, para R$ 135. Tudo isso colaborou para uma receita consolidada de R$ 14 bilhões no trimestre, alta de 33%.

O vilão que ainda preocupa os investidores é a depreciação, que tem minado a última linha do balanço, em meio a um cenário complexo de venda de seminovos. Apesar de o negócio das locadoras não ser a venda de carro, elas ganham quando conseguem um bom desconto das montadoras na compra e, no fim, vendem por um preço mais remunerador. O cenário nos últimos anos tem sido o contrário: menos descontos na compra e mais dificuldade na venda.

Movida e Unidas viram uma melhora no lucro depois de reconhecer perdas no quarto trimestre. A Localiza, que ainda não havia feito um ajuste de curso desde o segundo trimestre do ano passado, reportou no balanço R$ 1,67 bilhão em provisões, baixa contábil ("impairment") e depreciação adicional de carros. O número colaborou para o grupo aumentar seu prejuízo no trimestre para R$ 570 milhões — contra perdas de R$ 89 milhões no segundo trimestre de 2023. O resultado pegou de surpresa o mercado e as ações caíram 16,8% ontem (14), para R$ 40, a maior queda do Ibovespa.

Segundo Bruno Sebastian Lasansky, presidente da Localiza, agora há um cenário de mais visibilidade sobre a depreciação. O comando da empresa explicou que a Localiza resolveu segurar um pouco eventuais ajustes de curso à espera de uma melhora no mercado de seminovos, que aconteceu no primeiro trimestre. No segundo, entretanto, ele voltou a se deteriorar.

"A partir de agora, caminhamos com mais clareza do que vamos ter pela frente em depreciação", disse, em teleconferência. O ajuste vai ter um preço: a Localiza espera uma depreciação ainda pressionada nos próximos três trimestres, uma vez que o grupo reduziu a vida útil dos veículos de 18 meses para 15 meses.

"A mudança, apesar de vermos como positiva, no curto prazo, principalmente os carros que estão na frota há mais tempo, terão a depreciação impactada", disse Rodrigo Tavares, diretor financeiro da Localiza.

Lasansky disse ainda apostar em saltos no preço do carro novo, embora em patamares mais controlados. O movimento pode ajudar a puxar o preço do seminovo junto. "A gente observa crescimento do preço público e praticado abaixo da inflação, mas com crescimento nominal. Não vemos cenário em que montadoras estão com apetite de redução dos preços de fato diante do novo patamar de câmbio", disse.

A Movida também sinalizou ao mercado melhoras no segmento de seminovos. A empresa registrou avanço nas vendas de quase 50%, disse Gustavo Moscatelli, CEO da empresa, em entrevista ao **Valor** na semana passada, na divulgação do balanço. "Além de mais vendas, conseguimos reduzir o desconto sobre a tabela FIPE de 6,3% [na média do ano passado] no varejo para 5,1%", disse.

"Temos mais clareza do que temos pela frente em depreciação"
Bruno Lasansky

Para além da forte demanda, o crédito voltou a se recuperar, disse o executivo. Cerca de 60% das vendas de veículos da empresa são feitas via financiamento bancário. Somente a Movida teve de reconhecer perdas ("impairment)" de R$ 391 milhões no quarto trimestre diante do preço mais baixo do seminovo.

A leitura do executivo é que o setor de locação deve ver sua frota caminhar de lado neste ano, com o juro dificultando a compra de veículos. "Talvez vejamos até 'players' reduzindo a frota", disse. A Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla) apontou que o setor de locação fechou 2023 com uma frota de 1,57 milhão de automóveis, alta de 9,5%.

Cláudio Zattar, CEO da Unidas, disse ao **Valor** que o seminovo melhorou, mas é preciso cautela. "Caminhamos para isso, mas ainda é cedo para dizer quando a normalização total vai acontecer", afirmou o executivo.

Dados da Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores (Fenauto) exemplificam a melhora. Segundo as estatísticas de julho, o volume de revendas saltou 20,4% na comparação com 2023, para 1,467 milhão de veículos.

Segundo Zattar, um dos fatores a ajudar a empresa no segmento foi o maior volume de vendas no varejo, que quase triplicou em relação ao mesmo trimestre do ano passado, para 54,4%. O varejo tem melhores margens do que o atacado.

Mas o executivo destacou que, diante do atual patamar de juros, a indústria deverá andar de lado neste ano. "A gente deu uma comedida nas compras. Não vamos crescer frota neste ano. Vamos renovar, colocar os antigos para vender e melhorar um pouco a eficiência", disse. A previsão é comprar 54 mil carros neste ano.

O setor também sentiu um forte impacto das chuvas no Rio Grande do Sul, que levaram as líderes de mercado a perder R$ 126,3 milhões no trimestre.

A mais prejudicada foi a Localiza, com um impacto de R$ 103 milhões. No total, a empresa teve 2,6 mil carros atingidos e até hoje a empresa mantém uma operação parcial na região, por causa dos danos nos ativos.

Seminovo no radar

Crise no Rio Grande do Sul fez locadoras perderem R$ 126,3 milhões

Movida

	2º tri/23	2º tri/24	Variação - %
Lucro (R$ mi)	-17,9	42,5	-
Receita Líquida (R$ mi)	2.479	3.435	38,6
Venda Seminovos (uni.)	18.806	27.954	48,6
Preço médio venda (R$)	67,01	66,599	-0,6
Tarifa RAC (R$)	123	135	9,8
Frota (uni.)	205.310	246.364	20,0

Unidas

	2º tri/23	2º tri/24	Variação - %
Lucro (R$ mi)	46	58	27,5
Receita Líquida (R$ mi)	1.266	1.675	32,3
Venda Seminovos (uni.)	8.587	10.058	17,1
Preço médio venda (R$)	57	68	19,6
Tarifa RAC (R$)	128	141	10,4
Frota (uni.)	94.982	104.332	9,8

Localiza

	2º tri/23	2º tri/24	Variação - %
Lucro (R$ mi)	-89	-570	540,4
Receita Líquida (R$ mi)	6.846	9.049	32,2
Venda Seminovos (uni.)	52.711	69.316	31,5
Preço médio venda (R$)	60	66	11,4
Tarifa RAC (R$)	119	135	12,8
Frota (uni.)	587.424	631.639	7,5

Fonte: balanço de Movida, Unidas e Localiza.

General Mills tem novo comando no país

Alimentos

Natália Flach
De São Paulo

Dona das marcas Yoki, Kitano e Häagen-Dazs, a General Mills terá uma nova presidente no Brasil a partir de 2 de setembro. Poliana Sousa vai assumir o posto, com o objetivo de acelerar o crescimento da companhia no país, um dos mercados prioritários para a multinacional americana. Também terá o desafio de impulsionar a inovação do negócio.

A executiva tem mais de 25 anos de experiência em marketing e liderança em empresas de bens de consumo. Ela liderou a expansão de várias marcas durante 20 anos de atuação na Procter & Gamble (P&G) no Brasil e na América do Norte. Já na Coca-Cola, foi a primeira mulher brasileira a ocupar a vice-presidência de marketing no país. Mais recentemente, ela respondia pela gerência-geral da unidade de negócio de cuidados pessoais da Unilever Brasil.

"Minha jornada começa com o propósito de fortalecer conexões entre todos que fazem parte do nosso ecossistema com as nossas marcas, promovendo o negócio cada vez mais sustentável", diz.

INÊS 249

Memória Executivo, que trabalhou na Globo por mais de 30 anos, era conhecido pela gentileza e pela determinação que imprimia às suas tarefas

Morre Octávio Florisbal, que dirigiu a Globo por 10 anos

João Luiz Rosa
De São Paulo

Octávio Frioli Florisbal, que dirigiu a Rede Globo durante uma década, entre 2002 e 2012, morreu na noite de terça-feira, dia 13, em São Paulo. Ele tinha 84 anos. Conhecido pela gentileza que dedicava às pessoas e pela determinação que imprimia às suas tarefas, atuou na emissora por mais de 30 anos. Durante esse período passou por vários cargos, encerrando a trajetória como membro do Conselho de Administração.

Em nota, a Globo afirmou: "Perdemos mais do que um grande profissional, cuja sólida e bonita trajetória se encontrou com a da Globo. Perdemos um amigo. Um parceiro incansável também na missão de construir um mercado forte, ético e vigoroso. Um exemplo de liderança, que nos ajudou a fazer da Globo o que ela é hoje, com o seu talento, dedicação e energia. Octávio faz parte da história da comunicação brasileira, da nossa empresa e das nossas vidas."

Octávio Florisbal nasceu em 20 de maio de 1940, em São Paulo. Seu pai, Elegardo, era avicultor; a mãe, Josephina, dona de casa. Ainda adolescente, mudou-se para o Rio de Janeiro, sozinho, para estudar no Colégio Pedro II — uma das instituições de ensino mais antigas do país — e, depois, no Colégio Naval.

Formou-se em comunicação e marketing pela ESPM de São Paulo, com diversos cursos de especialização em Nova York.

Ele começou a trabalhar em 1961, como auxiliar administrativo na agência de publicidade J.Walter Thompson, cuja filial brasileira era dirigida por seu tio, Renato Castelo Branco, também vice-presidente da companhia americana.

Passou por outras agências, como a Norton Publicidade e a Lintas Internacional, antes de ingressar na Globo, em 1982, com a missão de estruturar o departamento de marketing da emissora. Foi diretor da Central Globo de Marketing por oito anos, assumindo, em seguida, o cargo de superintendente comercial.

A profissionalização do modelo de comercialização de espaços publicitários deu o tom de sua gestão, com repercussão em todo o ecossistema de propaganda do país.

Em 2002, ele se preparava para passar uma temporada na região italiana da Toscana, ao lado de mulher, Helena, quando foi surpreendido por um convite dos acionistas para assumir interinamente como diretor-geral da Rede Globo. Ele substituiu Marluce Dias, que se afastara por motivos de saúde. Durante dois anos, acumulou o cargo com a Superintendência Comercial. Em 2004, assumiu a direção definitivamente.

"Sempre ouvi dizer que o diretor-geral da Globo é poderoso, que manda... Mas quando você passa a ocupar o cargo, aprende que não deve exercer esse poder. Você precisa se integrar às equipes, trabalhar com elas, festejar junto quando atinge um objetivo e ficar triste quando não chega lá", disse o executivo ao **Valor**, em 2011.

> Octávio foi um líder exemplar profissional e pessoalmente
> *Carlos H. Schroder*

A ênfase na colaboração tornou-se uma marca do publicitário. "Quando eu assumi, interinamente e depois de forma definitiva, procurei consolidar esse processo, que é ter na TV Globo uma gestão em que a gente tenha um planejamento estratégico, objetivos estratégicos, em que as diversas áreas, seus diretores e as equipes participam efetivamente desse processo, são permanentemente comunicados, estimulados, para alcançar e superar os resultados", disse ele em depoimento ao projeto Memória Globo. "E numa televisão como a TV Globo, que é uma das maiores redes do mundo, e talvez uma das melhores, se não a melhor, esse processo participativo faz a diferença"

A rotina de trabalho incluía uma longa sucessão de reuniões com a equipe — "umas oito ou dez por dia e às vezes ainda sobra um jantar". Tratava cada interlocutor de jeito diferente. Artistas, dizia, eram mais sensíveis e, por isso, ele costumava dedicar bastante tempo a ouvi-los. Já com jornalistas, a conversa era mais objetiva. No departamento comercial, afirmava, era preciso agir como homem de negócios.



SILVIA COSTANTI /VALOR

Florisbal assumiu a direção geral da TV Globo em 2002 e anteviu a integração da mídia sob a revolução digital

Em uma época marcada pela transformação digital, que só viria a se aprofundar nos anos seguintes, com impacto no consumo de mídia e entretenimento pelo consumidor, Florisbal demonstrava não temer as mudanças. Não via a internet como ameaça e previa a integração entre os meios de comunicação.

"O televisor vai absorver o computador. Você vai ver televisão aberta, fechada, vai entrar na internet, fazer seus negócios por aquela tela e sempre será comunicação", disse, em depoimento ao Memória Globo.

O executivo deixou a direção da emissora em dezembro de 2012, quando foi sucedido por Carlos Henrique Schroder, que até então comandava as áreas de Jornalismo e Esportes da Globo. O plano de sucessão fora desenhado com antecedência e teve a participação de Florisbal.

"Octávio foi um líder exemplar profissional e pessoalmente. Sempre se preocupou com o lado humano da equipe e nunca deixou de estar atento aos detalhes na condução do time. Com isso, havia harmonia na sua gestão. Deixa muita saudade", disse Schroder, em nota ao **Valor**.

Com a sucessão, Florisbal assumiu uma posição no Conselho de Administração das então Organizações Globo. O conglomerado tornou-se Grupo Globo em 2014, com maior integração e troca de informações entre suas empresas e, em 2021, integrou todas companhias e marcas de audiovisual, sob o projeto UmaSóGlobo, passando a atuar como uma "media tech".

Florisbal permaneceu na Globo até 2017. Desde então , dedicou-se ao Instituto Helena Florisbal (IHF), fundado em 2013 para prestar assistência social gratuita, com ações de reabilitação, capacitação e melhoria da qualidade de vida a crianças e idosos em estado de vulnerabilidade.

Helena, sua companheira de vida e que dá nome à instituição, morreu em 2009. "Ela foi embora antes da hora e me deixou aqui. Que falta de responsabilidade!", disse ele ao **Valor**, dois anos depois de perdê-la.

Em seu site, o IHF, do qual Florisbal era fundador e atuava como diretor executivo, publicou uma nota de pesar: "Octávio se destacou em todas as atividades sociais e profissionais às quais dedicou seu tempo e paixão. [...] Nestes 11 anos de atividade, os frutos do empenho de Octávio se traduzem em mais de 40 entidades atendidas, sendo 34 ativas hoje, cobrindo projetos em casas de apoio a crianças com câncer e outras doenças graves, a pessoas com deficiência, em vulnerabilidade e risco social".

Um dos criadores e primeiro presidente do Grupo de Mídia de São Paulo, organização voltada à pesquisa de audiência, Florisbal também foi um dos profissionais mais respeitados pelo mercado publicitário nacional.

Em 2009, foi reconhecido como "Personalidade do Ano" pela Associação Brasileira de Propaganda "por sua dedicação, consistente inovação e competência com que trabalha para o desenvolvimento dos interesses de todo o 'trade' de comunicação".

Mesmo nessas ocasiões, ele não se esquecia da importância do trabalho em grupo. "Toda vez que eu recebo um prêmio, eu digo: 'Olha, vou estendê-lo a todos os meus companheiros, porque é assim que deve ser", disse ele ao Memória Globo.

A cerimônia de despedida ocorreu na quarta-feira, dia 14, no Cemitério Morumby, em São Paulo.

Urbam busca startups que tenham projetos em gestão de resíduos

Camila Zarur
Do Rio

O Grupo Urbam está em busca de startups para investir em tecnologia e inovação na área de gestão de resíduos. A empresa, que atua na coleta e transporte de resíduos no Rio de Janeiro, lançou oficialmente esta semana sua venture capital, em parceria com a K&K Partners, gestora de recursos e assessoria financeira.

Esse braço de investimento da empresa, chamado de Urbam Ventures, focará em startups em estágio inicial, com aportes de até R$ 4 milhões por investimento. A ideia, disse o CEO da Urbam, Guilherme Almeida, é financiar empreendimentos de inovação, sustentabilidade e que, na área de gestão de resíduos, tragam soluções para a reduzir o impacto ambiental.

"Começamos a ver que precisávamos ser diferentes dos outros e buscar novas avenidas de crescimento. Trouxemos a K&K Partners para ser a nossa venture, o nosso braço nessa busca de iniciativas que possam agregar e continuar nosso crescimento como empresa", afirmou Almeida ao **Valor**.

Segundo o executivo, o objetivo é, junto às startups, buscar soluções para demandas internas do grupo. Um exemplo citado pelo CEO é o gerenciamento de rotas da coleta de lixo, que pode ser otimizada a fim de reduzir as pegadas de carbono e os custos.

"As startups vão ser um auxílio para algumas demandas internas nossas", disse Almeida. "A gente não quer uma startup muito grande ou muito desenvolvida. A gente quer trabalhar a quatro mãos: a startup com a habilidade dela, e a gente com a nossa estrutura."

A Urbam Venture, anunciada na semana passada pelas redes sociais da empresa, foi lançada oficialmente no Rio Innovation Week, evento de inovação e tecnologia que ocorre na zona portuária da capital fluminense, durante esta semana. Nesta edição, a empresa faz a gestão de resíduos do evento.

Segundo o CEO da K&K Partners, Fábio Henrique Peres, além do investimento, o venture capital oferecerá mentorias, orientação de especialistas para impulsionar o desenvolvimento dos projetos e governança, isto é, estrutura para dar suporte às iniciativas.

Não se trata só de investimento financeiro, disse Peres. Tem todo o 'smart money' [conhecimento que acompanha o dinheiro] no projeto.

Ver mais no site do Valor

Agenda Tributária

Mês de Agosto de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) Rendimentos do Trabalho Tributação exclusiva sobre remuneração indireta Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior Renda e proventos de qualquer natureza Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa Fretes internacionais - Residentes no Exterior Remuneração de direitos Previdência privada e Fapi Aluguel e arrendamento Outros Rendimentos Pagamento a beneficiário não identificado	 2063* 0422* 0473* 0481* 5192* 5286* 9412* 9427* 9466* 9478* 5217*	 FG ocorrido no mesmo dia FG ocorrido no mesmo dia " " " " " " " " FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS) CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Julho/2024
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770*	16 a 31/julho/2024
15	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Retenção - Aquisição de autopeças	3746*	16 a 31/julho/2024
15	Cide - Combustíveis - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9331*	Julho/2024
15	Cide - Remessas ao Exterior - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a remessa de importâncias ao exterior nas hipóteses tratadas no art. 2º da Lei nº 10.168/2000, alterado pelo art. 6º da Lei nº 10.332/2001.	8741*	Julho/2024
15	Contribuinte Individual - recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep Contribuinte Individual - recolhimento mensal - com dedução de 45% (Lei nº 9.876/99) - NIT/PIS/Pasep	1007** 1120**	1º a 31/julho/2024 "
	Contribuinte Individual - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento Mensal - NIT/PIS/Pasep Segurado Facultativo - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep Facultativo - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep Segurado Especial - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento para Plano Simplificado da Previdência Social - PSPS - Lei nº 12.470/2011 MEI - Complementação Mensal Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento	1163** 1406** 1473** 1503** 1830** 1910** 1929** 1945**	" " " " " " " "
15	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS) CPSS - Servidor Civil Ativo CPSS - Servidor Civil Inativo CPSS - Pensionista Civil CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	 1661* 1700* 1717* 1769* 1814*	 1º a 10/agosto/2024 " " " "
15	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS) CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	 1723* 1730* 1752*	 1º a 10/agosto/2024 " "

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Alicom Distribuidora, Comercialização, Consultoria, Importação, Exportação e Representações Ltda. -** CNPJ: 41.935.155/0001-05 - Endereço: Rua Natal Pigassi, 940, Bairro Jardim Celeste - Requerente: One 7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Favifer Comércio de Ferro e Aço Eireli -** CNPJ: 02.389.316/0001-42 - Endereço: Rua Jequitaí, 333, Bairro Cidade Parque Brasília - Requerente: Fátima Ferro e Aço Ltda. - Vara/Comarca: 7a Vara de Guarulhos/SP

Requerido: **Kennedy Rodrigues S. Silva, Nome Fantasia Mt Construções -** CNPJ: 18.744.518/0001-03 - Endereço: Rua Henrique Sam Mindlin, 1122, Bairro Jardim São Bento Novo - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **3f Serviços Industriais Ltda., Nome Fantasia 3f Engenharia -** CNPJ: 16.935.977/0001-30 - Endereço: Av. Alfredo Ignácio Nogueira Penido, 255, Sala 2206, Parque Residencial Aquarius - Administrador Judicial: Kpmg Corporate Finance Ltda., Representada Pela Dra. Osana Maria da Rocha Mendonça - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Art Coiffeur Estetique Ltda. ME -** Endereço: Não Consta - Administrador Judicial: Brasil Trustee Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Filipe Marques Mangerona - Vara/Comarca: 1a Vara de Taubaté/SP

Empresa: **J Silva Serviços e Distribuição Ltda., Atual Razão Social de Potiquímica Indústria e Distribuidora de Produtos Químicos Ltda. -** CNPJ: 12.997.542/0001-60 - Endereço: Rua Jurubatuba, 1350, Cjto. 917, Centro, São Bernardo do Campo/sp - Administrador Judicial: Compasso Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Felipe Barbi Scavazzini - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Transmiservice Comércio e Serviços Industriais Ltda. -** CNPJ: 11.144.456/0001-41 - Endereço: Rua Francisco Prizon, 234, Bairro Distrito Industrial - Requerente: Tubos Ipiranga Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Bruno José Valêncio Costa e Outro -** CNPJ: 12.532.753/0001-27 - Endereço: Sítio Aparecidinha, S/nº, Zona Rural, Mirassol/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bruno José Valêncio Costa e Outro, Filial 1 -** CNPJ: 12.532.753/0002-08 - Endereço: Estrada Municipal Valdomiro Lopes da Silva, Sjr 350, S/nº, Fazenda Barreiro, Fazenda Vista Alegre, São José do Rio Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bruno José Valêncio Costa e Outro, Filial 2 -** CNPJ: 12.532.753/0003-99 - Endereço: Sítio Estrada Boiadeira Rp / Ipiguá, Km 15, S/nº, Fazenda Bacuri, Ipiguá/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bruno José Valêncio Costa e Outro, Filial 3 -** CNPJ: 12.532.753/0004-70 - Endereço: Av. Marginal 2, S/nº, Rodovia Décio Custódio, Bairro Jardim Nunes, São José do Rio Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bvc Transportes Rodoviários Ltda. -** CNPJ: 07.412.449/0001-06 - Endereço: Rua José Batista da Silva, 425 A, Bairro Vila Residencial Furnas, Fronteira/mg - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Bvc Transportes Rodoviários Ltda., Filial -** CNPJ: 07.412.449/0002-97 - Endereço: Rua Amazonas, 1407, Bairro Eldorado, São José do Rio Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Clóvis Brucceli, Produtor Rural -** CNPJ: 55.888.498/0001-62 - Endereço: Rua Nivaldo Ribeiro, 700, Sala 01, Quadra 08, Lote 17 A, Bairro Jardim América - Vara/Comarca: 3a Vara de Rio Verde/GO

Empresa: **Costa Gestão Administrativa Ltda. -** CNPJ: 30.708.893/0001-95 - Endereço: Av. Paraná, 240, Bairro Eldorado, São José do Rio Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Goiás Alimentos Indústria e Atacado Ltda. -** CNPJ: 05.635.023/0001-96 - Endereço: Av. Bernardo Sayão, 3921, Quadra 27 B,.lote 01, Setor Saleiro - Vara/Comarca: Vara Cível de Inhumas/GO

Empresa: **Mariana Brucceli, Produtora Rural -** CNPJ: 55.885.272/0001-08 - Endereço: Rua Nivaldo Ribeiro, 700, Sala 02, Quadra 08, Lote 17 A, Bairro Jardim América - Vara/Comarca: 3a Vara de Rio Verde/GO

Empresa: **Padrão Indústria de Charque Ltda. Me, Nome Fantasia Frigorífico Padrão -** CNPJ: 04.417.279/0001-64 - Endereço: Rua João Thomaz de Oliveira, 55, Bairro Baguaçu, Olímpia/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **2 F Armazéns Gerais Ltda., Nome Fantasia Nutrisal Armazéns Gerais -** CNPJ: 13.890.146/0001-00 - Endereço: Via Secundária 04, S/nº, Quadra 04, Módulos 11, 12, 13, 14 e 19, Distrito Agroindustrial Darv I - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 1a Vara de Rio Verde/GO

Empresa: **Agro Taurus Brasil Indústria, Comércio, Distribuição, Agropecuária e Transportes Ltda. -** CNPJ: 26.739.698/0001-55 - Endereço: Via Secundária 03, Nº 183, Distrito Agroindustrial de Rio Verde I - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 1a Vara de Rio Verde/GO

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Multinox Comércio e Montagem Industrial Ltda. -** CNPJ: 21.884.087/0001-87 - Endereço: Rua Mangueiras, 82, Quadra 13, Lote 05, Bairro Água Limpa Park - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresas

Nuvem computacional Expansão em Barueri prevê 6 edifícios para 158 MW e uma subestação de energia

Scala investe R$ 6,2 bi em centro de dados

Daniela Braun
De São Paulo

A empresa de infraestrutura para centros de dados Scala Data Centers inaugurou nesta quarta-feira (14) a segunda fase de expansão de suas operações em Tamboré, no município de Barueri (SP). A empresa prevê investir R$ 6,2 bilhões nesta etapa, que vai até 2025, contemplando seis novos edifícios com capacidade total de 158 megawatts (MW) e uma subestação privada de geração de energia de 60 MW.

Desta fase, dois edifícios entraram em operação em junho. "A expansão reflete o crescimento da demanda por serviços de nuvem pelas empresas, incluindo a demanda de inteligência artificial (IA) e a necessidade de regionalização das infra-estruturas de centros de dados na América Latina, para prover estes serviços com baixa latência", disse o presidente e cofundador da Scala Data Centers, Marcos Peigo, ao **Valor**.

O projeto completo do Campus Tamboré prevê a construção de 17 data centers com 600 MW de capacidade total até 2029, incluindo uma terceira subestação com capacidade de 560 MW, já em construção. Somente no Estado de São Paulo, a Scala prevê um investimento total de R$ 32 bilhões até 2029.

Os centros de dados da Scala têm como principais clientes gigantes de tecnologia americanas, incluindo AWS, Microsoft e Google, que lideram o mercado de serviços de computação em nuvem no mundo.

No Brasil, neste ano, os investimentos em serviços de computação em nuvem devem somar R$ 8,4 bilhões, projeta a consultoria IDC.

SILVIA ZAMBONI/VALOR



"A expansão reflete a demanda por serviços de nuvem" *Marcos Peigo*

Peigo observou que a América Latina é uma saída para a escassez de recursos de energia já enfrentada por empresas de tecnologia em centros de dados nos Estados Unidos, por exemplo. "Temos um movimento de restrição de energia em mercados majoritários como o norte do Estado da Virginia, o que abre uma oportunidade importante para o Brasil".

A estabilidade de custo também é uma preocupação dos provedores. "A oferta de serviços de nuvem locais em reais, em não em dólares, reduz a insegurança dos clientes na contratação dos serviços", frisa o executivo.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), que esteve presente no evento da empresa, nesta quarta-feira (14), destacou a necessidade de estrutura e formação de profissionais para atender à demanda de IA. "Se a gente perder um pouquinho de tempo nesse mercado, que é tão dinâmico, fica para trás", afirmou. "O mundo está vendo onde há oferta de energia para instalar um data center e onde há mão de obra qualificada para operar inteligência artificial", disse o governador.

Além do investimento anunciado hoje, a Scala já desembolsou R$ 4,5 bilhões na primeira fase da operação em Tamboré, que já conta com quatro centros de dados em operação, com capacidade de 48 MW e uma subestação privada de 60 MW.

Desde que iniciou sua operação no Brasil, em 2020, com a compra da UOL Diveo, a Scala, controlada pelo grupo americano DigitalBridge (antigo DigitalColony), já investiu US$ 20 bilhões em 12 centros de dados na América Latina.

A expansão da Scala na América Latina conta com recursos do Banco Mundial, da gestora Rosewood Capital, da DigitalBridge e de emissões debêntures. Em dezembro de 2022 e novembro de 2023, a Scala emitiu, respectivamente, R$ 2 bilhões e R$ 1,07 bilhões em debêntures verdes.

Atualmente, a Scala possui dez data centers no Brasil, incluindo operações em Campinas (SP), São João de Meriti (RJ) e Porto Alegre (RS), bem como dois centros de dados na América Latina, sendo um na Comuna Valparaíso, no Chile, e outro em Tepotzotlán, na região metropolitana Cidade do México. Outros projetos na Colômbia e em Fortaleza (CE) estão em desenvolvimento.

Justiça proíbe WhatsApp de compartilhar dados

Redes sociais

De São Paulo

A Justiça Federal em São Paulo proibiu, em caráter liminar, o WhatsApp de compartilhar dados de seus usuários brasileiros com outras plataformas da Meta, como Instagram e Facebook, para veiculação personalizada de anúncios publicitários de terceiros.

Segundo informações divulgadas nesta quarta-feira (14) pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), a decisão da 2ª Vara Cível Federal de São Paulo prevê que o WhatsApp ofereça aos usuários uma opção de desistência do termo de adesão à política de privacidade da Meta, lançada em 2021.

O Idec ressaltou que a Meta tem 90 dias para se adequar à liminar. Caso contrário terá que pagar uma multa de R$ 200 mil por dia de descumprimento.

Esta é a primeira decisão judicial sobre a ação civil pública apresentada pelo MPF e pelo Idec contra o WhastApp, alegando violação na proteção de dados pessoais do aplicativo de mensagens da Meta.

A plataforma deve aplicar no Brasil as mesmas regras que adotou na União Europeia

O MPF e o Idec argumentam que as práticas do WhatsApp violaram dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), do Código de Defesa do Consumidor e desrespeitaram garantias previstas no Marco Civil da Internet.

Além dos pedidos para assegurar os direitos dos usuários, o MPF e o Idec pleiteiam que, ao final da tramitação do processo, o WhatsApp seja condenado ao pagamento de indenização de R$ 1,73 bilhão por danos morais coletivos.

Segundo o MPF, a determinação judicial estabelece que as regras do WhatsApp sobre tratamento dos dados de usuários no Brasil sejam as mesmas adotadas na União Europeia.

"A decisão confirma a legitimidade do Idec e do MPF ao serem autores da causa, considerando a experiência das instituições nos temas e a defesa de direitos coletivos", disse Camila Leite Contri, coordenadora do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Idec, em comunicado.

Procurada pelo **Valor**, a Meta se posicionou sobre a decisão judicial. "A atualização da Política de Privacidade em 2021 não expandiu a capacidade do aplicativo de compartilhar dados com a Meta e não impactou a maneira como milhões de pessoas se comunicam de forma privada com amigos e familiares", afirmou um porta-voz do WhatsApp, em resposta enviada por e-mail.

A empresa acrescentou que "o WhatsApp utiliza dados limitados para executar seu serviço e manter os usuários seguros" e que "cooperou com as autoridades competentes sobre esse assunto nos últimos três anos e continuará avaliando as medidas legais cabíveis para evitar qualquer impacto aos usuários e empresas que confiam no aplicativo diariamente." ***(DB)***

Curta

PepsiCoLabs no Brasil

A PepsiCo, uma das maiores empresas de bebidas e alimentos do mundo, anunciou nesta quarta-feira (14) a versão brasileira do seu hub global de inovação, o PepsiCoLabs. O projeto para conectar startups, universidades, centros de pesquisa e empresas do segmento de tecnologia foi lançado no contexto da Rio Innovation Week, evento de inovação e tecnologia na região portuária da capital fluminense. O Brasil é o primeiro país da América Latina a receber o programa. Criado em 2018, nos EUA, o PepsiCoLabs está em 70 países e já tem mais de 100 projetos-piloto. ***(Paula Martini, do Rio)***

Ver mais no site do Valor

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Lácteos Empresa foi vendida pela Coca-Cola em abril deste ano

Sob nova gestão, Verde Campo espera crescer 20% neste ano

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A fabricante de lácteos Verde Campo prevê crescer 20% neste ano, após mudanças na gestão, na distribuição e com o novo portfólio. A companhia foi vendida em abril pela Coca-Cola aos seus fundadores Alessandro Rios e Álvaro Gazola, que ficaram com 30% da empresa, e ao grupo suíço Emmi, por meio de sua subsidiária Laticínios Porto Alegre, que adquiriu 70% do negócio.

Para os próximos quatro anos, a meta é dobrar o tamanho da empresa, disse ao **Valor** o CEO Fábio Ferreira, contratado há pouco mais de um mês para o cargo. Em 2023, a Verde Campo faturou R$ 423 milhões, com o processamento de 120 mil litros de leite por dia — 20% abaixo do que produzia quando foi adquirida pela Coca-Cola, em 2017.

Aos 42 anos, o executivo carioca, que é administrador de empresas, assume pela primeira vez o comando de uma companhia. Ele tem 24 anos de atuação no mercado de alimentos e antes de chegar à Verde Campo era diretor da unidade de negócios Nordeste da Marilan Alimentos. Também passou por empresas como Jeito Caseiro, Bimbo, Perfetti Van Melle e Nestlé.

Segundo Ferreira, seu desafio na empresa de lácteos é resgatar a cultura de inovação e acelerar o ritmo de crescimento. Para isso, conta com sinergias entre a fábrica da Verde Campo, em Lavras (MG), e as unidades da Laticínios Porto Alegre, em Ponte Nova (MG), Mutum (MG), Antonio Carlos (MG), Rio Novo do Sul (ES) e Valença (RJ), além da troca de tecnologias e conhecimentos com o grupo Emmi.

DIVULGAÇÃO



Fábio Ferreira: meta em quatro anos é dobrar o tamanho da Verde Campo

"A gente vai aproveitar muito a complementaridade dessa matriz especialista em laticínios. A Verde Campo trabalha 100% independente, mas com sinergias operacionais, de compras, logística e de fábricas", afirmou Ferreira.

A Verde Campo tem em seu portfólio 80 produtos entre iogurtes, cremes, pastas, queijos e shakes UHT. A companhia pretende lançar novos produtos a cada quatro meses. Até setembro, deve lançar 11, incluindo iogurte com probióticos, sobremesas proteicas sem açúcar, iogurtes proteicos bicamadas, iogurte feito com dois ingredientes (white label) e uma coalhada seca.

"A Coca-Cola fez uma boa governança, mas a empresa precisa ser mais inovadora e se aproximar mais do varejo", disse Ferreira, acrescentando que pretende participar mais de eventos de varejo e com nutricionistas para fortalecer os relacionamentos.

A Verde Campo também vai buscar novos canais de distribuição para os produtos, como redes de lojas de conveniência e redes de farmácia. "Hoje a marca está mais dependente da venda em supermercados, mas tem potencial de expansão para o pequeno e médio varejo", acrescentou o executivo.

A empresa, que emprega 550 pessoas atualmente, estima gerar cem postos de trabalho diretos e indiretos para recompor as áreas comercial, administrativa e financeira, que estavam antes concentradas a Coca-Cola.

João Lúcio Barreto Carneiro, CEO da Laticínios Porto Alegre, disse que a empresa também deve aproveitar as sinergias com a Verde Campo para expandir sua atuação, atualmente mais concentrada em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A Porto Alegre teve receita bruta de R$ 1,7 bilhão em 2023 e estima chegar a R$ 2 bilhões este ano. O grupo Emmi é líder na produção de laticínios na Suíça, com receita de 4,24 bilhões de francos suíços. (US$ 4,8 bilhões) e lucro de 205,5 milhões de francos suíços (US$ 241,4 milhões) em 2023.

Produtividade menor na soja faz lucro da SLC recuar 7,8%

Balanço

De Belo Horizonte

A SLC Agrícola, que produz e comercializa soja, algodão, milho, sementes e tem negócios com gado bovino, registrou um lucro líquido de R$ 321,4 milhões no segundo trimestre do ano, resultado 7,8% abaixo do obtido no mesmo intervalo de 2023.

Em relatório, a companhia associou o resultado à menor produtividade na safra 2023/24 de soja. A receita líquida teve queda de 6,4% no trimestre, para R$ 1,35 bilhão. As vendas de soja em grão e sementes entre abril e junho caíram 27,4%, para 259 mil toneladas.

Já as vendas de algodão em pluma aumentaram 58,9% em volume, alcançando 81,4 mil toneladas, com alta de 15,4% no valor recebido por tonelada. As vendas de caroço de algodão cresceram 84,3%, para 33,5 mil toneladas, segundo a empresa.

O volume de milho comercializado aumentou 2,7%, para 32,3 mil toneladas. E, em pecuária, a SLC elevou em 51,5% sua venda de gado, para 7.132 cabeças.

De acordo com a companhia, a safra 2023/24 foi afetada pelos efeitos do fenômeno El Niño. A safra de soja foi totalmente colhida, atingindo 3.276 quilos por hectare, 17% abaixo do orçado, mas 2,3% superior à média nacional.

As colheitas do milho e do algodão começaram no segundo trimestre. A empresa informou que, no milho, principalmente no Maranhão, houve distribuição irregular de chuvas e ondas de calor que prejudicaram a cultura. A SLC já colheu 99,2% da área de milho, com expectativa de produtividade 7% abaixo do projetado, mas 26,5% acima da média nacional.

No algodão, a companhia colheu 57,6% da área. Houve bom desenvolvimento da lavoura e a SLC espera uma produtividade 1,1% acima do projetado e 5,7% acima da média nacional.

No trimestre, o lucro ajustado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 53,4%, para R$ 258,1 milhões. A margem Ebitda ajustada caiu pela metade, para 19,1%. A geração de caixa ficou negativa em R$ 543 milhões devido à menor receita com soja, ao pagamento dos insumos da safra 2023/24 e aos investimentos da safra 2024/25. Com isso, a alavancagem subiu para 1,99 vez.

Em julho, a SLC fez o desembolso da quarta emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Foram captados R$ 1,09 bilhão, em três séries, com vencimentos em até sete anos. A operação teve como objetivo alongar o perfil da dívida com custos mais baixos. ***(CB)***

valor.com.br

Aves

China retoma compras, à exceção do RS

A China reabriu oficialmente seu mercado para as exportações de carne de frango do Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul. A comercialização para o principal importador brasileiro estava suspensa desde 17 de julho, quando foi confirmado um foco da Doença de Newcastle na cidade gaúcha de Anta Gorda.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Balanço Combinação entre custos menores com grãos, demanda aquecida e melhorias nas operações impulsionou o resultado no período

BRF lucrou R$ 1,1 bilhão no segundo trimestre, o melhor da história

Nayara Figueiredo
De São Paulo

No ano do frango, a BRF alcançou seu melhor segundo trimestre da história. Impulsionado pela queda nos preços dos grãos usados na ração das aves, demanda firme nos mercados interno e externo e pela captura de resultados decorrentes de melhorias operacionais, o lucro líquido da empresa somou R$ 1,09 bilhão no período. Um ano antes, a BRF havia amargado um prejuízo de R$ 1,34 bilhão.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado da empresa alcançou no período R$ 2,62 bilhões, alta de 160,4% no comparativo anual. Esse resultado também foi o maior companhia para o período.

"Em função dos eventos climáticos ocorridos no Rio Grande do Sul durante o segundo trimestre, a companhia incorreu em perdas e gastos adicionais no montante total de R$ 113 milhões para a manutenção de suas operações, o qual foi excluído do Ebitda ajustado do trimestre para facilitar a compreensão dos resultados recorrentes no período", informou a empresa sobre as fortes chuvas que atingiram o Estado entre abril e maio.

No segundo trimestre, a receita líquida da BRF totalizou R$ 14,93 bilhões, uma alta de 22,3% em comparação a igual intervalo em 2023. Os volumes de venda cresceram 5,4% no comparativo anual, para 1,24 milhão de toneladas, enquanto o preço médio do portfólio de produtos subiu 16%.

"Nenhum fator sozinho consegue explicar o desempenho que tivermos, é uma combinação. Seguimos na trilha que planejamos para 2024", disse a jornalistas o CEO da BRF, Miguel Gularte.

Fábio Mariano, vice-presidente de finanças e relações com investidores da empresa, acrescentou que houve um crescimento relevante no volume comercializado no mercado interno, sobretudo na área de processados. Também houve recuperação de preços de exportação para diversos países, com destaque para o frango.

"Com 32 novas habilitações em três meses e quase 60 habilitações somadas no ano, temos capacidade de acessar novos mercados e uma demanda adicional para a companhia", afirmou Mariano, em referência às aberturas de mercado que a BRF conquistou no segundo trimestre e acumuladas no semestre, que totalizaram 57.

GABRIEL REIS/VALOR



Miguel Gularte, CEO da BRF: "Diversificação de mercados foi fundamental"

Leonardo Dall'Orto, vice-presidente de mercado internacional e planejamento da BRF, ressaltou que o maior número de compradores no exterior que a empresa consegue acessar permite a ela escolher os destinos para exportação, o que contribui na precificação das vendas.

"Quando você escolhe onde vai vender, não precisa fazer renúncia de preço", acrescentou o CEO da companhia.

Para Gularte, essa diversificação de importadores foi fundamental para que a companhia conseguisse arbitrar as vendas durante o período mais crítico de suspensão temporária das exportações de frango do Brasil, ocorrida após um caso da Doença de Newcastle em Anta Gorda (RS).

Os embarques brasileiros ficaram suspensos para a China por 26 dias, com liberação anunciada ontem. O embargo agora se restringe apenas à produção do Rio Grande do Sul. Outros países também tiveram embargos em maior ou menor grau.

"Esse evento da [doença de] Newcastle foi inesperado, [por isso] é importante ter várias alternativas de mercado. O Brasil e a BRF, com todos os mercados que conseguiu abrir nos últimos dois anos, pode rapidamente tomar decisões e transferir a produção de um lado para outro", disse.

Olhando para frente, o executivo acredita que o equilíbrio entre oferta e demanda por carnes, sobretudo pelo frango, deve permanecer no decorrer do ano.

Para os preços dos grãos, Dall'Orto disse esperar estabilidade, o que contribui para margens favoráveis na companhia.

Fábio Mariano lembrou que a aplicação dos R$ 5,4 bilhões captados pela BRF em 2023 se materializa agora com a queda no endividamento. A alavancagem da empresa atingiu 1,14 vez no segundo trimestre, o menor nível dos últimos nove anos — estava em 3,75 vezes no ano passado.

160,4%
foi a alta do Ebitda ajustado no 2º trimestre

Receita da Marfrig subiu 16,5% e foi a R$ 34,7 bilhões

Cleyton Vilarino
De São Paulo

Após resultado recorde nos três primeiros meses deste ano, a Marfrig fechou o segundo trimestre com lucro líquido atribuído ao controlador de R$ 75,4 milhões, com impulso da BRF. No mesmo período de 2023, a companhia havia registrado prejuízo de R$ 784 milhões.

"Essa reversão é muito baseada na diversificação de proteínas, na diversificação geográfica e no foco em portfólios de maior valor agregado que a Marfrig passou a ter nos últimos anos" disse o vice-presidente de finanças e relações com investidores da companhia, Tang David, a jornalistas.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado consolidado subiu 64,8% em comparação com o segundo trimestre do ano passado, para R$ 3,38 bilhões, puxado pelo resultado da controlada BRF, que representou 78% desse total. Outros 14% foram gerados pela Operação América do Norte e 8% pela Operação América do Sul, focadas em carne bovina.

A receita líquida da Marfrig, por sua vez, cresceu 16,5% e chegou a R$ 34,7 bilhões no segundo trimestre. Aves e suínos — mercados nos quais a BRF está entre as líderes globais — representaram 43% desse resultado, enquanto o segmento de carne bovina respondeu pelos 57% restantes.

Como os cálculos da Marfrig consideram suas operações continuadas na América do Sul, a empresa excluiu as unidades descontinuadas do resultado de 2023 para que a base comparativa fosse a mesma.

O volume de comercialização das operações continuadas da empresa na América do Sul, contudo, cresceu 30,9% em relação ao mesmo período de 2023, para 190 mil toneladas. A receita da unidade avançou 17,2%, para R$ 3,67 bilhões, refletindo o aumento da capacidade de abate e o maior nível de ocupação industrial.

"Esse crescimento é baseado principalmente nos investimentos que a gente fez e já se traduzem no aumento da capacidade das operações, com foco de transformar em complexos industriais com várias alternativas de produtos processados e de valor agregado juntos", disse o presidente da companhia na América do Sul, Rui Mendonça.

Os investimentos consolidados da Marfrig no segundo trimestre somaram R$ 958,8 milhões.

Além do melhor desempenho do mercado interno, onde houve crescimento de 6% nas operações da Marfrig no último trimestre, o executivo destacou o papel das exportações e da abertura de novos mercados no resultado da empresa na América do Sul. Desde janeiro deste ano, a Marfrig recebeu 29 novas habilitações.

Com a abertura de novos mercados, a participação chinesa no total exportado pela Marfrig caiu de 69% no segundo trimestre do ano passado para 46% este ano. "Durante um bom tempo a China navegou sozinha como principal mercado e hoje ela já se situa no meio das várias opções que temos . Então, a busca é exatamente essa: alternativas que nos levem a maior rentabilidade", ele afirmou.

Na Operação América do Norte, o ciclo de baixa oferta do gado bovino ainda continuou a pressionar as margens da Marfrig. O Ebitda ajustado da unidade caiu 41,3% no segundo trimestre, para US$ 90 milhões, embora a receita tenha subido 5,5%, para US$ 3,1 bilhões, impulsionada pelas vendas locais.

64,8%
foi a alta no Ebitda consolidado da Marfrig

Mais tempo no Cade

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem a extensão de prazo, por mais 90 dias, para a corte julgar a venda de ativos do Marfrig para a Minerva. Como a Superintendência Geral do órgão aprovou a operação mas impôs uma condição, referente à cláusula de não competição, o caso precisa, obrigatoriamente, ser apreciado pelo Tribunal. A ampliação de prazo atende pedido do relator do caso, conselheiro Carlos Jacques. Na sessão, o conselheiro afirmou que sobrou um prazo muito curto para o julgamento, 10 dias a partir de quarta-feira. Por isso pediu a prorrogação dos 240 dias regimentais por mais 90 dias. Na sexta-feira, o superintendente-geral do Cade, Alexandre Barreto, assinou despacho recomendando a aprovação da venda de ativos do Marfrig para a Minerva. Na avaliação do superintendente, para que o negócio seja efetivamente aprovado, as empresas deverão firmar um Acordo em Controle de Concentração (ACC) junto ao Cade no intuito de rever uma cláusula de não competição em carne bovina, que constava do contrato entre as companhias. O acordo para venda de 16 plantas da Marfrig para a Minerva na América no Sul, sendo delas 11 no Brasil, foi anunciado em agosto do ano passado, uma transação de R$ 7,5 bilhões. (Beatriz Olivon, de Brasília)

Vendas do Agrogalaxy recuam, e empresa tem novo prejuízo

Isadora Camargo
De São Paulo

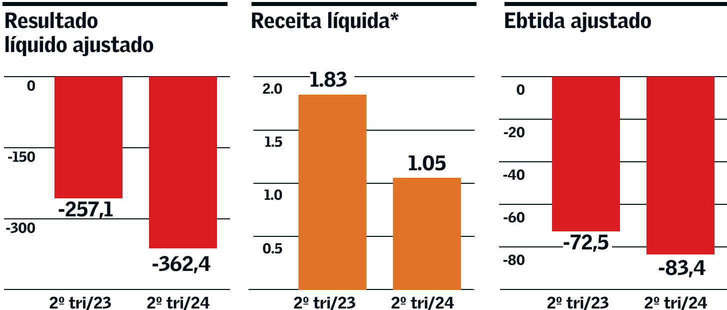
Em meio à retração das vendas de insumos no mercado e ao aperto nas margens, o Agrogalaxy registrou mais um prejuízo no segundo trimestre deste ano. De acordo com o balanço divulgado ontem pela empresa, o resultado líquido ajustado entre abril e junho ficou negativo em R$ 362,4 milhões, ampliando o prejuízo de R$ 257,1 milhões registrado em igual intervalo de 2023.

No segundo trimestre, a receita líquida do Agrogalaxy caiu 42,4% em comparação a igual período do ano passado, e somou R$ 1,056 bilhão. Deste total, a receita com insumos foi a que teve maior queda, de 58%, para R$ 200,9 milhões.

Segundo a empresa, a redução da receita com os insumos se deve à queda no volume de vendas e ao preço dos produtos. As vendas de grãos também recuaram.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado do Agrogalaxy também ficou negativo entre abril e junho de 2024, em R$ 83,4 milhões — um ano antes, o Ebitda ficara negativo em R$ 72,5 milhões.

No vermelho
Evolução dos resultados do Agrogalaxy (em R$ milhões)



Fonte: Empresa. * Insumos e grãos

Com os números do segundo trimestre, o prejuízo do Agrogalaxy chega a R$ 592,8 milhões em 12 meses. Na mesma comparação, um ano antes, a perda em 12 meses era de R$ 147,5 milhões.

Apesar dos números negativos, a direção aposta em melhora nos resultados, uma vez que houve aumento de cerca de 30% nos pedidos de produtos entre junho e julho. O motivo para esse aumento, segundo o Agrogalaxy, é uma potencial retomada de compra de defensivos por parte do produtor para a safra 2024/25.

Em entrevista a jornalistas para comentar o balanço, o presidente do Agrogalaxy, Axel Labourt, disse que deve haver um período de "repique nervoso". A expressão é uma referência às compras emergenciais e quase para pronta entrega que os agricultores podem ter de fazer, seja para aproveitar o câmbio e cotação melhores dos produtos, seja para se livrar de eventuais pragas ou doenças. "O momento pode ser uma oportunidade para a empresa", afirmou.

A companhia citou movimentos feitos no segundo trimestre em busca de melhoria dos resultados. As operações de barter, por exemplo, tiveram aumento expressivo, e alcançaram 377 mil toneladas de soja — um ano antes, haviam sido de 105 mil toneladas.

Houve ainda uma mudança na estratégia de comercialização, segundo o diretor financeiro, Eron Martins. Ele afirmou que empresa desacelerou os negócios de fertilizantes, cujas margens são menores e precisam ser pagos à vista.

"Tirar o pé de fertilizante commoditizado é levar o esforço de venda para o mix sementes, defensivos e especialidades, que, com margem melhor, ajuda no capital de giro", disse. Segundo ele, esse "pacote" é comercializado mais facilmente via barter.

Martins afirmou que o resultado do Agrogalaxy poderia ter sido melhor, não fosse um movimento maior de "cut-off". Conforme esse conceito, houve pedidos de insumos, mas não a entrega até o fechamento do trimestre. "Um incremento de cerca de R$ 90 milhões poderia ter sido registrado como receita no segundo trimestre", disse a empresa.

O Agrogalaxy espera melhorar sua alavancagem até o fim do ano, para atender os covenants estipulados no início de 2024 em parte dos contratos com credores titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). A cláusula contratual prevê alavancagem máxima de até 3 vezes.

Para isso, segundo Martins, a empresa pode usar parte dos recursos que acumulou em um fundo de investimento em direitos creditórios (FDIC) estruturado em setembro de 2023. O fundo levantou cerca de R$ 1,2 bilhão até agora e não foi totalmente usado, disse Martins.

No acumulado em 12 meses, a dívida líquida do Agrogalaxy ficou em R$ 1,51 bilhão, uma queda de 9,8% em relação ao montante de R$ 1,67 bilhão de um ano antes.

Lácteos Sob nova gestão, Verde Campo espera crescimento de 20% neste ano B7

INÊS 249

Balanço
BTG, de Sallouti, volta a ter resultado recorde, puxado por crédito a empresas e gestão de fortunas C3



Investimentos
Parcela de multimercados no setor de fundos cai a 24,3%, do pico de 30,7% C6

Oferta
OPA da Cielo tem adesão de 81,7% dos acionistas e gira R$ 4,3 bilhões C4

Finanças

Mercados Ativos baratos e entrada de estrangeiros em agosto dão impulso ao principal índice da bolsa, que subiu 0,69% e terminou a sessão em 133.318 pontos

Ibovespa vai ao maior patamar do ano

Maria Fernanda Salinet e Victor Rezende
De São Paulo

Com sete pregões consecutivos de valorização nas costas, o Ibovespa se valeu da boa temporada de balanços do segundo trimestre e da distensão das pressões globais para se firmar acima dos 133 mil pontos na sessão de ontem e encerrar a quarta-feira com a maior pontuação do ano. Os níveis baratos da bolsa brasileira e o ingresso de capital estrangeiro em agosto têm dado apoio à recuperação da bolsa brasileira, que tem anotado o melhor desempenho entre os mercados domésticos no acumulado do ano.

No fim do pregão de ontem, o Ibovespa era negociado a 133.318 pontos, alta de 0,69% na sessão. No acumulado do mês, o principal índice da bolsa brasileira exibe um ganho de 4,44%, em um desempenho bastante superior ao dos principais índices acionários americanos, que anotam queda em agosto. O índice S&P 500 recua 1,21%, enquanto o Dow Jones perde 2,04%.

A tônica das últimas sessões tem tido um componente interno relevante, diante da boa temporada de balanços das empresas nos números referentes ao segundo trimestre. O contexto internacional também joga a favor, na medida em que a perspectiva de redução das taxas de juros nos Estados Unidos tem contribuído para algum fluxo para mercados emergentes. De acordo com dados da B3, entre os dias 1º e 12 de agosto, os investidores estrangeiros aportaram R$ 1,97 bilhão no segmento secundário da bolsa brasileira.

"Com a temporada de balanços bem encaminhada, nossa avaliação inicial é de um forte momento de lucros", dizem os estrategistas do BTG Pactual em nota enviada a clientes. "Qualitativamente falando, 40% das empresas divulgaram o que nossos analistas consideram resultados fortes, enquanto apenas 21% foram considerados fracos". Eles notam, inclusive, que, excluindo Petrobras e Vale, as receitas têm superado as estimativas do BTG em 1,7%; o Ebitda tem ficado 1,9% acima; e os lucros, 4,3%.

"Precisamos nos preparar e olhar com mais carinho para setores mais sensíveis a juros, que acabam se beneficiando [do movimento], e para mercados emergentes. Com essa correção nos cortes de juros [nos EUA], os investidores buscam alternativas e isso favorece o Ibovespa", nota a estrategista-chefe do Inter, Gabriela Joubert. Em relação à bolsa brasileira, inclusive, ela adota uma visão mais construtiva, ao apontar que há muitas empresas bem avaliadas, mas que estão com ações descontadas ao se observar da perspectiva histórica de "valuation".

> "Sim, a bolsa está barata, mas, tipicamente, uma ajudinha da política monetária é sempre bem-vinda"
> *Sylvio Castro*

"Eu vejo que podemos ter uma recuperação do Ibovespa. Há entrada de capital estrangeiro, movimento das 'blue chips', cases interessantes no setor do varejo", diz Joubert. "A incógnita fica com as commodities, com menor crescimento da China e dos EUA, mas não vejo os preços despencando, apenas corrigindo, o que pode limitar os ganhos das exportadoras", pondera a estrategista.

Na sessão de ontem, mesmo com a queda dos preços do petróleo no mercado internacional, as ações ordinárias da Petrobras subiram 1,81%, enquanto as preferenciais anotaram alta de 1,75%. No caso dos papéis ordinários da Vale, porém, houve um recuo 0,92%, na esteira de um novo tombo sofrido pelos preços do minério de ferro na bolsa de Dalian.

Apesar do otimismo com o desempenho da bolsa, o chefe da área de soluções globais e fundos de fundos da Itaú Asset Management, Sylvio Castro, avalia a necessidade de cautela no momento. "Claramente, a bolsa brasileira parece barata", disse o executivo durante "live" mensal da gestora, ao observar métricas de "valuation" da bolsa, como a relação preço por lucro, e ao dar atenção ao momento atual do ciclo econômico no Brasil.

"Se você olhar o nível de 'valuation' que a bolsa está negociando hoje, deveria esperar, em janelas de seis a 12 meses, que ela performe melhor que o CDI, por exemplo", diz Castro. Ele, no entanto, menciona um estudo interno que incorpora ainda o momento do ciclo de política monetária. "Quando se compra bolsa brasileira com esse nível de 'valuation' em um ciclo de afrouxamento monetário, é um negócio excepcional, mas, quando se faz isso em um ciclo de aperto de juros, não é necessariamente um mal negócio, mas não é tão 'barbada' só porque o 'valuation' está barato."

DIVULGAÇÃO



Joubert: ações seguem descontadas

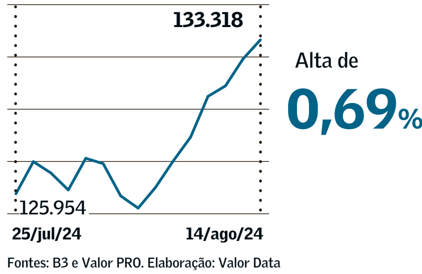
Assim, para Castro, é preciso ter cuidado no momento. "Sim, está barato. Sim, tem muita empresa excepcional entregando resultado bom e negociando muito descontada, mas tipicamente uma ajudinha da política monetária é sempre muito bem-vinda para destravar valor na bolsa", afirma.

Vale notar, assim, que a curva de juros doméstica continua a precificar alta na Selic à frente. Ontem, a taxa do DI para janeiro de 2025 passou de 10,73% para 10,745%, enquanto o dólar subiu 0,35%, para R$ 5,4687. *(Colaboraram Arthur Cagliari e Gabriel Roca)*

Leia mais na página C2

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos



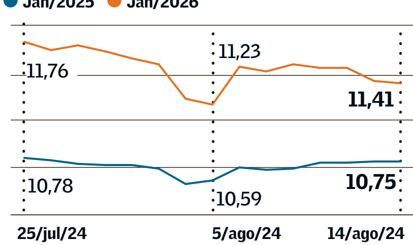
Alta de **0,69%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

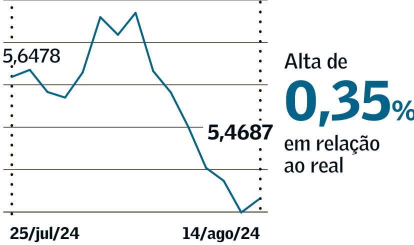
Bolsas internacionais
Variações no dia 14/ago24 - em %

Dow Jones	0,61
S&P 500	0,38
Euronext 100	0,54
DAX	0,41
CAC-40	0,79
Nikkei-225	0,58
SSE Composite	-0,60

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

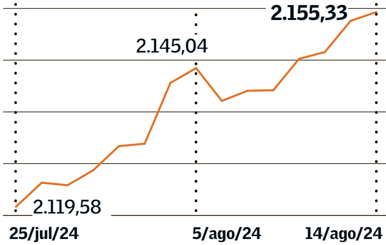


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Alta de **0,35%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Mercados Taxas dos Treasuries curtos sobem, enquanto as dos papéis longos recuam; Wall Street termina sessão em alta

Pressão por corte de 0,5 ponto pelo Fed perde força nos EUA

Gabriel Caldeira, Igor Sodré e Eduardo Magossi
De São Paulo

A leitura dentro do esperado do índice de preços ao consumidor (CPI em inglês) dos Estados Unidos de julho tornou ainda mais certo o início do ciclo de flexibilização monetária na próxima reunião do Federal Reserve (Fed, banco central americano). No entanto, a ausência de surpresas positivas com o indicador fez com que o mercado moderasse a expectativa por um corte mais agressivo de 0,5 ponto percentual em setembro, o que se traduziu em um aumento das taxas dos Treasuries curto prazo na sessão passada. As bolsas de Nova York, por sua vez, tomaram impulso na última hora dos negócios no mercado à vista e todos os principais índices acionários encerraram o dia em alta.

Ao fim do pregão, o índice Dow Jones subiu 0,61%, a 40.008,39 pontos; o S&P 500 avançou 0,38%, a 5.455,21 pontos; e o Nasdaq teve leve alta de 0,03%, a 17.192,60 pontos.

Já na renda fixa, a taxa da T-note de 2 anos subiu para 3,966%, de 3,940% no ajuste anterior. O movimento contrastou com a tendência da ponta longa, em que a taxa da T-note de 10 anos teve leve queda de 3,846% a 3,840%, enquanto o rendimento do T-bond de 30 anos anotou recuo mais forte, de 4,160% a 4,127%.

Conforme divulgou o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, o CPI avançou 0,2% entre junho e julho, para uma taxa anual de 2,9%, a menor desde março de 2021. Já o núcleo do indicador, que exclui os preços voláteis de alimentos e energia, também subiu 0,2% na margem e anotou uma alta de 3,2% no acumulado de 12 meses.

Com exceção do índice cheio anual — cujo resultado esperado era de 3% —, todos os números ficaram em linha com as projeções dos agentes. A ausência de surpresas positivas chegou a causar certa decepção entre os investidores, principalmente depois da leitura mais fraca do que o esperado da inflação ao produtor americano em julho, divulgada na terça-feira.

> "Componente de energia e alta mensal dos preços de moradias provocaram a aceleração do CPI"
> *J.F. Lima Gonçalves*

José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, destaca em relatório que o fim da deflação no componente de energia do CPI e a alta mensal dos preços de moradias provocaram a aceleração do dado após a queda mensal de 0,1% em junho ante maio. Ele ainda avalia que o núcleo segue refletindo uma lenta desaceleração nos preços de serviços.

Com isso, o mercado passou a precificar chance maior de um corte de 0,25 ponto pelo Fed em setembro, com probabilidade de 64,5% contra 35,5% para corte de 0,5 ponto, conforme o levantamento do CME Group com base nos futuros dos Fed funds. No entanto, seguem firmes as expectativas por uma redução total de 1 ponto percentual dos Fed funds em 2024, o que levaria a taxa básica dos Estados Unidos ao patamar de 4,25% a 4,5%. Para que isso se confirme, o Fed terá que reduzir os juros em 0,5 ponto em pelo menos uma das três reuniões restantes de 2024.

Para Sarah House e Michael Pugliesi, economistas do Wells Fargo, o CPI divulgado ontem ainda não sela qual será a decisão do Fed em setembro, e o banco central americano deve continuar em compasso de espera.

"A contínua e constante desaceleração da inflação, quando combinada com o aumento da taxa de desemprego e a deterioração de outros indicadores do mercado de trabalho, leva-nos a acreditar que o Fed desejará avançar rapidamente em direção a uma postura mais neutra da política [monetária] nos próximos meses. Assim, esperamos um corte de 0,50 ponto na reunião de setembro, mas a decisão final pode ser determinada pelo relatório de emprego ("payroll") de agosto, a ser divulgado em 6 de setembro, e pelo CPI de agosto, previsto para 11 de setembro", avaliam os economistas do banco americano.

Inflação ao consumidor americano ajuda, mas não define taxa

Análise

Roberta Costa
De São Paulo

A queda dos preços ao consumidor nos EUA (CPI na sigla em inglês) é uma boa notícia, mas o número em si não define o tamanho do corte de juros que provavelmente o Federal Reserve (Fed, banco central americano) fará em sua reunião nos próximos dias 17 e 18 de setembro.

O mercado financeiro se divide entre corte de 0,25 ponto e 0,50 ponto percentual para a primeira redução da Fed "fund rate" desde o primeiro trimestre de 2022, lembrando que a taxa atual está no intervalo entre 5,25% e 5,5% ao ano.

Dados do CME Group apontavam ontem à noite, depois da divulgação do CPI, 62,5% de probabilidade na curva futura de juros americana pelo corte menor e 37,5% pelo maior. Essas apostas têm trocado de lado recorrentemente, a partir de novos dados divulgados, mas a novidade dos últimos dias é a tensão muito menor em torno de pouso forçado da economia dos EUA, o que dá alívio também aos mercados locais.

O CPI caiu em julho para o menor nível desde 2021, tanto na leitura da inflação cheia quanto do núcleo — medida menos volátil que exclui alimentos e energia. A primeira registrou 2,9% contra consenso de 3%, enquanto a segunda 3,2%, de 3,3%. Os níveis atuais estão bem mais próximos da meta média de 2% do Fed e muito distantes do pico de 9% atingido em 2022 — foi um longo caminho de desinflação, que gera agora suspeitas de atraso do Fed, portanto, medo de que uma recessão esteja logo ali.

O que de fato deve definir o rumo do juro americano é o estado do mercado de trabalho. Na última reunião do comitê, o BC americano deu o recado de que o braço da atividade econômica do seu mandato entrava agora com mais peso para definir a política monetária, dada a melhora nos preços.

O último relatório do "payroll" (emprego) foi um susto, com queda de vagas criadas e alta da taxa de desemprego para 4,1%. O próximo, no fim deste mês, será visto com lupa ainda maior e mais forte. Ademais, a próxima reunião do Fed trará atualização das projeções econômicas do comitê e o indefectível "dot plot" — o gráfico com as expectativas individuais de seus membros para a Fed fund rate nos próximos anos.

Isso é algo que pode mudar o jogo por aqui, ainda mais em tempos de discussão de elevação da Selic. Se este script — queda de juro lá e baixa aqui — for seguido, boas notícias devem vir para o câmbio.

Baixar os juros é uma 'briga eterna' no Brasil, diz Lula

Renan Truffi
De Brasília

Num momento em que se aproxima de indicar o próximo presidente do Banco Central (BC) para substituir Roberto Campos Neto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a atacar ontem o patamar da Selic, a taxa básica de juros do país, estacionada atualmente em 10,5%.

O patamar da taxa de juros tem sido uma crítica recorrente de Lula a Campos Neto. Nos últimos dias, conforme noticiado pelo **Valor**, o diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo, cotado para substituí-lo, vem dando indicações de que a autoridade monetária voltou a ter à disposição os seus dois principais instrumentos de política econômica: os juros, para levar a inflação à meta; e as intervenções cambiais, para garantir o bom funcionamento do mercado. O mandato de Campos Neto se encerra em 31 de dezembro deste ano.

Em um evento com empresários da indústria farmacêutica no Palácio do Planalto à noite, Lula disse que enquanto a taxa de juros continuar "atrativa", mais pessoas continuarão a viver de especulação financeira no Brasil, em menção à Selic.

"O dinheiro tem que circular, o dinheiro não pode ficar no cofre. O dinheiro tem que circular para que as pessoas possam investir. Eu não quero um governo empresarial, eu quero um governo indutor. Não tem sentido o BNDES ser um banco de desenvolvimento sem dinheiro para investir. Quanto mais atrativa é a taxa de juros para as pessoas viverem de especulação, mais o BNDES precisa emprestar dinheiro", afirmou o presidente.

Na mesma ocasião, Lula também admitiu que a economia brasileira não está "o paraíso dos paraísos". "Até porque, quando ela crescia 14% ao ano, não era o paraíso", disse o presidente, em referência ao período do chamado "milagre econômico", durante o regime militar. "Naquele tempo, havia diversidade entre economia e ideologia; a economia crescia 14% e a juventude era perseguida porque tentava derrubar o regime militar", emedou.

Sobre isso, Lula voltou a repetir que não há "fórmula mágica" para fazer a economia brasileira crescer. "O que está acontecendo no Brasil é o seguinte: a inflação está controlada, o salário e a massa salarial estão crescendo, o desemprego nós vamos chegar logo na menor taxa. As dificuldades políticas estão sendo superadas no dia a dia", explicou.

Na avaliação do presidente, a discussão sobre baixar ou não os juros será "uma briga eterna" no Brasil. Pela manhã, em outro evento na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), num tom mais ameno, Lula mencionou esse tema ao mandar um recado para o segmento da indústria. Segundo ele, mesmo se os juros chegassem a um patamar zero, os brasileiros iriam continuam sem consumir porque é preciso, nas palavras dele, fazer o dinheiro "circular".

"O que aconteceu no país [de 2010 para cá]? As pessoas perderam o gosto de comprar carro? Não, faltava investimento. Eu disse para eles [representantes da indústria automobilística]: a única coisa que posso oferecer para vocês é mercado consumidor. Baixar os juros é uma briga eterna neste país. Mas, mesmo se os juros forem zero, se o cara não tiver dinheiro para consumir, ele não vai consumir", disse Lula.

Stone ganha participação no 2º trimestre e avança em crédito

Mariana Ribeiro
De São Paulo


DIVULGAÇÃO

Lia Matos, da Stone: "À medida que continuamos crescendo acima do mercado, seguimos ganhando participação"

A Stone teve lucro líquido ajustado de R$ 497 milhões no segundo trimestre, uma alta trimestral de 10,4% e anual de 54,4%. A receita ficou em R$ 3,205 bilhões, crescimento trimestral de 3,9% e anual de 8,5%. A credenciadora ganhou participação de mercado no período e avançou na oferta de crédito, se aproximando do "guidance" fornecido para a carteira no ano.

A diretora de estratégia da Stone, Lia Matos, afirma que os resultados foram impulsionados pelo aumento do volume de pagamentos processados, em ritmo acima da indústria, e pelo crescimento da capacidade de monetização, tanto em adquirência quanto nas áreas de crédito e serviços bancários.

Houve alta de 10,6% na receita com serviços financeiros, que alcançou R$ 2,822 bilhões. Na área de software elas ficaram estáveis, em R$ 383 milhões.

O volume de pagamentos processados (TPV) total, que incluiu cartões e Pix, somou R$ 126 bilhões, um aumento trimestral de 7,5% e anual de 21,6%. Considerando só os cartões, o TPV foi de R$ 110,9 bilhões, avanço de 13,8% em 12 meses. Em Pix, foram R$ 15,2 bilhões, alta de 141,5%. O TPV de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), segmento foco da Stone, subiu 24,6% em 12 meses, para R$ 109,3 bilhões.

"À medida que continuamos crescendo acima do mercado, seguimos ganhando participação de mercado", diz Matos. De acordo com dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), as transações com cartão cresceram 11% no segundo trimestre.

A credenciadora encerrou o segundo trimestre com 3,904 milhões de clientes ativos, crescimento de 29,5% em um ano. O "take rate" (taxa cobrada a cada transação) de MPMEs ficou em 2,54%, estável na comparação trimestral e acima dos 2,48% registrados um ano antes.

A Stone encerrou o segundo trimestre com uma carteira de crédito de R$ 712 milhões, alta de 32% sobre o trimestre anterior. No mesmo período do ano passado, eram apenas R$ 18,7 milhões. Os depósitos de clientes ficaram em R$ 6,5 bilhões, alta trimestral de 8% e anual de 65%. A plataforma de banking apresentou crescimento de 62% em base de clientes, atingindo 2,7 milhões.

> **21,6%** foi o crescimento do volume de pagamento no 2º tri

Com os resultados observados na primeira metade do ano, a Stone já se aproxima do "guidance" fornecido para o ano. A empresa projeta chegar ao fim de 2024 com um portfólio de pelo menos R$ 800 milhões em crédito e ultrapassar os R$ 7 bilhões em depósitos.

O CFO da Stone, Mateus Scherer, afirma, no entanto, que as previsões representam "pisos" e, por isso, a companhia não pretende revisar o guidance. Ele acrescenta que a carteira de crédito total ainda é pequena e, portanto, há muito espaço para crescimento, independentemente das condições macroeconômicas. "O ritmo de crescimento, no entanto, não será linear, estamos fazendo vários testes, com diferentes perfis de clientes."

A inadimplência da carteira era de 2,6% ao final de junho. Scherer destaca que a Stone trabalha com um modelo de perda esperada de 10%, mas, no início, optou por fazer provisões na casa de 20%, volume que agora está sendo reduzido para 18%.

A oferta de crédito, que derrubou os resultados e as ações da empresa em 2021, foi reformulada em 2022 e novos testes começaram a ser realizados no ano passado. Agora, a ideia é expandir a oferta, mas de forma cautelosa.

A Stone também destaca que, ao longo do ano, a companhia alocou recursos para o programa de recompra de ações aprovado em 2023 e já executou quase a integralidade do R$ 1 bilhão proposto.

INÊS 249

Balanço Banco teve resultado líquido ajustado de R$ 2,940 bilhões no 2º trimestre, alta de 14,5%; receita total aumentou para R$ 5,99 bilhões

BTG volta a ter lucro recorde, e analistas apontam desafios

Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De São Paulo

O BTG Pactual voltou a apresentar resultado recorde no segundo trimestre, impulsionado pelas áreas de crédito a empresas e gestão de patrimônio. Apesar dos números fortes, mesmo em um ambiente macroeconômico difícil, analistas destacam que o mercado traz desafios. Ontem, as units do banco caíram 1,97%.

O banco teve lucro líquido ajustado de R$ 2,949 bilhões no trimestre, com alta de 2,1% sobre o trimestre anterior e de 14,5% sobre mesmo período do ano passado. A receita ficou em R$ 5,990 bilhões, aumento trimestral de 1,7% e anual de 10,1%. Ambos os valores são recordes. Apesar disso, o retorno ajustado sobre o patrimônio (ROAE), uma medida de rentabilidade, caiu a 22,5%, de 22,8% no primeiro trimestre e 22,7% no segundo de 2023.

Outro indicador importante para o BTG, a captação líquida de clientes ("net new money", no jargão em inglês), recuou e ficou em R$ 56 bilhões de abril a junho, abaixo dos R$ 64 bilhões obtidos no primeiro trimestre. Anteontem, a XP anunciou que captou R$ 32 bilhões no segundo trimestre, avanço de 119% em relação aos três meses anteriores.

O CEO do BTG, Roberto Sallouti, afirmou que o período foi marcado por desafios tanto no cenário interno quanto externo, mas o banco conseguiu entregar resultados fortes, impulsionados por crescimento das receitas e aumento da alavancagem operacional. Em um mercado parado para emissões de ações, ele destacou que houve bom desempenho em dívida, além de um recorde na área de crédito. "Expandimos o portfólio com spreads saudáveis e diversificação de receitas", disse.

A área de crédito corporativo teve receita de R$ 1,534 bilhão, incluindo as operações de atacado e de pequenas e médias companhias. Houve alta de 7% no trimestre e de 20% em um ano.

O portfólio de empréstimos somava R$ 194,8 bilhões no fim de junho, com avanço de 26,7% em 12 meses. Do total, R$ 23,4 bilhões são referentes a pequenas e médias empresas, aumento de 56,8%. O executivo afirmou que, apesar de a instituição não fornecer projeções, é "razoável" pensar em um crescimento acima de 20% dos empréstimos para empresas em 2024.

A área de gestão de recursos (asset management) teve receita de R$ 548 milhões, queda trimestral de 5%, mas aumento anual de 27%. Já na gestão de patrimônio e no banco de varejo (wealth management & consumer banking), a receita atingiu o recorde de R$ 928 milhões, avanço de 6% e 28%, respectivamente.

No período, houve captação de R$ 28 bilhões na asset, ante R$ 20,2 bilhões no primeiro e R$ 25,4 bilhões no segundo trimestre de 2023. Em wealth, ela foi de R$ 27,8 bilhões, de R$ 43,6 bilhões e R$ 35,4 bilhões, respectivamente. O vice-presidente financeiro do BTG, Renato Cohn, afirmou que a queda em wealth se dá porque no primeiro trimestre o banco incorporou a operação da Órama, o que distorceu a base de comparação.

O banco de investimentos do BTG atingiu receita de R$ 558 milhões, com recuo de 15% frente aos três meses imediatamente anteriores e alta de 82% em um ano. Já em sales & trading (corretagem e operações de mercado), a receita foi de R$ 1,388 bilhão, aumento de 1% na comparação trimestral e recuo de 26% na anual. Sallouti disse esperar uma segunda metade do ano melhor na área.

Sobre as perspectivas para a Selic, Cohn afirmou que, em geral, taxas mais elevadas são ruins para o negócio, mas o banco tem mantido sua capacidade de captação. "O ambiente está bom, mas poderia ser um pouquinho melhor."

Analistas dizem que os números vieram fortes, embora ligeiramente abaixo das expectativas, e que há pontos positivos e negativos. O Citi observa que o lucro 2% abaixo do consenso e da previsão da casa. O Itaú BBA afirma que, no geral, o BTG apresentou um "conjunto neutro de resultados, evidenciando alguns desafios de mercado, mas também boa execução e diversificação do negócio". A casa observa que houve queda nas receitas da área de asset apesar da sazonalidade positiva e que a tesouraria continuou pressionada.

R$ 56 bi
captação líquida de clientes no trimestre

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR



Sallouti: "Expandimos o portfólio [de crédito a empresas] com spreads saudáveis e diversificação de receitas"

INÊS 249

Oferta Controladores decidiram deslistar empresa com objetivo de torná-la mais ágil e facilitar integração com serviços bancários

BB e Bradesco desembolsam R$ 4,3 bi e tiram Cielo da bolsa

Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De São Paulo

A oferta de aquisição pública de ações (OPA) da Cielo foi realizada ontem e concluiu o processo para tirar a credenciadora, que até pouco tempo era a maior do Brasil, da bolsa. Os controladores — Banco do Brasil e Bradesco — seguiram o que já fizeram outros grandes grupos e acreditam que, livres das amarras de ser uma companhia aberta, conseguirão tornar a Cielo mais ágil, integrá-la melhor a serviços bancários, e criar uma oferta de valor melhor, especialmente para pequenas e médias empresas.

A oferta era por todas as ações em circulação, ou 902.247.285 papéis. Se habilitaram no leilão 749.889.806 ações. Foram efetivamente compradas 736.857.044, ao preço de R$ 5,82. Assim, os bancos controladores pagaram R$ 4,288 bilhões. Antes da OPA, eles já detinham 66,3% das ações. Para que houvesse conversão do registro de companhia aberta de categoria "A" para "B" e, assim, concluir a saída da bolsa, era necessária a adesão dos acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação. No fim, essa adesão ficou em 81,7%.

"Avaliando por outras transações de OPA, ter mais de 80% de adesão é um sucesso total", comenta um executivo de um dos bancos controladores. "Foi um sucesso. Agora vamos esperar os prazos legais e formais da CVM. Certamente vamos ver mais adesões", acrescenta outra fonte, do outro controlador. Quem não participou do leilão ainda terá a oportunidade de vender ao preço da operação por mais 90 dias.

BB e Bradesco anunciaram em fevereiro a intenção de realizar a oferta e tirar a companhia da bolsa, após anos de especulação nesse sentido. Os acionistas minoritários inicialmente questionaram o preço proposto pelos controladores, de R$ 5,35 por ação, estabelecido com base em avaliação do Bank of America (BofA). Na carta em que se opuseram ao laudo, eles diziam que, corrigidos três pontos que eles consideravam que estavam errados, o preço subiria para R$ 7,89 por ação. Em abril, os controladores elevaram o preço oferecido para R$ 5,60, sujeito a ajuste do CDI até a conclusão da operação.

> "OPA pode trazer novos rumos. Cielo está mais ágil e pronta para se adaptar a qualquer cenário"
> *Estanislau Bassols*

A Cielo vem perdendo participação de mercado há alguns trimestres e, no ano passado, a liderança do setor passou a ser ocupada pela Rede, do Itaú, que vem adotando uma estratégia de integração entre adquirência e serviços bancários para pequenas e médias empresas.

Na divulgação dos resultados da Cielo no segundo trimestre, há duas semanas, o CEO da companhia, Estanislau Bassols, adiantou que a OPA poderia trazer "novos rumos" para a credenciadora, mas que a empresa está "mais ágil e pronta para se adaptar a qualquer cenário". "Isso pode mudar a execução, mas não a estratégia".

Cade adia julgamento de acordo entre Itaú e a controlada Rede

Beatriz Olivon
De Brasília

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) suspendeu novamente o julgamento em que analisa se há problema concorrencial em ação de antecipação de pagamentos feita pelo Itaú e pela Redecard (Rede) em 2019. Por enquanto, dois conselheiros votaram, um pela condenação da prática, mas sem imposição de multa, e outro pelo arquivamento — mas destacando que as empresas se colocaram "em situação de risco".

Pela prática, adotada em 2019, o estabelecimento comercial que recebe pagamento por meio de terminais de vendas ("maquininhas") pelo cartão de crédito teria condição vantajosa para receber se tivesse conta no Itaú.

Pela regra geral, normalmente o valor é disponibilizado para o lojista após um mês da data do pagamento pelo cliente. Mas, pela ação da Redecard com o Itaú, o pagamento seria feito em dois dias, sem cobrar pela antecipação. A indicação da área técnica do Cade havia sido para o arquivamento do caso.

Em junho, o relator, conselheiro Gustavo Augusto, votou pela condenação, mas o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do conselheiro Victor Oliveira Fernandes. Pelo voto do relator, não haveria imposição de multa, mas a condenação da prática e impedimento de que seja adotada, pelo menos, pelos próximos cinco anos.

Na sessão de ontem, Fernandes votou pelo arquivamento do processo administrativo, mas afirmou que o caso é "sensível". Na sequência, a conselheira Camila Alves pediu vista, suspendendo novamente o julgamento. Outros três conselheiros aguardam para votar. O presidente, Alexandre Cordeiro, se declarou impedido.

Procurado, o Itaú informou que o banco e a Rede reiteram a convicção de que "sempre atuaram de forma totalmente alinhada à Lei de Defesa da Concorrência e todas as normas vigentes".

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 14/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.106,5295300	0,05	0,41	5,92
IRF-M	1+**	20.611,2333520	0,05	1,56	3,36
IRF-M	Total	18.674,7460750	0,05	1,17	4,08
IMA-B	5***	9.445,8009030	0,06	0,92	5,23
IMA-B	5+****	11.784,9531570	0,04	3,59	1,55
IMA-B	Total	10.232,4435310	0,05	2,29	3,28
IMA-S	Total	6.820,7875470	0,04	0,40	6,73
IMA-Geral	Total	8.343,9914370	0,04	1,11	4,96

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	31/07	30/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	29,63	29,38	31,50	29,38	31,09	32,90
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,96	25,27	24,54	24,27	24,64	24,44
Conta garantida pré - a.a.	38,67	47,05	48,79	47,85	39,10	49,16
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,56	21,70	21,65	21,80	26,36
Vendor pré - a.a.	15,28	15,40	15,60	16,40	16,20	18,39
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,30	16,63	17,65	18,22	18,11	22,17
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,30	17,62	19,64	17,78	17,63	18,47
Conta garantida pós - a.a.	24,76	24,59	24,42	24,76	24,87	28,18
ACC pós - a.a.	8,30	8,49	8,28	8,34	8,37	8,34
Factoring - a.m.	3,25	3,28	3,27	3,27	3,25	3,49

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	14/08/24	13/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3300	5,3800	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3535	5,3532	5,3512	5,3411	5,2133
3 meses	-	5,3660	5,3641	5,3612	5,3562	5,1378
6 meses	-	5,3928	5,3918	5,3905	5,3880	4,9835
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6630	3,6530	3,6610	3,6560
1 mês	-	3,6685	3,6685	3,6681	3,6674	3,5041
3 meses	-	3,7599	3,7758	3,7943	3,8362	3,3399
6 meses	-	3,8604	3,8686	3,8781	3,8997	3,0465
1 ano	-	3,9118	3,9123	3,9106	3,8978	2,0731
Euribor ***						
1 mês	-	3,635	3,594	3,630	3,572	3,664
3 meses	-	3,542	3,569	3,647	3,662	3,799
6 meses	-	3,441	3,462	3,579	3,635	3,957
1 ano	-	3,180	3,192	3,390	3,522	4,076
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,33	5,32	5,34	5,37	5,36	5,37
T-Bill (3 meses)	5,21	5,20	5,22	5,27	5,33	5,44
T-Bill (6 meses)	4,96	4,93	4,95	5,09	5,19	5,51
T-Note (2 anos)	3,97	3,93	3,96	4,26	4,46	4,97
T-Note (5 anos)	3,69	3,67	3,76	3,91	4,13	4,36
T-Note (10 anos)	3,84	3,84	3,94	4,03	4,23	4,20
T-Bond (30 anos)	4,13	4,16	4,25	4,31	4,46	4,29

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,39	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,59	11,50
CDI	0,39	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,59	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	1,17	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	4,08	8,37
IMA-B	2,29	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	3,28	4,38
IMA-S	0,40	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,73	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	4,44	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-0,65	4,68
Índice Small Cap	5,71	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-8,67	-13,36
IBrX 50	4,16	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,87	6,82
ISE	6,64	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-1,45	-4,44
IMOB	8,29	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-5,61	-8,60
IDIV	4,06	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	2,43	11,06
IFIX	-0,06	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	1,56	5,25
Dólar Ptax (BC)	-3,74	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	12,58	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-3,28	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	12,70	19,56
Euro (BC) (4)	-1,96	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	12,27	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,57	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	12,16	17,68
Ouro (BC)	-2,91	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	33,18	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 14/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 09/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentab. no dia	Rentab. no mês	Rentab. em 2024	Rentab. em 12 meses	Captação no dia	Captação no mês	Captação no ano	Captação em 12 meses
Renda Fixa	3.629.290,64					15.626,72	20.046,62	279.107,20	272.416,18
RF Indexados (2)	147.163,98	0,17	0,82	4,28	7,74	58,78	-182,86	-9.860,73	-14.101,28
RF Duração Baixa Soberano (2)	694.469,91	0,04	0,25	5,95	10,55	8.398,20	8.221,29	47.903,10	43.566,81
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	878.734,98	0,04	0,29	6,80	12,04	1.345,11	5.544,11	71.813,28	75.794,01
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	187.682,82	0,04	0,05	6,87	12,10	309,16	1.749,09	79.109,07	83.910,96
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.765,92	0,12	0,47	5,73	9,40	43,18	237,12	-3.744,87	-5.216,28
RF Duração Livre Soberano (2)	219.900,35	0,08	0,43	5,74	10,01	1.443,08	434,91	-11.184,47	-28.342,77
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	650.283,22	0,07	0,39	6,18	10,79	1.064,13	-1.188,81	-33.048,37	-40.593,85
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	386.721,55	0,14	0,58	6,42	11,37	518,82	1.770,71	96.619,39	140.851,89
Ações	631.096,47					-113,53	-894,10	-3.593,43	38.698,44
Ações Indexados (2)	10.531,47	1,51	2,48	-2,52	9,97	-8,88	169,79	288,93	-923,03
Ações Índice Ativo (2)	31.051,69	1,41	2,98	-3,04	7,29	-8,11	-272,18	-5.587,76	-5.296,87
Ações Livre	231.655,85	1,41	3,00	-0,06	8,02	-102,72	-467,62	-185,55	-5.435,73
Fechados de Ações	124.968,27	0,46	1,24	-3,59	-2,55	0,00	-22,14	-1.945,89	29.632,47
Multimercados	1.660.905,81					232,84	-4.465,16	-106.246,63	-230.139,15
Multimercados Macro	140.549,10	0,22	0,44	2,61	6,33	-216,82	-2.395,18	-38.562,35	-60.008,94
Multimercados Livre	628.821,90	0,10	0,52	5,56	10,02	860,50	-581,15	-15.735,88	-71.727,75
Multimercados Juros e Moedas	48.697,71	0,06	0,39	6,03	10,95	-5,45	-114,34	-9.413,12	-15.543,09
Multimercados Invest. no Exterior (2)	760.961,24	-0,01	-0,04	6,75	11,91	-394,01	-1.271,78	-43.531,12	-78.559,35
Cambial	6.615,84	-1,07	-2,01	17,55	19,07	27,81	376,69	-304,37	-1.002,92
Previdência	1.462.091,92					221,85	1.800,08	24.975,40	41.718,83
ETF	43.584,73					103,32	51,06	-2.466,17	-3.007,88
Demais Tipos	2.070.424,88					2.662,90	4.856,48	71.308,88	74.687,09
Total Fundos de Investimentos	**7.433.585,41**					**16.099,00**	**16.915,18**	**191.472,00**	**118.683,50**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.791.035,29**					**956,64**	**7.806,88**	**91.596,59**	**147.057,53**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.275.102,16**					**17.055,64**	**24.722,06**	**283.068,59**	**265.741,04**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	14/08/24	13/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,36
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9005
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,26
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9683
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,54	10,54	10,48	10,50	10,46	12,78
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,92	10,93	10,82	10,83	10,62	12,18
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,43	10,42	10,42	10,42	13,09
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,48	10,45	10,45	10,44	12,96
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,54	10,49	10,50	10,46	12,79
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,67	10,66	10,59	10,59	10,49	12,58
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,89	10,91	10,79	10,81	10,61	12,18
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,28	11,33	11,30	11,38	10,94	11,07

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 14/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.490,71	10,404	39.951	10,402	10,408	10,404
Vencimento em out/24	98.668,18	10,448	162.602	10,440	10,452	10,448
Vencimento em nov/24	97.765,90	10,505	4.487	10,502	10,514	10,508
Vencimento em dez/24	97.007,47	10,599	24.808	10,590	10,610	10,610
Vencimento em jan/25	96.146,33	10,749	509.655	10,705	10,755	10,745
Vencimento em fev/25	95.246,47	10,864	4.474	10,845	10,880	10,850
Vencimento em mar/25	94.414,16	10,983	100	10,945	10,970	10,945
Vencimento em abr/25	93.626,08	11,076	170.225	11,025	11,095	11,060
Vencimento em mai/25	92.818,09	11,128	3.005	11,100	11,100	11,100
Vencimento em jun/25	91.971,56	11,180	15	11,170	11,180	11,170
Vencimento em jul/25	91.158,47	11,240	381.761	11,180	11,270	11,230
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	5.478,17	0,19	262.475	5.437,50	5.497,00	5.479,00
Vencimento em out/24	5.494,98	0,19	8.945	5.477,00	5.500,00	5.499,00
Vencimento em nov/24	5.514,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.530,74	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.550,40	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	6.039,30	0,34	10	6.049,50	6.054,00	6.049,50
Vencimento em out/24	6.066,04	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.097,52	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	133.510	0,71	25.190	132.380	133.615	133.515
Vencimento em out/24	135.415	0,54	109.080	134.490	136.005	135.250
Vencimento em dez/24	137.582	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 14/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4496	5,4502	-0,68	-3,74	12,58	10,15
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4681	5,4687	0,35	-3,28	12,70	10,13
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5002	5,6802	0,26	-3,04	12,53	10,21
Euro (BC) - (R$/€)	6,0071	6,0083	-0,04	-1,96	12,27	11,19
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0218	6,0224	0,51	-1,57	12,16	11,22
Euro Turismo (R$/€)	6,0923	6,2723	0,52	-1,43	11,86	11,25
Euro (BC) - (US$/€)	1,1023	1,1024	0,64	1,85	-0,27	0,94
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	428,0911	428,1383	-1,69	-2,91	33,18	40,86
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.447,93	-0,65	0,09	18,53	28,33
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.472,00	0,47	2,17	19,86	29,19

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	14/08/24	13/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	172.962,80	171.040,26	164.489,50	173.997,89	1,12	5,15	-0,59
Valor-Coppead Mínima Variância	103.847,67	103.377,17	101.224,36	93.533,91	0,46	2,59	11,03

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 14/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 14/08/24

Índice	14/08/24	13/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 14/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,05	182,74	185,23	165,54	155,61	0,17	-1,17	10,58	17,63
S&P BNY Emergentes	354,12	356,87	350,11	312,75	293,54	-0,77	1,15	13,23	20,64
S&P BNY América Latina	197,52	196,38	189,19	225,28	196,88	0,58	4,41	-12,32	0,33
S&P BNY Brasil	197,39	196,30	186,11	232,95	195,05	0,55	6,06	-15,26	1,20
S&P BNY México	297,30	294,75	295,36	331,67	320,95	0,87	0,66	-10,36	-7,37
S&P BNY Argentina	252,29	248,98	223,58	178,27	147,81	1,33	12,84	41,53	70,69
S&P BNY Chile	137,56	137,95	139,05	162,12	168,27	-0,28	-1,07	-15,15	-18,25
S&P BNY Índia	3.010,30	3.003,96	3.096,48	2.923,01	2.791,07	0,21	-2,78	2,99	7,85
S&P BNY Ásia	213,70	214,74	218,49	189,60	177,58	-0,48	-2,19	12,71	20,34
S&P BNY China	307,68	313,14	306,01	336,11	346,48	-1,74	0,55	-8,46	-11,20
S&P BNY África do Sul	208,32	202,31	221,65	199,87	199,34	2,97	-6,01	4,23	4,50
S&P BNY Turquia	35,28	35,21	36,85	22,45	22,40	0,21	-4,25	57,13	57,54

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
29/07 a 29/08	0,0745	0,5711	0,5711	0,8454
30/07 a 30/08	0,0744	0,5711	0,5711	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	0,5711	0,5711	0,8442
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7689
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7694
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674	0,5674	0,7720
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 14/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	133.318	0,69	4,44	-0,65	14,13
IBrX	56.302	0,72	4,44	-0,26	14,57
IBrX 50	22.410	0,71	4,16	0,87	16,28
IEE	93.531	1,75	4,87	-1,50	5,94
SMLL	2.149	0,00	5,71	-8,67	-4,97
ISE	3.709	0,82	6,64	-1,45	5,51
IMOB	954	1,06	8,29	-5,61	-0,74
IDIV	9.294	1,40	4,06	2,43	18,90
IFIX	3.363	0,24	-0,06	1,56	4,62
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.461	1,38	8,50	-11,75	3,62
IBrX	10.330	1,41	8,51	-11,40	4,02
IBrX 50	4.112	1,40	8,21	-10,40	5,57
IEE	17.161	2,45	8,95	-12,51	-3,82
SMLL	394	0,68	9,82	-18,87	-13,72
ISE	681	1,51	10,79	-12,46	-4,21
IMOB	175	1,75	12,50	-16,15	-9,89
IDIV	1.705	2,09	8,11	-9,02	7,95
IFIX	617	0,92	3,83	-9,79	-5,02

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	02/08/24	366.356
jan/24	353.563	05/08/24	366.751
fev/24	352.705	06/08/24	365.776
mar/24	355.008	07/08/24	365.067
abr/24	351.599	08/08/24	365.211
mai/24	355.560	09/08/24	365.760
jun/24	357.827	12/08/24	365.954
jul/24	363.282	13/08/24	367.023

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	14/08/24	13/08/24	12/08/24	09/08/24	08/08/24	07/08/24
Índice	2.155,33	2.153,71	2.147,98	2.146,75	2.140,98	2.140,88
Var. no dia	0,08%	0,27%	0,06%	0,27%	0,00%	0,09%
Var. no mês	1,16%	1,08%	0,81%	0,75%	0,48%	0,48%
Var. no ano	4,36%	4,29%	4,01%	3,95%	3,67%	3,66%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 14/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	35,0000	35,0300	0,15560	0,15570
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4496	5,4502
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5645	36,6561	0,1487000	0,1491000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7774	0,7945
Colon (Costa Rica)	520,0000	532,0000	0,010240	0,010480
Coroa (Dinamarca)	6,7685	6,7690	0,8051	0,8052
Coroa (Islândia)	137,8400	138,1200	0,03946	0,03954
Coroa (Noruega)	10,6866	10,6893	0,5098	0,5100
Coroa (Rep. Tcheca)	22,8040	22,8120	0,2389	0,2390
Coroa (Suécia)	10,4439	10,4461	0,5217	0,5219
Dinar (Argélia)	133,5720	134,9070	0,04040	0,04080
Dinar (Kuwait)	0,3060	0,3061	17,8033	17,8111
Dinar (Líbia)	4,7835	4,8058	1,1340	1,1394
Direitos Especiais de Saque ***	1,3396	1,3396	7,3003	7,3011
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6736	1,4834	1,4840
Dirham (Marrocos)	9,7555	9,7605	0,5583	0,5587
Dólar (Austrália)***	0,6613	0,6617	3,6038	3,6064
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4496	5,4502
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6803	2,7276
Dólar (Canadá)	1,3696	1,3697	3,9787	3,9794
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5265	6,6063
Dólar (Cingapura)	1,3148	1,3156	4,1423	4,1453
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4496	5,4502
Dólar (Hong Kong)	7,7922	7,7923	0,6994	0,6994
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6018	0,6022	3,2796	3,2821
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7621	6,8260	0,7984	0,8060
Euro (Comunidade Européia)***	1,1023	1,1024	6,0071	6,0083
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9943	3,0542
Franco (Suíça)	0,8638	0,8639	6,3081	6,3096
Guarani (Paraguai)	7566,3700	7571,6400	0,0007197	0,0007203
Hryvnia (Ucrânia)	41,1000	41,4000	0,1316	0,1326
Iene (Japão)	146,8500	146,8700	0,03710	0,03711
Lev (Bulgária)	1,7737	1,7748	3,0705	3,0728
Libra (Egito)	49,0500	49,1500	0,1109	0,1111
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2846	1,2851	7,0006	7,0041
Naira (Nigéria)	1540,0000	1640,0000	0,00332	0,00354
Lira (Turquia)	33,4680	33,6790	0,1618	0,1628
Novo Dólar (Taiwan)	32,2200	32,2500	0,16900	0,16920
Novo Sol (Peru)	3,7353	3,7373	1,4582	1,4591
Peso (Argentina)	941,0000	941,5000	0,00579	0,00579
Peso (Chile)	930,8400	931,7200	0,005849	0,005855
Peso (Colômbia)	4019,0000	4020,9500	0,001355	0,001356
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2271	0,2271
Peso (Filipinas)	56,9350	56,9550	0,09568	0,09573
Peso (México)	18,8239	18,8344	0,2893	0,2895
Peso (Rep. Dominicana)	59,5900	59,9700	0,09087	0,09146
Peso (Uruguai)	40,4000	40,4300	0,13480	0,13490
Rande (África do Sul)	18,0721	18,0755	0,3015	0,3016
Rial (Arábia Saudita)	3,7530	3,7532	1,4520	1,4522
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001297	0,0001298
Ringgit (Malásia)	4,4150	4,4250	1,2315	1,2345
Rublo (Rússia)	89,4955	89,5045	0,06089	0,06090
Rúpia (Índia)	83,9100	83,9650	0,06490	0,06495
Rúpia (Indonésia)	15675,0000	15680,0000	0,0003476	0,0003477
Rúpia (Paquistão)	278,7400	279,0800	0,01953	0,01955
Shekel (Israel)	3,7159	3,7209	1,4646	1,4667
Won (Coréia do Sul)	1355,4300	1356,8200	0,004017	0,004021
Yuan Renminbi (China)	7,1382	7,1392	0,7633	0,7635
Zloty (Polônia)	3,8893	3,8906	1,4007	1,4013

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2443,85	0,01273	428,0911	428,1383

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	14/08/24	13/08/24	No dia	No mês	Variações % No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.008,39	39.765,64	0,61	-2,04	6,15	13,31	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.022,68	19.006,43	0,09	-1,75	13,06	25,10	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.192,60	17.187,61	0,03	-2,31	14,53	24,69	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.455,21	5.434,43	0,38	-1,21	14,37	21,50	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.760,01	22.618,18	0,63	-1,52	8,60	12,17	18.737,39	23.110,81
México	Cidade do México	IPC	53.718,95	53.674,20	0,08	1,10	-6,39	0,82	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.350,68	1.343,87	0,51	0,37	13,01	17,91	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	87.055,25	90.589,44	-3,90	-3,48	50,53	142,52	35.796,91	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.405,12	6.369,74	0,56	-0,55	3,35	3,04	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.539,97	28.459,29	0,28	-3,38	9,94	22,88	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.607.310,06	1.591.696,84	0,98	6,60	72,88	223,98	496.114,56	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.447,87	1.440,04	0,54	-2,78	3,75	6,05	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.885,60	17.812,05	0,41	-3,37	6,77	12,46	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.333,36	7.275,87	0,79	-2,63	-2,78	-0,21	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	32.328,03	32.006,45	1,00	-4,25	6,51	13,69	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.034,23	4.049,50	-0,38	-2,32	8,80	9,42	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.716,53	2.722,45	-0,22	-1,27	18,96	27,24	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.753,00	10.723,80	0,27	-2,82	6,44	14,03	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.423,05	1.403,17	1,42	-3,73	10,05	11,27	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	890,24	888,91	0,15	-3,30	13,14	16,19	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	71.644,35	71.832,47	-0,26	-3,25	18,19	28,10	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	82.349,67	81.982,09	0,45	-2,37	4,96	17,40	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.611,83	6.588,96	0,35	-1,44	3,37	9,52	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.004,90	980,70	2,47	-6,66	-7,25	-0,45	980,70	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.494,19	2.472,96	0,86	-4,41	4,00	13,20	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.071,83	11.928,14	1,20	-1,99	8,39	8,66	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.830,94	9.920,61	-0,90	-7,59	31,60	27,06	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.007,89	Feriado	1,78	0,49	7,04	7,18	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.402,31	80.956,25	0,55	-1,65	5,86	6,88	69.451,97	82.765,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	36.442,43	36.232,51	0,58	-6,80	8,90	13,67	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.070,20	8.042,20	0,35	-3,01	3,07	7,70	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.540,92	1.554,35	-0,86	-4,34	-16,16	-22,94	1.433,10	1.999,65
China	Xangai	SSE Composite	2.850,65	2.867,95	-0,60	-3,00	-4,18	-10,31	2.702,19	3.178,43
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.644,50	2.621,50	0,88	-4,55	-0,41	2,86	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.113,36	17.174,06	-0,35	-1,33	0,39	-8,84	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.105,88	78.956,03	0,19	-3,22	9,50	20,95	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.436,04	7.356,64	1,08	2,48	2,24	7,61	6.642,42	7.436,04
Tailândia	Bangcoc	SET	1.292,69	1.297,79	-0,39	-2,13	-8,70	-15,79	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.027,25	21.796,57	1,06	-0,78	22,85	34,36	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

INÊS 249

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

SANTOS BRASIL

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04 - NIRE 35.300.35.005-7

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Agosto de 2024

Data, Hora e Local: realizada em 14/08/2024, às 10h00, sob a forma exclusivamente digital e a distância, por meio da Plataforma *ALFM Easy Voting* (“**Plataforma Digital**”), nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, § 2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), considerada como realizada na sede social da Santos Brasil Participações S.A. (“**Assembleia**” e “**Companhia**”, respectivamente), nos termos do artigo 5º, § 3º da Resolução CVM 81. **Convocação:** conforme previsto no artigo 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), o edital de convocação foi publicado no jornal “Valor Econômico”, na versão digital e na versão impressa, nas páginas C7, A13 e C5, ambos nas edições dos dias 12, 13/14/15, e 16/07/2024, respectivamente. **Presença:** presentes acionistas representando 70,76% das ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme (i) acionistas presentes por meio do sistema eletrônico; e (ii) mapa consolidado de voto a distância disponibilizado pela Companhia em 13/08/2024, preparado com base nos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio de Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), pelo Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de escriturador das ações da Companhia e pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81 (“**Mapa Consolidado**”), ficando desta forma constatado o atendimento ao quórum legal para a instalação desta Assembleia. Presente ainda o Sr. Flávio Fragoso e Patricia Jardim, representantes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. **Mesa:** Sr. Gabriel Jacques de Moura, indicado como presidente desta Assembleia pelos acionistas aqui presentes, na forma do artigo 25 do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”), **Presidente da Mesa**; e o Sr. Maurício Carvalho Reis, **Secretário da Mesa**. **Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** foi dispensada (a) a leitura do Mapa Consolidado; e (b) a leitura do edital de convocação desta Assembleia e da proposta da administração da presente Assembleia, os quais são do conhecimento dos acionistas e, ainda (i) ficaram à disposição para consulta dos acionistas na sede da Companhia, consoante ao § 4º do artigo 48 da Resolução CVM 81; e (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do *website* da Companhia (http://ri.santosbrasil.com.br), no website da CVM (http://www.cvm.gov.br) e no website da B3 (http://www.b3.com.br). Adicionalmente, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 1º e § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) redução do capital social da Companhia no valor total de R$ 1.600.000.000,00, por considerá-lo excessivo, sem cancelamento de ações, mediante restituição em dinheiro aos acionistas, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações (“**Redução de Capital**”); (ii) caso o item (i) acima seja aprovado, alteração e consolidação do artigo 5º do Estatuto Social para refletir a Redução de Capital; e (iii) autorização aos administradores da Companhia para praticarem todos os atos necessários para efetivação da Redução de Capital. **Deliberações:** após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes: (i) aprovaram, por unanimidade de votos, sem ressalvas ou restrições, a Redução de Capital. Em razão da Redução de Capital ora aprovada, o capital social da Companhia será reduzido em R$ 1.600.000.000,00, de forma que, o capital social da Companhia passará de R$ 1.879.484.344,39 para R$ 279.484.344,39, mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia proporcionalmente a suas participações acionárias, e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações. Em decorrência da Redução de Capital, os acionistas da Companhia aprovaram que a restituição do capital será realizada mediante a restituição aos acionistas, em moeda corrente nacional, de um montante total de R$ 1.600.000.000,00, corresponde, nesta data, a R$ 1,851585571 por ação de emissão da Companhia, considerando um total de 864.124.254 ações ordinárias de emissão da Companhia já excluídas 46.115 ações ordinárias de emissão da Companhia que estão, nesta data, mantidas em tesouraria. Ainda, a Companhia registra que a eficácia da deliberação de Redução de Capital (e consequente restituição de capital) ficam condicionadas ao cumprimento das seguintes condições: (a) publicação da presente ata antes do seu respectivo registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, em face do disposto no artigo 174 da Lei da Sociedade por Ações; e (b) decurso do prazo de 60 dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada pelos credores quirografários oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, em face do disposto no 174 da Lei da Sociedade por Ações. A restituição será paga à vista, após o encerramento do prazo para oposição de credores previsto na Lei das Sociedades por Ações, observados os procedimentos de liquidação estabelecidos pela B3 e pela instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme o caso. Informações adicionais sobre a Redução de Capital, tais como (i) a data de corte para determinação dos acionistas que farão jus à Redução de Capital; (ii) os prazos para pagamento dos recursos aos acionistas; (iii) a data em que as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-direito à Redução de Capital; e (iv) o tratamento tributário aplicável para os acionistas não residentes no Brasil serão oportunamente informados pela Companhia mediante a divulgação de Fato Relevante. Por fim, os acionistas da Companhia consignaram que a Redução de Capital ora aprovada (i) foi precedida da devida aprovação prévia pelos debenturistas detentores das debêntures emitidas no âmbito da 2ª série da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 5/08/2024, nos termos do artigo 174, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) foi objeto de opinião favorável emitida pelo Conselho Fiscal da Companhia em reunião realizada em 9/07/2024, nos termos do artigo 173, § 1º da Lei da Sociedade por Ações. (ii) em razão da aprovação do item (i) acima, aprovaram, por unanimidade de votos, sem ressalvas ou restrições, a alteração e consolidação do artigo 5º do Estatuto Social para refletir a Redução de Capital, que passa a vigorar com a seguinte redação, conforme **Anexo I** à presente: *“**Artigo 5º** - O capital social é de R$ 279.484.344,39 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 864.170.369 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”. (iii)* aprovaram, por unanimidade de votos, sem ressalvas ou restrições, a autorização aos administradores da Companhia para praticarem todos os atos necessários para efetivação da Redução de Capital. **Mapa Final de Votação:** A Companhia informa que, em cumprimento ao artigo 33, § 4º, da Resolução da CVM nº 80, de 29/03/2022, conforme alterada, os números e percentuais de votos favoráveis, contrários e as abstenções para cada uma das matérias objeto da ordem do dia acima deliberadas constam do mapa final de votação sintético anexo à presente ata como **Anexo II**. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que, após lida e conferida, foi assinada por todos os presentes, nos termos do artigo 28, § 5º, e do artigo 47, § 1º, ambos da Resolução CVM 81. **Mesa presente via participação digital, nos termos do artigo 28, parágrafo 5º da Resolução CVM 81:** Gabriel Jacques de Moura - Presidente; Maurício Carvalho Reis - Secretário. **Acionistas presentes via participação digital, nos termos da Resolução CVM 81; Acionistas presentes via envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81.** *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 14/08/2024. **Maurício Carvalho Reis** - Secretário. A Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Agosto de 2024 completa encontra-se no link https://valor.globo.com/valor-ri/central-de-resultados/

BANCO VOLKSWAGEN S.A. - C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49 - N.I.R.E. nº 35.300.060.091

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024

A Assembleia Geral Extraordinária do BANCO VOLKSWAGEN S.A., instalada com a presença da acionista que detém a totalidade das ações, independentemente de convocação, conforme faculta o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, presidida pelo Dr. Luis Fabiano Alves Penteado e secretariada pelo Dr. Luciano Soldera, realizou-se, às 09:00 horas do dia 20 de junho de 2024, na Rua Volkswagen, 291, na Cidade e Estado de São Paulo. Na conformidade da Ordem do Dia, por unanimidade de votos, os acionistas presentes deliberaram aprovar: (i) o aumento do capital social da Sociedade, no montante de R$ 538.981.500,00 (quinhentos e trinta e oito milhões, novecentos e oitenta e um mil e quinhentos Reais), a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, pela acionista VOLKSWAGEN PARTICIPAÇÕES LTDA., sem a emissão de novas ações, passando a ser de R$ 3.115.613.519,79 (três bilhões, cento e quinze milhões, seiscentos e treze mil, quinhentos e dezenove Reais e setenta e nove centavos) dividido em 312.956.418 (trezentos e doze milhões, novecentas e cinquenta e seis mil, quatrocentas e dezoito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com a consequente alteração do Artigo 5º - Capital Social, Número e Espécie de ações do Estatuto Social da Sociedade; e, (ii) a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, conforme consta no ANEXO I da presente, que segue devidamente rubricado pelos componentes da Mesa e arquivado na sede social. Os termos desta ata foram aprovados pelo acionista presente que a subscreve. São Paulo, 20 de junho de 2024. Luis Fabiano Alves Penteado - Presidente da Mesa, Luciano Soldera - Secretário da Mesa - O.A.B./SP nº 230.097. **ACIONISTA:** VOLKSWAGEN PARTICIPAÇÕES LTDA. p.p. Luis Fabiano Alves Penteado e Luciano Soldera. JUCESP nº 296.525/24-8 em 01.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANEXO I - **“BANCO VOLKSWAGEN S.A. - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO - CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º - Denominação:** A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima, deverá, sob a denominação BANCO VOLKSWAGEN S.A., operar de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste estatuto e com os dispositivos legais aplicáveis. **Artigo 2º - Endereço da Sede Social:** A Sociedade tem a sua sede social e foro em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Volkswagen, 291, Jabaquara. **§ 1º:** A Sociedade poderá, mediante decisão unânime da Assembleia Geral, abrir ou fechar agências, no Brasil, alocando, para os efeitos legais, o capital necessário. **§ 2º:** A Sociedade poderá, mediante decisão da Diretoria, abrir ou fechar escritórios de representação ou estabelecimentos similares no Brasil. **Artigo 3º - Prazo de Duração:** A Sociedade terá duração por prazo indeterminado. **Artigo 4º - Objeto Social:** A Sociedade tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas de (a) investimentos, de (b) crédito, financiamento e investimento e de (c) arrendamento mercantil, de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor. **CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5º - Capital Social, Número e Espécie de ações:** O Capital Social é de R$ 3.115.613.519,79 (três bilhões, cento e quinze milhões, seiscentos e treze mil, quinhentos e dezenove Reais e setenta e nove centavos) dividido em 312.956.418 (trezentos e doze milhões, novecentas e cinquenta e seis mil, quatrocentas e dezoito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§1º**: A sociedade poderá emitir títulos individuais ou múltiplos de ações. **§2º:** As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e a cada uma corresponderá um voto nas assembleias. **CAPÍTULO III – EXERCÍCIO SOCIAL, RESULTADOS FINANCEIROS E DIVIDENDOS: Artigo 6º - Exercício social:** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 7º - Resultados Financeiros e Dividendos:** Em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, serão levantados balanços gerais, e respectivas demonstrações financeiras, com observância das determinações legais aplicáveis. Após terem sido feitas as necessárias amortizações, depreciações e provisões, incluindo provisões para o pagamento do imposto de renda e para devedores duvidosos, a Assembleia Geral Ordinária decidirá sobre a destinação do lucro líquido. **DESTINAÇÃO DE LUCRO LÍQUIDO: §1º:** Do lucro líquido apurado, após terem sido feitos, mediante deliberação da Assembleia Geral Ordinária os ajustes previstos no artigo 202 da Lei 6.404, de 15.12.76, e salvo deliberação da mesma assembleia nos termos dos Parágrafos 3º, 4º e 5º desse artigo, 25% (vinte e cinco por cento) destinar-se-ão à distribuição do dividendo obrigatório. **BALANÇOS INTERMEDIÁRIOS: §2º:** Além dos balanços gerais, a Sociedade levantará, ainda, balanços trimestrais e respectivas demonstrações financeiras, podendo, por decisão da assembleia, efetuar a distribuição de lucros com base nesses balanços. **CAPITULO IV – ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 8º - Assembleia Geral Ordinária:** Realizar-se-á, anualmente, dentro dos primeiros (4) quatro meses seguintes ao término do exercício social, uma Assembleia Geral Ordinária para: I – tomar as contas dos diretores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II – deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; III – eleger os membros da Diretoria e, quando for o caso, os do Conselho Fiscal; **Artigo 9º - Assembleia Geral Extraordinária:** Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral Extraordinária sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem. **Artigo 10 – Convocação:** Tanto a Assembleia Ordinária, como a Extraordinária, serão convocadas pela Diretoria. **§1º:** A convocação será dispensada se comparecerem à assembleia acionistas representando 100% (cem por cento) do capital com direito a voto. **§2º:** A assembleia será realizada em primeira convocação com o comparecimento de acionistas representando no mínimo mais da metade do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **Artigo 11 – Quórum de deliberação:** A assembleia tem o poder de decidir sobre todos os assuntos de interesse da Sociedade. Todas as deliberações, quer da Assembleia Geral Ordinária como da Assembleia Geral Extraordinária, serão tomadas pelos acionistas que representem mais de 50% do capital social, exceto aquelas referentes aos assuntos abaixo relacionados, para os quais se requer a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital social: (a) qualquer alteração do Estatuto Social; (b) eleição, destituição e remuneração dos membros da Diretoria; (c) aprovação dos balanços e demonstrações financeiras; (d) distribuição dos lucros; (e) indicação e mudança dos auditores externos. **Parágrafo Único:** As assembleias serão dirigidas por um Presidente e assistidas por um Secretário, indicados pelos acionistas presentes. **CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE: Artigo 12 – Diretoria:** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, sendo, um deles, designado “Diretor-Presidente”, e os demais, “Diretor” sem designação específica. **§1º:** O mandato dos Diretores será de dois anos, permitida a reeleição e cada Diretor deverá permanecer em seu cargo até que seja substituído por deliberação de outra assembleia ou apresente renúncia. Os Diretores são dispensados de prestar caução. **§2º:** Os Diretores distribuirão entre si as atribuições e funções administrativas, de acordo com os cargos por eles ocupados, incumbindo a cada um: o cumprimento do Estatuto Social bem como as decisões das Assembleias e das reuniões de Diretoria; a prática de qualquer ato de interesse da administração da Sociedade e a representação desta perante qualquer órgão federal, municipal e estadual, ou entidades independentes. **§3º:** Todo e qualquer documento do qual resulte em responsabilidade para a Sociedade, tais como: cheques, contratos ou documentos similares, serão assinados: por dois Diretores; por um Diretor e um procurador; ou por dois procuradores, constituídos de acordo com este Estatuto. **§4º:** Os seguintes atos de rotina serão válidos apenas com uma assinatura, seja de um Diretor como de um procurador, devidamente constituído com poderes expressos para tanto: emissão de duplicatas e o seu endosso para cobrança bancária, caução ou desconto, bem como o endosso de cheques para depósitos em contas bancárias da Sociedade; os atos de rotina perante entidades públicas ou repartições, bem como atos de rotina perante os particulares, tais como: contratos com clientes, consumidores, estabelecimento e liberação de garantias, recibos, ordens de crédito para pagamento de contrato e emissão de títulos de cobrança. **§5º:** As procurações outorgadas para a representação da Sociedade serão assinadas conjuntamente por dois Diretores e especificarão os poderes outorgados, podendo, no caso de procuração “ad judicia”, incluir os poderes para receber citação e prestar depoimento pessoal. Com exceção das procurações outorgando poderes “ad judicia”, que poderão ser por prazo indeterminado, as procurações terão o prazo máximo de duração de dois anos. **§6º:** Em casos de vacância de cargo, os Diretores deverão ser substituídos, sendo o substituto eleito em Assembleia Geral. **Artigo 13 – Reuniões de Diretoria:** Todos os assuntos de fundamental ou grande importância para a Sociedade serão decididos conjuntamente pelos Diretores, os quais deverão reunir-se sempre que os interesses da Sociedade determinarem. **§1º:** As reuniões de Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente ou por quem o substitua em caso de sua ausência, e serão instaladas com o comparecimento de no mínimo dois diretores, ou seus substitutos. **§2º:** O Diretor ausente poderá ser representado, em qualquer reunião, por outro Diretor. **§3º:** Cada Diretor terá direito a um voto e as decisões serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes. O Diretor Presidente terá direito ao voto de desempate. **§4º:** A Sociedade manterá um livro de atas das reuniões de Diretoria no qual as atas das reuniões serão lavradas, dispensando-se o seu arquivamento na Junta Comercial ou qualquer outro órgão público, a menos que o contrário seja exigido. As reuniões serão dirigidas pelo Diretor Presidente, ou seu substituto e assinadas por um Secretário, que será indicado pelo Diretor Presidente, ou seu substituto. O secretário poderá ser ou não membro da Diretoria. **Artigo 14 – Remuneração da Diretoria:** Os Diretores receberão remuneração mensal, podendo ser-lhes atribuída, também, remuneração adicional por desempenho, não condicionada à apuração de lucro no exercício. **CAPÍTULO VI – CONSELHO FISCAL: Artigo 15 – Composição e Instalação:** O Conselho Fiscal funcionará somente quando instalado pela assembleia, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto e será composto de 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, que poderão ser reeleitos. **§1º:** No ato de eleição, a assembleia designará um dos membros efetivos para exercer a função de Presidente. **§2º:** O Conselho Fiscal será convocado pelo Presidente e instalar-se-á com a presença de dois membros, no mínimo. **§3º:** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate. **§4º:** Das reuniões do Conselho Fiscal lavrar-se-á ata, extraindo-se cópia fiel, assinada pelo Presidente. **CAPÍTULO VII – OUVIDORIA: Artigo 16 – Ouvidoria:** A Sociedade terá um componente organizacional de Ouvidoria que deverá assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **Parágrafo único:** A Sociedade estará comprometida a: a) criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **Artigo 17 – Composição da Ouvidoria:** A Ouvidoria será composta por 01 (um) Ouvidor, que terá mandato pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, permitida a reeleição. A designação, bem como a destituição do Ouvidor deverá ser feita pela Diretoria da Sociedade. **§1º:** A Diretoria deverá levar em consideração, no mínimo, na designação do Ouvidor: sua formação acadêmica em nível Superior; experiência profissional anterior como Ouvidor; bom relacionamento com o Regulador e demais órgãos de defesa do consumidor; certificação em ouvidoria financeira; conhecimento de normas relacionadas ao consumidor e normativos relacionados às atividades de ouvidoria. **§2º:** A Diretoria poderá destituir o Ouvidor a qualquer momento, caso identifique descumprimento a normas, regulamentos e/ou atribuições e atividades às quais esteja sujeito. **Artigo 18 – Atribuições e atividades da Ouvidoria:** O componente organizacional de Ouvidoria tem como atribuições e atividades: I – prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não forem solucionadas pelo atendimento primário da Sociedade; II – atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; III – informar à Diretoria da Sociedade a respeito das atividades de ouvidoria; IV – atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços da Sociedade; V - prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento de suas demandas informando o prazo previsto para resposta; VI - encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; VII - manter a Diretoria da Sociedade informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos Diretores da Sociedade para solucioná-los; e, VIII - elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria, quando existente, e à Diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **CAPÍTULO VIII – COMITÊ DE AUDITORIA: Artigo 19 – Comitê de Auditoria:** A Sociedade terá um Comitê de Auditoria composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) membros que atendam ao disposto na Resolução CMN 4.910/2021 e posteriores alterações, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo, um deles, designado “Presidente”, um “Membro Qualificado” e os demais sem designação específica. Pelo menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá possuir conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifiquem para a função de Membro Qualificado. **§1º:** O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de até cinco anos, permitida a reeleição de até um terço dos membros que terá permanência ininterrupta no Comitê de Auditoria não superior a dez anos, e cada membro deverá permanecer em seu cargo até que seja substituído por deliberação de outra assembleia ou apresente renúncia. Os membros poderão ser destituídos, a qualquer momento, pela Sociedade, caso identificada qualquer conduta que comprometa a sua reputação, bem como a qualidade dos trabalhos do Comitê de Auditoria. **§2º:** A Sociedade adotará critérios objetivos para a escolha dos membros do Comitê de Auditoria, tais como: experiência em órgãos de governança e controle de instituições financeiras ou similares, reputação ilibada, conhecimentos em práticas contábeis e/ou fiscais e auditoria. **§3º:** O Comitê de Auditoria deverá se reportar diretamente à Diretoria da Sociedade. **Artigo 20 – Atribuições do Comitê de Auditoria:** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: I - Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas da Sociedade; II - Recomendar, à Diretoria, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como sua remuneração, e a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; III - Revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e do auditor independente; IV - Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Sociedade, além de normas internas; V - Avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; VI - Estabelecer e divulgar procedimento para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Sociedade, além de procedimentos e outras normas internas, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; VII - Recomendar, à Diretoria, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas atribuições; VIII - Reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a diretoria da instituição, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações e indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX - Reunir-se com o conselho fiscal e o conselho de administração para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; X - Monitorar e avaliar a independência do auditor independente; e XI - Outras atribuições que venham a ser determinadas pelo Banco Central do Brasil. **Parágrafo Único:** O Comitê de Auditoria poderá, no âmbito de suas atribuições, utilizar-se de trabalhos de especialistas, porém, não se eximirá de responsabilidade ainda que tenha utilizado tais trabalhos. **Artigo 21 – Reuniões do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria deverá reunir-se, no mínimo, trimestralmente com a Diretoria da Sociedade, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros. **Parágrafo Único:** O Comitê de Auditoria deverá reunir-se com o Conselho Fiscal e com a Diretoria, quando solicitado pelos referidos órgãos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências. **Artigo 22 – Relatório do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) Atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período; b) Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, da Sociedade, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554, de 24 de setembro de 1998, e com evidenciação das deficiências detectadas; c) Descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, com evidenciação daquelas não acatadas e respectivas justificativas; d) Avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de normas internas, com evidenciação das deficiências detectadas; e, e) Avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, com evidenciação das deficiências detectadas. **§1º:** O Comitê de Auditoria manterá o Relatório do Comitê de Auditoria à disposição do Banco Central do Brasil e da Diretoria da Sociedade, pelo prazo mínimo de cinco anos de sua elaboração. **§2º:** O Comitê de Auditoria deverá publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento. **Artigo 23 - Remuneração do Comitê de Auditoria:** A remuneração dos membros de Comitê de Auditoria deverão ser fixadas pela Diretoria da Sociedade e aprovada pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO IX – COMITÊ DE REMUNERAÇÃO: Artigo 24 – Comitê de Remuneração:** A Sociedade terá um Comitê de Remuneração composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 07 (sete) membros eleitos pela Assembleia Geral. O Comitê de Remuneração deverá ter, em sua composição pelo menos um membro não administrador. **§1º:** O mandato dos membros do Comitê de Remuneração será de dois anos, permitida a reeleição e cada membro deverá permanecer em seu cargo até que seja substituído por deliberação de outra assembleia ou apresente renúncia. **§2º:** O Comitê de Remuneração deverá se reportar diretamente à Diretoria da Sociedade. **Artigo 25 – Atribuições do Comitê de Remuneração:** Constituem atribuições do Comitê de Remuneração: I - elaborar a política de remuneração de administradores da instituição, propondo à Diretoria as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; II - supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; III - revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento; IV - propor à Diretoria o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976; V - avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; VI - analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; VII - zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e VIII - outras atribuições que venham a ser determinadas pelo Banco Central do Brasil. **Artigo 26 – Reuniões do Comitê de Remuneração:** O Comitê de Remuneração deverá reunir-se, no mínimo, uma vez ao ano com a Diretoria da Sociedade, para definição da política de remuneração a ser adotada para o ano seguinte formalizando, em ata, o conteúdo de tal encontro. **Parágrafo Único:** O Comitê de Remuneração deverá reunir-se com o Conselho Fiscal e com a Diretoria, quando solicitado pelos referidos órgãos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências. **Artigo 27 – Relatório do Comitê de Remuneração:** O comitê de remuneração deve elaborar, com periodicidade anual, no prazo de noventa dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado “Relatório do Comitê de Remuneração”, contendo, no mínimo, as seguintes informações: I - descrição da composição e das atribuições do comitê de remuneração; II - atividades exercidas no âmbito de suas atribuições no período; III - descrição do processo de decisão adotado para estabelecer a política de remuneração; IV - principais características da política de remuneração, abrangendo os critérios usados para a mensuração do desempenho e o ajustamento ao risco, a relação entre remuneração e desempenho, a política de diferimento da remuneração e os parâmetros usados para determinar o percentual de remuneração em espécie e o de outras formas de remuneração; V - descrição das modificações na política de remuneração realizadas no período e suas implicações sobre o perfil de risco da instituição e sobre o comportamento dos administradores quanto à assunção de riscos; e VI - informações quantitativas consolidadas sobre a estrutura de remuneração dos administradores, indicando: a) o montante de remuneração do ano, separado em remuneração fixa e variável e o número de beneficiários; b) o montante de benefícios concedidos e o número de beneficiários; c) o montante e a forma de remuneração variável, separada em remuneração em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros; d) o montante de remuneração que foi diferida para pagamento no ano, separada em remuneração paga e remuneração reduzida em função de ajustes do desempenho da instituição; e) o montante de pagamentos referentes ao recrutamento de novos administradores e o número de beneficiários; f) o montante de pagamentos referentes a desligamentos realizados durante o ano, o número de beneficiários e o maior pagamento efetuado a uma só pessoa; e g) os percentuais de remuneração fixa, variável e de benefícios concedidos, calculados em relação ao lucro do período e ao patrimônio líquido. **§1º:** O Comitê de Remuneração manterá o Relatório do Comitê de Remuneração à disposição do Banco Central do Brasil e da Diretoria da Sociedade, pelo prazo mínimo de cinco anos de sua elaboração. **Artigo 28 - Remuneração do Comitê de Remuneração :** A remuneração dos membros de Comitê de Remuneração deverão ser fixadas pela Diretoria da Sociedade e aprovada pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO X – AUDITORES EXTERNOS: Artigo 29 – Auditores Externos:** A Sociedade terá os seus livros e contabilidade auditados e o balanço anual e as demonstrações financeiras certificados por auditores externos indicados pelos acionistas. **CAPÍTULO XI – LIQUIDAÇÃO: Artigo 30 – Liquidação:** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei por decisão unânime dos acionistas. Incumbirá à assembleia determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e, se os acionistas assim o decidirem, o Conselho Fiscal, que deva funcionar durante o período de liquidação.”

Investimentos Levantamento mostra que classe responde hoje por 24,25% da indústria

Multimercados têm a menor fatia entre fundos desde 2019

Liane Thedim
Do Rio

A combinação de juros altos e desempenhos decepcionantes levou os multimercados em 2024 à menor fatia da indústria de fundos desde 2019. Levantamento da Comdinheiro a pedido do **Valor** mostra que essa classe de investimentos tem hoje 24,25% do patrimônio total dos fundos líquidos do país. O número consolida a trajetória de queda iniciada em 2022, depois de seis anos seguidos de alta e do pico de 30,72% em 2021.

Os fundos de ações também vêm encolhendo, depois de atingirem o ponto máximo de 12,06% em 2021, e hoje respondem por quase a metade disso (6,87% do patrimônio). No caminho contrário, os fundos de renda fixa crescem desde 2022, quando atingiram 62,70% depois de seis anos em queda, e atualmente têm a farta fatia de 68,79%, a maior desde 2019.

"Os juros altos fizeram a atenção voltar à renda fixa e, principalmente, ao crédito privado. É um cenário em que vários gestores tradicionalmente focados em multimercados estão se voltando ao segmento para beber nessa fonte", diz Filipe Ferreira, diretor da Comdinheiro, empresa de informações financeiras do grupo Nelogica.

O levantamento não considerou fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e de investimento em participações (FIPs). Segundo o executivo, o ritmo de busca por produtos mais complexos demonstrava amadurecimento do mercado. Além dos juros altos no Brasil, o cenário internacional, com taxas elevadas nos países ricos, elevou o conservadorismo.

"Dificilmente o patrimônio volta ao que era alguns anos atrás", diz Christopher Galvão, analista de fundos da Nord Research. "Ainda vejo oportunidade de crescimento mais para a frente, mas não expressivo."

De acordo com ele, a política monetária nos Estados Unidos afetou toda a indústria, já que boa parte dos gestores estava com investimentos atrelados diretamente à tese de queda de juros no país — que só deve começar em setembro, conforme indicações mais recentes do Federal Reserve, o banco central do país. "Vimos a resiliência da economia americana, além de um mercado doméstico com juros altos, elevando o custo de oportunidade de estar em ativo de risco com rentabilidade decepcionante podendo estar na renda fixa."

Para se ter uma ideia, dos cerca de 70 multimercados macro acompanhados pelo Guia Valor de Fundos, só 22% ficaram acima do CDI num intervalo de dois anos e meio, encerrado em junho. Em 2022, a fatia era de 67%, caindo a 24% no ano passado e a 6% de janeiro para cá, segundo cálculos do economista Marcelo d'Agosto, coordenador do guia.

Para Galvão, à medida que a economia americana se normalize e os juros comecem a cair, há espaço para recuperar a rentabilidade, mesmo que parcialmente. "Mas não vai ser fácil porque temos outros desafios, como o fiscal no Brasil e também nos EUA", afirma.

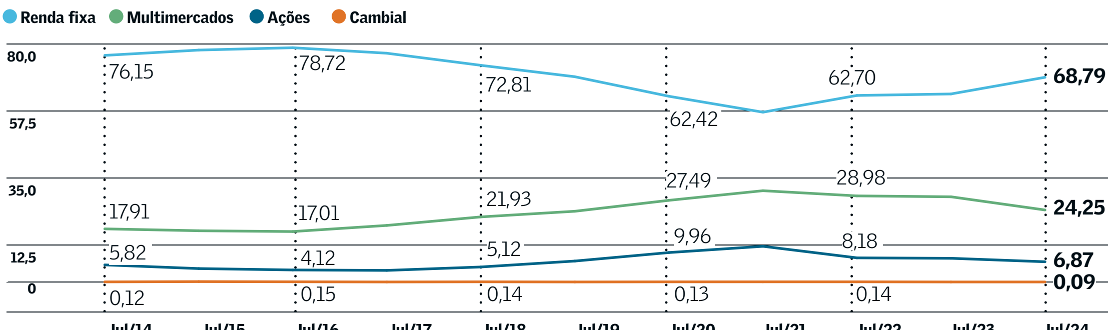
Ele diz que a análise da Nord leva em conta fatores quantitativos e qualitativos, como a capacidade de reter talentos, além da gestão. "Bons fundos têm espaço para surfar um mar mais tranquilo e podem apresentar melhor performance, mas é difícil dimensionar o crescimento da classe no futuro."

> "Dificilmente o patrimônio volta ao que era. Ainda vejo oportunidade de crescimento, mas não expressivo"
> *Christopher Galvão*


ANA PAULA PAIVA/VALOR

Filipe Ferreira, diretor da Comdinheiro: "Gestores tradicionalmente focados em multimercados estão se voltando ao crédito privado"

A evolução da participação de cada um
Levantamento mostra que peso de multimercados diminuiu - em %



Fonte: Comdinheiro. Obs: Estudo não não considerou fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e de investimento em participações (FIPs)

Heitor Martins, estrategista de investimentos do braço de gestão Nexgen Capital, assessoria ligada à rede XP, afirma que a empresa vem diminuindo peso de multimercados sobretudo de um ano para cá. "Era o nosso camisa 10 porque tem possibilidade de navegar em vários cenários, mas vimos que a leitura do cenário vem sendo cada vez mais difícil."

A tributação dos fundos fechados exclusivos ou restritos afetou ainda mais a classe, afirma, já que a maioria deles estava sob a "casca" de multimercados. A decisão foi alocar em ativos atrelados à inflação, não necessariamente fundos, no Brasil e, no exterior, para fundos de hedge e títulos de dívida.

Embora em tese sejam os correspondentes aos multimercados, os fundos de hedge não têm apresentado os baixos desempenhos vistos aqui por serem mais focados em ações, enquanto os brasileiros têm olhar maior para os juros no país, além de Estados Unidos, México e Europa. E a resiliência da economia americana torna os cenários difíceis de prever. "Quando a taxa americana chega a 5,5% ao ano, alta para os padrões de lá, o mundo espera que seja o teto e espera o corte, que não veio."

Na comparação com a Selic, que chegou a 13,75% ao ano em 2022 e hoje está em 10,5%, a relação entre risco e retorno dos multimercados perdeu o sentido, diz Martins. Enquanto em geral um fundo de renda fixa tem volatilidade de até 0,5%, um multimercado pode passar de 6%, dependendo do perfil. Ao mesmo tempo, o mercado de crédito teve forte expansão. Relatório do BTG Pactual mostra que o volume emitido de títulos incentivados (debêntures incentivadas, certificados de recebíveis imobiliários, os CRIs, e do agronegócio, os CRAs) atingiu R$ 114 bilhões no primeiro semestre, enquanto em todo o ano passado o total emitido foi de R$ 158 bilhões.

As emissões de debêntures tradicionais atingiram R$ 142 bilhões de janeiro a junho deste ano, ante R$ 169 bilhões em 2023 inteiro. Ainda conforme o relatório, o mercado secundário de debêntures registrou negociação média diária recorde de R$ 2,95 bilhões em junho, enquanto nos 12 meses anteriores o número foi de R$ 2,13 bilhões. A alocação dos segmentos de private banking e varejo em renda fixa e crédito corporativo (o que inclui debêntures incentivadas ou comuns, CRIs e CRAs) também atingiu recorde histórico em maio, alcançando 42% % do total (R$ 2,390 trilhões) e 5,36% (R$ 305 bilhões), respectivamente.

"Ainda vemos muitas empresas do agronegócio, por exemplo, com bons ratings e pagando prêmios de risco atrativos. E em infraestrutura o país precisa de muitos investimentos. Há uma pista larga para crescer", avalia o estrategista da Nexgen, que tem R$ 4 bilhões sob assessoria. Ele afirma que, como o dinheiro dos multimercados foi para a renda fixa, não vê condições para que a classe volte a crescer no curto prazo. "Primeiro precisa definir o cenário econômico dos Estados Unidos e a política fiscal brasileira." Nas carteiras sugeridas pela asset, os multimercados chegavam a 35% há dois anos e hoje o máximo é 15%, nos perfis mais agressivos.

No primeiro semestre deste ano, os multimercados tiveram saídas líquidas de R$ 81 bilhões, ante retiradas de R$ 52,4 bilhões no mesmo período de 2023, conforme dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Em 2023, a classe ficou no vermelho em R$ 180,7 bilhões e, em 2022, R$ 86,3 bilhões. Em 2020, quando os juros chegaram a 2% por causa da pandemia, os multimercados tiveram a maior captação líquida da indústria, de R$ 103,8 bilhões.

Os fundos de ações também tiveram captação líquida negativa (R$ 111 milhões) de janeiro a junho de 2024. Já os fundos de crédito privado tiveram captação líquida entre janeiro e maio de R$ 163 bilhões e os de infraestrutura, de R$ 53,2 bilhões.

Victor Furtado, responsável pela alocação na W1 Capital (também da rede XP), que tem R$ 1,2 bilhão sob assessoria, ressalta que 3,9 mil multimercados fecharam de 2020 a 2024, de um total de 14 mil. Ele explica que a casa não reduziu a alocação na classe nos últimos 12 meses, mas mudou o perfil dos escolhidos. "Fomos na linha dos que têm uma estratégia mais voltada à proteção. Os que têm ouro e dólar, por exemplo, estão bem, enquanto os de renda variável sofrem."

Em 2020, comenta, os multimercados chegaram a ter peso entre 30% e 40% na carteira, mas parte migrou para a renda fixa e hoje a fatia fica entre 15% e 25%, dependendo do perfil e sempre com estratégias de proteção. "A renda fixa é concorrente mas no Brasil nunca vamos ter um momento em que não vai estar competindo. O mercado tem que ter mais clareza do cenário para começar a andar."

Investimentos no agro e os ativos reais

Palavra do gestor



Agnaldo Andrade e Leonardo Camozzato

Em um cenário marcado pela volatilidade e incertezas nos mercados financeiros, os investidores têm buscado alternativas para diversificar suas carteiras e garantir retornos sólidos a longo prazo. Um dos segmentos que tem despontado nesse contexto é o agronegócio brasileiro, impulsionado pelo notável crescimento dos fundos de investimento em cadeias agroindustriais (Fiagros).

Desde o lançamento dos primeiros Fiagros em 2022, esses fundos viram um aumento extraordinário em sua base de investidores e patrimônio, crescendo mais de 880% em apenas dois anos. Esses números impressionantes não apenas refletem a crescente confiança dos investidores no setor, mas também apontam para uma lacuna significativa nos investimentos em ativos rurais com lastro real no mercado brasileiro.

O agronegócio, como motor do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e líder em tecnologia e capacidade produtiva, tem sido sub-representado no mercado de capitais, com menos de 5% das companhias abertas listadas na bolsa provenientes deste setor. Essa sub-representação é multifacetada, sendo influenciada pela competição com investimentos de renda fixa historicamente atrativos, o distanciamento do mercado de capitais do campo e os avanços regulatórios para alocadores institucionais.

Se as taxas de juros americanas em patamares mais elevados drenam a liquidez no mundo, no Brasil, nossa renda fixa historicamente é uma competidora feroz contra o processo de diversificação de portfólio.

Mas há também o copo meio cheio. As mudanças implementadas neste ano pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), limitando novas emissões de CRAs, CRIs, LCAs e LCIs para companhias expostas diretamente ao setor, devem aumentar o interesse dos investidores para outras classes de ativos expostas ao agro. E nesta lacuna, os ativos rurais reais significam uma opção importante.

Além disso, a crescente demanda por investimentos alinhados aos critérios ESG (ambientais, sociais e de governança) oferece uma oportunidade adicional para o crescimento desses ativos, à medida que a busca por impacto positivo e sustentabilidade se torna uma prioridade para os investidores globais. Segundo relatório da consultoria McKinsey, a demanda global para o segmento de crédito de carbono pode aumentar 15 vezes ou mais até 2030, e até 100 vezes até 2050.

Os ativos reais, que incluem desde fundos florestais até projetos de conservação e produção de alimentos, oferecem uma plataforma sólida para o crescimento dos investimentos, além de proporcionar uma proteção contra a inflação e uma conexão direta com recursos naturais essenciais, como terra e água. Essa combinação de fatores confere aos investidores uma segurança intrínseca em seus portfólios, além de potencializar o crescimento a longo prazo.

Apesar de integrarem o mesmo ecossistema do agro, o investidor também deve observar as particularidades de ativos como os Fiagros compostos exclusivamente por títulos de dívidas, de fundos focados em ativos reais. O prazo de retorno do primeiro caso está ligado exclusivamente ao fluxo de pagamento dos CRAs, podendo ser impactados pelo cenário macroeconômico, taxas de juros, execução, governança dos devedores e safra.

Obviamente, investir em ativos rurais reais não está isento de desafios. Questões sazonais, variações climáticas e regulamentações ambientais devem ser cuidadosamente consideradas durante a avaliação desses investimentos. Isso se reflete na seleção de gestores qualificados e no processo educacional aos investidores, pontos essenciais para garantir o sucesso dessa classe de ativos.

A experiência local com os fundos florestais vem cumprindo um propósito importante no portfólio de investidores, reduzindo a correlação com outras classes de ativos e resultando, muitas vezes, em uma demanda por alocação maior do que a capacidade de oferta. Fundos de pensão, family offices e outros institucionais, principais alocadores do segmento, tem se beneficiado da previsibilidade de retorno e indexação dos ativos à inflação, utilizado como referência nas metas atuariais.

À medida que o interesse por investimentos sustentáveis e alinhados aos princípios ESG continua a crescer, os ativos reais, especialmente os relacionados ao agronegócio, estão bem-posicionados para ocupar um lugar de destaque nos portfólios de investidores com uma política de investimentos de longo prazo. O desafio agora é preencher essa lacuna, não apenas com capital, mas também com conhecimento e expertise, para impulsionar o crescimento sustentável do setor e da economia como um todo.

Agnaldo Andrade é sócio executivo da HMC Capital no Brasil

Leonardo Camozzato é sócio executivo e CEO da HMC Capital no Brasil
E-mail hmccapital@hmccap.com

Fio da Meada
Inconstitucionalidade do ITCMD na reforma tributária
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Lei padroniza correção monetária e juros legais
E2

TRF-4
Autor de postagens antissemitas é condenado
valor.globo.com/legislacao



Legislação & Tributos SP

Empresas não conseguem reduzir base de contribuições ao INSS

Beatriz Olivon e Marcela Villar
De Brasília e São Paulo

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve valores de vale-refeição, vale-transporte e outros benefícios — custeados pelos empregados — na base de cálculo da contribuição previdenciária patronal e das contribuições destinadas a terceiros e ao seguro acidente do trabalho (SAT/RAT). A decisão foi unânime.

O julgamento envolvia duas teses distintas. A primeira trata da exclusão de descontos e co-participação de benefícios indiretos (vale-transporte, refeição e plano de saúde) da contribuição previdenciária. A segunda era sobre exclusão de valores relativos a Imposto de Renda (IRRF) e contribuição devida pelo empregado (Tema 1174).

Quanto aos descontos de benefícios indiretos, a advogada Cristiane Matsumoto afirmou, em sustentação oral, que a Lei nº 8.212, de 1991, traz regras expressas que excluem verbas referentes a vale-transporte, alimentação e plano de saúde do campo de incidência da contribuição previdenciária, por não integrarem o salário de contribuição.

A natureza jurídica desses benefícios é única, segundo a advogada. "É irrelevante aqui se o custo incorrido será da empresa, que já não é tributável, ou dos empregados, via descontos e co-participação", afirmou. "Não se pretende esvaziar a base de cálculo da contribuição previdenciária e tributar o salário líquido."

O advogado Fabio Lopes destacou, também em sustentação oral, que a Previdência Social tem o objetivo de manter o padrão de vida da pessoa e, ao incluir o vale-transporte na base de cálculo, há majoração do valor do benefício, contrariando objetivos constitucionais.

No voto, o relator, ministro Herman Benjamin, afirmou que já há jurisprudência sobre o tema e apenas leu a tese que acabou aprovada por unanimidade — e deverá ser seguida pelas instâncias inferiores.

A tese aprovada afirma que: "as parcelas relativas a vale-transporte, refeição, plano de saúde, IRRF dos empregados e a contribuição previdenciária dos empregados descontada na folha de pagamento do trabalhador constituem simples técnica de arrecadação ou de garantia para recebimento do credor e não modificam o conceito de salário ou salário contribuição e, portanto, não mudam a base de cálculo da contribuição previdenciária patronal, SAT e da contribuição de terceiros".

Segundo Renato Silveira, tributarista do Machado Associados, o relator levou em conta precedentes da 1ª e 2ª Turmas do STJ. "As turmas vinham decidindo no sentido de que não há previsão legal para deduzir valores descontados dos empregados das bases de cálculo das contribuições previdenciárias e de terceiros devidas pela empresa".

Segundo ele, o STJ tem a palavra final sobre o assunto, já que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Tema 1221 (sobre o IRRF), não reconheceu a repercussão geral.

Para o tributarista Halley Henares Neto, porém, o assunto teria natureza constitucional, como o terço de férias — julgado pelo STF. Tramita na Corte, diz, recurso sobre a possibilidade de excluir valores descontados do trabalhador, referentes a auxílio-alimentação e auxílio-transporte, do cálculo das contribuições previdenciárias (ARE 1370843).

Gustavo Mitne, do Balera Advogados, que atua em um dos casos no STJ, afirma que a Corte errou ao interpretar a norma e não diferenciou as teses. "Não houve debate e simplesmente o tribunal decidiu de forma unânime tributar sobre a base do empregado. A base da empresa já é desonerada", diz Mitne, adicionando que tomará as medidas cabíveis.

A advogada Cristiane Matsumoto afirmou, após a sessão, que pretende recorrer da decisão (embargos).

Tributário Decisão da 1ª Seção facilita pedidos de ressarcimento ou compensação de valores do imposto estadual pagos a maior

Varejo vence no STJ disputa sobre restituição de ICMS

Beatriz Olivon
De Brasília

Os varejistas ganharam, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma importante discussão tributária, com impacto bilionário. A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que não seria aplicável um dispositivo do Código Tributário Nacional (CTN) e facilitou pedidos de restituição ou compensação de valores de ICMS pagos a maior no regime de substituição tributária para frente, quando a base de cálculo da operação for inferior à presumida.

Nesse regime, um contribuinte faz o recolhimento do ICMS dos demais, em uma cadeia, estimando o valor que será pago pelo consumidor. O assunto é especialmente relevante para o varejo. A Associação Brasileira dos Atacados de Autosserviço (Abaas) estimava impacto de mais de R$ 1,8 bilhão. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) é parte interessada (amicus curiae) na ação.

Segundo o vice-presidente da Abras, Paulo Pompilio, se a tese fosse julgada de forma contrária, vedando a restituição, poderia provocar um aumento de 5% no preço de alguns itens vendidos aos consumidores, o que afetaria o poder de compra. "Não era uma ação justa um imposto pago e não ser devolvido", afirma. "A decisão do STJ foi unânime em prol do cidadão", completa.

Em nota técnica, a associação indica que mais de um terço da arrecadação do ICMS vem da substituição tributária, segundo dados do Comitê Nacional de Secretarias de Fazenda (Comsefaz). "As secretarias que pressupõem um preço presumido para os produtos, pois é mais fácil cobrar a indústria e cascatear isso do que cobrar do varejo", explica.

> "Uma tese contrária provocaria aumento de 5% no preço de alguns itens"
> *Paulo Pompilio*

No julgamento, os ministros analisaram a aplicação do artigo 166 do CTN. O dispositivo prevê que a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem provar haver assumido o referido encargo, ou, no caso de ter transferido a terceiro, estar expressamente autorizado a recebê-la (Tema 1191 - REsp 2034975, REsp 2034977 e REsp 2035550).

Segundo Gabriel Felicio, do MGF Advogados, as turmas do STJ vinham decidindo de forma favorável aos contribuintes, afastando o artigo 166, tendo em vista a impossibilidade de o encargo tributário ser repassado ao consumidor. Para ele, seria "impossível" cumprir a exigência do artigo 166. "Não tem como um varejista repassar esse encargo, justamente em razão de o ICMS ser um imposto calculado por dentro, de modo que o encargo não compôs o preço da mercadoria quando presumida", disse.

Em sustentação oral na sessão de hoje, o procurador Breno Rabello Lopes afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o tema, definiu um direito abstrato, que depende do preenchimento de requisitos infraconstitucionais — como a legitimidade e também requisitos previstos em leis estaduais. O artigo do CTN não foi declarado inconstitucional pelos ministros, de acordo com o procurador. "O artigo é fundamental para saber quem assume o ônus financeiro e estaria legitimado para pedir a compensação", disse.

De acordo com Paulo Pompilio, a decisão do Supremo já vinha permitindo a restituição do ICMS pelos contribuintes, mas algumas secretarias da Fazenda ainda criavam dificuldades. "Agora não se tem mais dúvida sobre o ressarcimento", adiciona Pompilio, acrescentando que o valor pago a maior deve ser comprovado por nota fiscal (RE 593.849).

Na sessão, o relator, ministro Herman Benjamin, afirmou que aplicou a jurisprudência da Corte e, por isso, não leria o seu voto, apenas a tese do repetitivo, que deverá ser aplicada pelas instâncias inferiores. A decisão foi unânime.



RAFAEL LUZ/STJ

Ministro Herman Benjamin: aplicação da jurisprudência da Corte

A tese aprovada afirma que "na sistemática da substituição tributária pra frente, em que o contribuinte substituído revende a mercadoria a preço menor do que a base de cálculo presumida para o recolhimento do tributo, é inaplicável a condição prevista no artigo 166 do CTN".

Segundo Gustavo Lanna, sócio do GVM Advogados e professor da PUC-MG, a decisão é acertada porque não houve a transferência do encargo financeiro ao consumidor final e, por isso, não seria adequada a aplicação da regra prevista no artigo 166.

Para Sandro Machado dos Reis, do Bichara Advogados, a decisão é "tranquilizadora". O advogado afirma que o contribuinte substituído não tem como repassar o ônus financeiro. "Milita em favor dele (contribuinte substituído) a presunção de que só suporta o custo da própria margem de lucro."

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição. ***(Colaborou Marcela Villar, de São Paulo)***

Corte julga ações contra decisões sobre 'tese do século'



PEDRO FRANÇA/STJ

> "Se não havia jurisprudência pacífica, não cabe ação rescisória"
> *Mauro C. Marques*

Beatriz Olivon
De Brasília

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a julgar a validade de ações propostas pela Fazenda Nacional (rescisórias) para alterar decisões sobre a "tese do século" — a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins — que estariam fora do limite temporal (modulação) adotado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). São casos de ações ajuizadas depois do julgamento, no ano de 2017, e finalizadas antes da definição da modulação, em 2021.

Por enquanto, há um voto contra e um favorável à Fazenda Nacional. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista. Existem aproximadamente 1,1 mil ações rescisórias em tramitação.

Segundo a Fazenda Nacional, 78% dos processos sobre exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins foram ajuizados depois do marco definido pelos ministros do STF, que é a data do julgamento de mérito — 15 de março de 2017.

O procurador Marcelo Kosminsky, da Fazenda Nacional, citou em sustentação oral um caso em que o contribuinte propôs a ação em 23 de fevereiro de 2018. Se aplicada a modulação adotada pelo STF, afirmou, ele só poderia pedir a devolução dos valores pagos a mais a partir de 15 de março de 2017. Mas como não foi aplicada, acrescentou, conseguiu a recuperação do PIS/Cofins a partir de 2013. "São quatro anos de aproveitamento indevido", disse o procurador.

As ações transitaram em julgado porque os tribunais podem aplicar imediatamente a decisão de mérito em repercussão geral, mesmo antes da modulação. No julgamento pelo STF, quando já havia decisão de mérito indicando que o contribuinte iria vencer, o procurador da Fazenda pediu a modulação na tribuna, mas o STF só julgou o limite temporal em 2021.

"Não existe outra forma de restabelecer o que entendeu o STF se não com as rescisórias", afirmou o procurador da Fazenda Nacional. "Se o Supremo quisesse ter preservado a coisa julgada [processos concluídos], teria feito isso em 2021, quando julgou a modulação. Poderia ter modulado não só as ações, mas também as coisas julgadas. Isso não foi feito."

Os ministros analisaram no caso se é possível propor ação rescisória para adequar julgado à repercussão geral sobre ICMS no PIS e na Cofins e se seriam válidas as propostas pela Fazenda Nacional com esse pedido (Tema 1245 - REsp 2054759 e REsp 2066696).

Relator do caso, o ministro Mauro Campbell Marques afirmou no voto que se não havia jurisprudência pacífica a favor da Fazenda Nacional ou sequer existiam precedentes sobre o caso, não cabe ação rescisória. O ministro citou a Súmula 343, segundo a qual, não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda tiver se baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

Se não havia precedente a ser seguido, não havia interpretação de norma, segundo o relator. Campbell Marques disse ainda que a modulação de efeitos só foi feita em maio de 2021 e o julgado que se pretende rescindir é de 2018. "Antes de 2021 não havia precedente onde julgada a modulação do caso, então sequer havia norma violada a ensejar a rescisória."

Para o relator, não se pode dizer que o entendimento a favor do contribuinte estava pendente no STF por causa dos embargos de declaração, já que em 23 de fevereiro de 2015 já havia transitado em julgado recurso no mesmo sentido da repercussão geral julgada em 2017.

Como sugestão de tese, Campbell Marques propôs: "Em havendo jurisprudência oscilante ou total ausência de precedentes ao tempo do julgamento do acordão rescindendo, apenas julgado posterior em sede de controle concentrado de constitucionalidade pelo STF é capaz de afastar a Súmula 343. É inadmissível rescisória para adequar julgado realizado antes de 13 de maio de 2021, a modulação de efeitos estabelecida no Tema 69 (tese do século) da repercussão geral do STF.

O ministro Herman Benjamin divergiu. No caso concreto, negou o pedido. Na tese, propôs que, conforme o artigo 535 do Código de Processo Civil, é admissível ajuizamento de ação rescisória contra julgados anteriores à 13 de maio de 2021. Em seguida, o ministro Gurgel de Faria pediu vista, suspendendo o julgamento. Os demais ministros aguardam para se manifestar.

Lei padroniza correção monetária e juros legais

Opinião Jurídica

Marsella Medeiros Araujo Bernardes

Em 1 de julho, foi promulgada a Lei nº 14.905, que alterou o Código Civil para uniformizar a aplicação de correção monetária e juros nos contratos que não possuem taxas predefinidas e, ainda, nas ações que tratam de responsabilidade civil extracontratual, ou seja, que tratam sobre compensações por perdas e danos.

Anteriormente, a legislação civil não previa com clareza o índice de correção monetária ou a taxa de juros aplicável às dívidas na ausência de convenção contratual ou previsão legal específica, levando a divergências jurisprudenciais significativas tanto no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quanto no dos Tribunais de Justiça estaduais. Havia, por exemplo, quem determinasse que os juros legais deveriam corresponder à Selic ou à taxa de 1% ao mês. A Lei nº 14.905 encerrou esses debates.

Segundo a nova redação do parágrafo único do artigo 389 do Código Civil, quando não houver estipulação diversa em contrato ou em lei específica, a correção monetária de valores deverá ser feita pela variação do IPCA/IBGE ou do índice que vier a substituí-lo.

Um exemplo de impacto imediato dessa alteração diz respeito às tabelas práticas de atualização monetária de alguns dos Tribunais de Justiça pátrios, como o do Estado de São Paulo, que atualmente utiliza o INPC/IBGE como índice de correção. Com a nova previsão legal, as tabelas deverão ser ajustadas para utilizar o IPCA.

Além disso, quando os juros não estiverem estipulados em contrato, deverão ser calculados com base na taxa legal, que será correspondente à taxa Selic menos a correção monetária. Caso o resultado dessa subtração seja negativo, os juros serão zerados.

É o que prevê a nova redação do artigo 406 do Código Civil: "Quando não forem convencionados, ou quando o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, os juros serão fixados de acordo com a taxa legal. Parágrafo 1º - A taxa legal corresponderá à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzido o índice de atualização monetária de que trata o parágrafo único do artigo 389 deste Código. Parágrafo 2º - A metodologia de cálculo da taxa legal e sua forma de aplicação serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional e divulgadas pelo Banco Central do Brasil. Parágrafo 3º - Caso a taxa legal apresente resultado negativo, este será considerado igual a 0 (zero) para efeito de cálculo dos juros no período de referência".

A aplicação dos juros na forma prevista na nova redação do artigo 406 do Código Civil ocorrerá, por exemplo, na execução judicial de cheques, duplicatas e notas promissórias que não possuam taxas de juros predefinidas. Essa aplicação também se estende a casos de inadimplência em outras obrigações que não especifiquem os juros, assim como em condenações judiciais que envolvam responsabilidade civil resultante de atos ilícitos.

Observe que a taxa legal de juros será determinada pela dedução da correção monetária da taxa Selic. Assim, se considerarmos um cenário como o período pré-pandemia, em que a Selic estava em 2%, não haveria incidência de juros de mora em cobranças de boletos representativos de duplicatas sem taxa de juros predefinida, por exemplo.

Outra alteração relevante que tem passado despercebida está no artigo 3º da Lei nº 14.905, que inovou ao dispor que o Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, conhecido como a Lei de Usura, não será aplicado em obrigações: "I – contratadas entre pessoas jurídicas; II – representadas por títulos de crédito ou valores mobiliários; III – contraídas perante: a) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; b) fundos ou clubes de investimento; c) sociedades de arrendamento mercantil e empresas simples de crédito; d) organizações da sociedade civil de interesse público de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que se dedicam à concessão de crédito; ou IV – realizadas nos mercados financeiros, de capitais ou de valores mobiliários".

O referido Decreto nº 22.626, vale lembrar, prevê: (a) a limitação dos juros ao dobro da taxa legal: "Artigo 1º - É vedado, e será punível nos termos desta lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal" — que, segundo a nova disposição do parágrafo único do artigo 396 do Código Civil, é correspondente à taxa Selic menos correção monetária; (b) a vedação à capitalização mensal de juros: "Artigo 4º - E proibido contar juros dos juros: esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano"; e (c) a proibição de multa contratual em patamar superior a 10% (dez por cento): "Artigo 9º - Não é válida a cláusula penal superior a importância de 10% do valor da dívida".

Assim, pela literalidade da nova lei, são eliminados quaisquer questionamentos sobre a limitação de juros em cédulas de produto rural financeiras emitidas diretamente a instituições não financeiras, bem como em valores mobiliários como debêntures ou notas comerciais. Um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios poderá, portanto, cobrar juros superiores ao dobro da taxa legal e capitalizá-los mensalmente.

De qualquer forma, dada a importância da inovação legal e o potencial impacto no mercado financeiro, é prudente aguardar para observar como a jurisprudência irá interpretar e aplicar essas novas disposições. Cenas dos próximos capítulos.

Marsella Medeiros Araujo Bernardes é advogada do Teixeira Fortes Advogados Associados

---

SILVEIRA LEILÕES — **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO DO DEVEDOR DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

1º PÚBLICO LEILÃO: 02/SETEMBRO/2024, ÀS 15:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 03/SETEMBRO/2024, ÀS 15:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: 1º) **MASA VINTE E QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 19.643.371/0001-10** e 2º) **MASA VINTE E CINCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 19.643.381/0001-55**, venderão em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 12 de fevereiro de 2019, na cidade de Barueri/SP o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 83, LOCALIZADO NO 8º PAVIMENTO, DO BLOCO B – EDIFÍCIO COLUMBIA, DO EMPREENDIMENTO CENTRAL PARK BARUERI,** situado na Rua Sol, nº 272 e Avenida Sebastião Davino dos Reis, nº 999, Bairro Cruz Preta, Barueri/SP, CEP: 06414-007, com as seguintes áreas: privativa 76,100m2, comum 69,669m2, já incluída a área correspondente a 02 vagas de garagens, total 145,769m2 e fração ideal 0,0020900 ou 0,20900%. Matrícula imobiliária 207.188 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. CCM: 24453.42.40.0001.03.063.1. Consolidação da propriedade em 24/07/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 779.728,03. 2º LEILÃO: R$ 589.855,11.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará à cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Eduardo Mendonça, CPF: 177.551.008-55 e Simone Aparecida Herrera Mendonça, CPF:142.448.948-29,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, bem como dos documentos imobiliários do imóvel. Às Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

Transunião Transportes S.A. - CNPJ: 19.224.852/0001-90

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Extraordinária, 1ª e 2ª Chamadas

Convocam-se todos os Acionistas quites com suas obrigações Estatutárias nos termos do Artigo 27 do Estatuto Social da Transunião Transportes S.A., para participar da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 05/09/2024 em primeira chamada ás 10h com no mínimo ¼ dos acionistas com direito a voto, ou em, segunda chamada as 11h com a quantidade de acionistas presentes, na sede da sociedade sito a Rua Tiburcio de Souza, 2478 – Itaim Paulista, São Paulo/SP, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1 – Exame, deliberação e aprovação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2022 e 31/12/2023; 2 – Deliberação sobre a destinação do resultado apurado do exercício encerrado em 31/12/2022 e 31/12/2023; 3 – Outros assuntos de interesse dos acionistas. Informamos a todos os acionistas, que os documentos alusivos ao artigo 133 da lei 6404/76 relativos as matérias a serem discutidas, encontram-se a disposição para consulta na sede da Companhia, São Paulo, 13/07/2024. Lourival de França Monário – Diretor Presidente.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0004686/2024

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 159/2024/GAB-SETASC/MT, torna público, nos termos da Lei n° 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2022, que o pregão em epígrafe, cujo OBJETO é a **contratação de empresas especializadas na prestação de serviços e fornecimento de insumos para realização do evento casamento abençoado, a ser realizado no município de cuiabá/mt**, teve sua sessão suspensa em razão de correções a serem efetuadas no objeto para melhor atendimento da Administração.

A nova data da sessão será disponibilizada no Diário Oficial do Estado.
Propostas eventualmente enviadas deverão ser readequadas às novas especificações, quando da publicação do edital retificado.
A visita técnica continua aberta aos interessados que desejarem realizá-la, devendo agendar a mesma junto à Secretaria Adjunta de Cidadania e Inclusão Socioprodutiva, através do telefone (65) 3612-5726.

TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 3613-5716;

SITE DA REALIZAÇÂO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

Cuiabá-MT, 13 de agosto de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Geral da República

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90027/2024 - UASG 200100

Nº Processo: 001325/2024-30. Objeto: Prestação de serviço continuado de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de insumos, nas dependências da PGR, Anexo II, Anexo III e PR/DF. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 15/08/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200100-5-90027-2024. Entrega das Propostas: a partir de 15/08/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 29/08/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

SILVEIRA LEILÕES — **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

1º Público Leilão: 02/SETEMBRO/2024, às 16:00h | 2º Público Leilão: 03/SETEMBRO/2024, às 16:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **AIP 29 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 27.222.346/0001-90**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 01 de agosto de 2022, na cidade de Barueri/SP, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 306, DO 3º PAVIMENTO, TIPO 04, BLOCO 02, DO CONDOMÍNIO SPLENDYA ARUJÁ**, situado na Estrada do Limoeiro, nº 955, bairro do Limoeiro, Arujá/SP, com as seguintes áreas: privativa 67,040m2, comum 38,852m2 (incluindo a área correspondente a 01 vaga de garagem), total 105,892m2 e correspondendo a fração ideal de 0,0061000%. Matrícula imobiliária nº 60.169 do Cartório de Registro de Imóveis de Arujá/SP. CCM: SE11100809.096. Consolidação da propriedade em 27/06/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 691.813,33. 2º LEILÃO: R$ 707.524,56.** O arrematante pagará o valor do arremate a vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará á cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Leidiane da Fonseca Silva, CPF: 357.391.108-07** e **Rafael da Silva Pereira, CPF: 312.780.798-82,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00365392202024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90121/2024.
Nº Processo: 024.00093548/2024-93.
Objeto: Aquisição Itens de Nutrição para o atendimento do Programa do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.
Total de Itens Licitados: 05 (cinco itens licitados).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 15/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 16/08/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 28/08/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 316ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0457416) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 316ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0457416), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA VILA MARIANA**

COMUNICADO DE COMPARECIMENTO

A Subprefeitura da Vila Mariana comunica que os veículos abaixo descritos foram apreendidos e recolhidos ao pátio desta Subprefeitura, em razão dos seus abandonos nas vias públicas por mais de cinco dias consecutivos, em cumprimento com a determinação contida no § único do Art. 161 da Lei 13.478/02.

O Proprietário poderá retirar o veículo mediante apresentação do documento de propriedade e do pagamento da multa e das taxas devidas, devendo dirigir-se à Supervisão de Fiscalização - Rua José de Magalhães, 500 - Bloco E - Vila Clementino, das 09:00 às 17:00 horas, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data da publicação, findo os quais o veículo será levado a leilão.

Nº DO PROCESSO SEI | PLACA | PROPRIETÁRIO | MARCA/MODELO | COR | ANO FAB./MOD. | CHASSIS

- 6059.2020/0004611-3 | CIX-1101 | **WAGNER PEREIRA ANDRADE** | GM/BLAZER | CINZA | 1996/1997 | 9BG116ARVT910650
- 6059.2021/0005321-9 | GRW-9653 | **BANCO DO BRASIL S.A.** | IMP/GM SPACE VT31C | BRANCA | 1997/1998 | 8ª1T31C1ZVS004593
- 6059.2024/0006402-0 | DPG-05383 | **ANTONIO CARVALHO DA SILVA** | RENAULT/CLIO AUT 10 16VH | BEGE | 2004/2005 | 93YCB06055J558989
- 6059.2024/0000456-6 | LAL-0935 | **ELISETE APARECIDA DE MARCOS** | IMP/CITROEN ZX19 BR COLC | GRENA | 1994/1994 | 9U7N2B80RR1B85393
- 6059.2023/0011239-1 | BUX-4731 JUNDIAÍ | **LUIZ CARLOS DOS SANTOS** | FIAT/UNO ELETRONIC | CINZA | 1994/1994 | 9BD146000R5158557
- 6059.2023/0011238-3 | CNN-7119 | **EDISON ALVES PEREIRA** | I/DAIHATSU TERIOS | PRATA | 1998/1998 | JDAJ100G0W0526372
- 6059.2023/0007765-0 | CIE-8769 | **CONVALE CONSTRUTORA VALE LTDA**. | VW/KOMBI PICK UP | BRANCA | 1996/1996 | 9BWZZZ261TP027481

ALFA HOLDINGS S.A.

CNPJ nº 17.167.396/0001-69 - NIRE 35 3 0002375 7

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 15/07/2024. **HORÁRIO:** 15h15min. **LOCAL:** Sede social. **PRESENÇA:** Totalidade de seus membros. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente; Marcos Lima Monteiro - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição de novo membro para compor a Diretoria. **DELIBERAÇÃO:** Após análise e discussão, os membros do Conselho de Administração deliberaram por unanimidade, sem ressalvas, eleger o Sr. **FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA,** CPF nº 269.366.838-78, RG nº 27.962.945-X/SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço comercial em São Paulo - SP, para o cargo de Diretor com prazo de mandato coincidente ao dos demais membros da Diretoria, ou seja, até a posse dos Diretores que serão eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a AGO de 2025. O Diretor eleito preenche as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 80/22 da Comissão de Valores Mobiliários, e não está incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia. Em decorrência da deliberação acima, a Diretoria ficará assim composta, com mandato até a posse dos diretores que serão eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2025: o Sr. **MARCOS LIMA MONTEIRO,** CPF nº 105.109.428-30, RG nº 19.897.606-9-SSP-SP, com endereço comercial em São Paulo - SP, **Diretor Presidente; FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA,** CPF nº 206.299.018-99, RG nº 25.702.961-8/SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; e **FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA,** CPF nº 269.366.838-78, RG nº 27.962.945-X/SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, **Diretores,** ambos com endereço comercial em São Paulo - SP. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente. Marcos Lima Monteiro - Secretário. **CERTIDÃO:** JUCESP. Certifico o registro sob o n° 300.551/24-1 em 08/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO (IF 22E1056953) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de maio de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 2ª Emissão – (IF 22E1056953), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 227ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20F0734290) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 227ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 227ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de junho de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 227ª Série da 1ª Emissão – (IF 20F0734290), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 238ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0907914) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 238ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 238ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 238ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0907914), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 242ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1034250) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de novembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 242ª Série da 1ª Emissão – (IF 19K1034250), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0862572), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 31ª EMISSÃO (IF CRA022003E9) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 31ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 31ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 de abril de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 31ª Emissão – (IF CRA022003E9), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 285ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0855277) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de julho de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 11:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 285ª Série da 1ª Emissão - (IF 20G0855277), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 217ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882447) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 217ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 217ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 217ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0882447), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 283ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0855350) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 283ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 283ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de julho de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **11 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 11:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 283ª Série da 1ª Emissão - (IF 20G0855350), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ÂNIMA HOLDING S.A.

ânima EDUCAÇÃO — ÂNIMA NOVO MERCADO B3

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35300350430

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 23 de Julho de 2024 às 09:00 Horas

Data, hora e local: Realizada dia 23/07/2024, às 09:00 hs, por videoconferência. **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Presenças**: Totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Srs. Daniel Faccini Castanho, Maurício Nogueira Escobar, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Ana Paula de Assis Bogus, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga e Paula Maria Harraca. **Mesa:** Sr. Daniel Faccini Castanho - Presidente. Sr. Heleno Carlos Fernandes - Secretário. **Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem reservas e/ou ressalvas, deliberaram: (i) Por aprovar a indicação de novo membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, o Sr. **Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga**, CPF nº 299.155.458-43, RG nº 27.9734773, SSP/SP, cujo prazo de mandato coincidirá com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração, que se encerrará na AGO, na qual se deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31/12/2024 - a ser realizada em 2025; (ii) Por ratificar a composição dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, e designar o Sr. Edgar Jabbour como coodenador do comitê, todos com mandatos que coincidirão com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração: **Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos (Car): Coordenador/membro especialista:** Edgar Jabbour. **Membros:** Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga; Roberta Anchieta da Silva. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 23 de julho de 2024. JUCESP nº 301.991/24-8 em 12/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DE GABINETE 13/08/2024
Nº do Processo: 024.00017798/2024-27
INTERESSADO: Gabinete do Secretário - Grupo de Informática em Saúde - GIS.
ASSUNTO: Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Especializados em Informáticas (Pass Middleware).
NÚMERO DE REFERÊNCIA: DISPENSA Nº 25/2024
Trata a presente Contratação de Empresa para a Prestação de serviços Especializados em Informática (Pass Middleware).
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0035938981, às quais me reporto ao despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO**, Dispensa Licitação nº 25/2024, observadas as normas legais incidentes, a contratação da empresa **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, CNPJ: 62.577.929/0001-35,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso IX, da Lei federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados em informática - Antivírus, no valor total de **R$ 14.995.602,48 (quatorze milhões novecentos e noventa e cinco mil seiscentos e dois reais e quarenta e oito centavos).**

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 300 LOTES - DIA: 16.08.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 16.08.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 8AFAR23L8LJ178998 - 9BD341ACZPY845450 - 9BWDA05U8AT172065 - 9BD5781FFJY193723 - 3N8CP5HE7HL469384 - 9BD11812ED1264056 - 9BM979026LB156877 - 9C2KC2210RR032388 - 9BHBG51CAFP445683 - 9C2KC2200RR215895 - 9C6RG3160R0096500 - 9BGKS69L0FG120875 - 9C2ND1120MR201395 - 9BGRX48907G226672 - 9C2KC2500RR006196 - 9BFZD55P1FB805409 - 9BD57824FJY264921 - BS467978 - B6322798 - 9BWZZZ113SP001981 - 9BWZZZ30ZNT163832 - 9BGRZ08909G131869 - 93YBSR7RHEJ353812 - 9BFZF55A2C8318038 - 3GNAL7EC6BS559479 - 9BGRJ69808G267572 - 9BWAA01JX24021206 - 9BFZE55P098559094 - 93YHSRAF5HJ540499 - 9BWKB45U0KP001414 - 9BD27844PD7687830 - 9BD265122F9030984 - 9BFZH54S3K8339564 - 9BWAG5BZ8KP592871 - 9BD195A4ZK0845120 - 9BGJC6920KB168224 - 93Y4SRF84JJ147357 - 93HFB2530EZ166906 - 9BGKT48V0HG219552 - 9BWPB45Z3D4204593 - 93YHSR2LACJ198154 - 9BD17164LA5575426 - 9BGRX48909G187036 - 93HGE67509Z100356 - 9BGAB69W09B214292 - 93YLSR1RH8J023261 - 9BD11812181048034 - 9BGXH19808B110315 - 9BGRZ48908G186927 - 9BD17206G73308164 - 9BFZF54P0D8397877 - 94DTBAL10DJ460981 - 99HJTS050PS001181 - LJ12EKR25N4002316 - 9UWSHX76ANN032331 - 3C4PFABB1DT551046 - WBAVL9100DVT76848 - 93HFB2630EZ114734 - 9BGEB48A0LG202571 - LVVDB12B9DD048620 - WMEEJ8AW3DK637478 - 9BWCA05W16P086917 - 9C6DG2590N0013279 - 9BFZH54S3K8306807 - 9BRK19BT0F2055233 - 9BWAB45U9FP512380 - 3N1DK3CD9EL211304 - 93XFRH77WCCB65150 - 9BD195102C0271511 - 8AFUZZFHCBJ394612 - 93YBSR8VKBJ659682 - 9BWAA05ZXA4133874 - 935FCN6A88B501525 - 9BD17201M83421267 - 9BGXH75G06C106761 - 9BD17306C54111205 - 9BWAA05Z9D4074207 - 9BD13561372036415 - 9BGSU19F0BB116946 - 94DTBAL10BJ613980 - 9BWAA05W29P000297 - 3GNCL53789S572246 - 9BFZF20AX78264337 - 9BGRD08X04G192714 - 9BD17306C54123409 - 9BGKS48B0DG243806 - 9BD17106LB5692343 - 9BWAA05W59T121817 - 8AFTZZFFCDJ158748 - 9BD17140ZA5618944 - 9BD15802AA6336417REM - 9BD17201M83406730REM - 93YBSR7RHAJ443254 - 9BWAA05W3CP052173 - 93HES15501Z003080 - 93HGD17405Z117250 - 9BWAA05U7AT254730 - 9BGJR75Z0EB253196 - 9BD341A5XJY561026 - 97ND31GN5HM803737 - 95V3V8E5GHM000453 - 3G1J85CD4ES515729 - 93HFB2680DZ219775 - 9C2KC2210JR013756 - 9BWAA05W9EP055274 - 9BD578141E7820810 - 8AGBD68S0PR117662 - 95PJU81DBGB034700 - 94DTBAL10EJ807536 - LVVDA11B6DD036249 - KMHJN81DP7U710538 - WBA3B1105DJ408924 - 9C2KF2200HR206849 - 99KPCKBYJPM713365 - 9C6SEJ310P0001861 - 95VXL1F5LMM000132 - 9BGEN48H0LG140102 - VF3M45GSYLS007829 - JTDKB3FU1H3563440 - 98M8N9005H4A64261 - 95PJN81EPFB081482 - 93HGE6840EZ123592 - 9BWLB45U8CP032643 - 9BGJC69X0CB183399 - 9BGAC69J0BB315072 - 9V7VBBHXGLA004608 - 93W244F14B2067266 - 3CZRE1830AG501672 - 93HGE8770AZ102526 - 9BFZF10A188152912 - 93HGE57408Z200977 - 95PJN81BPDB041891 - 9BD195102D0405267 - 93HRV2850JZ252280 - JTMZD31V3B5169121 - 9BFZF54P4B8175873 - KMHJN81BBAU112178 - 93HGD38808Z205319 - 9BWDA05U6AT222610 - 988611122GK045100 - 9C2SD1210RR000023 - 93YRBB007RJ864788 - 9C2KC2200PR082079 - 9BWAH4123JT541795 - 9BD19713NM3393009 - 9BFZH55L0J8038417 - 9BFZD55P7GB533031 - 93HGK5860HZ208520 - 8AP196272F4083799 - 9C2KF1710ER118091 - 93HGK5840FZ213840 - 9BWAB45Z4E4130463 - LJ12EKP1XE4605207 - 9BGJB75Z0EB226814 - 9BGKS48L0DG340382 - 8AGCN48X0DR223331 - 935FCKFVYBB582792 - 93YLSR7RHBJ598043 - 9BGXH80P0AC199039 - 9BGRM69809G216309 - 9362AKFW98B056405 - 9BR72ZEC268615168 - 8AGSA19908R140580 - 93YBB8B156J693524 - 9BGTT69B02B122331 - 9BFZB55P3D8796115 - 9BD196263D2052804 - 98861115YHK103954 - 8AJBA3FS9R0361156 - 3G1J85CD8DS531821 - 98867515WKKJ52952 - 9BRBDWHE8G0293486 - 9BGJB75Z0DB236446 - 98MHS7001J4A61411 - 93Y4SRD04EJ334769 - 9BWAG4125FT535491 - 9362PKFWXAB028059 - 9BGCA8030HB106367 - 9BGKS69R0GG113288 - 93YRBB00XNJ805406 - 9BWKB05U9EP044422 - 9BD17164LC5766516 - 9C2JC4210AR108776 - 93YRBB005RJ799813 - 93HGM2540AZ108054 - 9C2KC08107R171213 - 3N1DK3CD1DL232520 - 93HGE67409Z117591 - 9C2RC9100PR000900 - 9BD281A2DPYE38909 - 96PERHA14GFS01857 - 98861110XLK291146 - 9BGJC75E0GB162026 - 8AP17202LB2168001 - 93HGD18408Z100584 - 9C2JF8500NR011689 - 9BD5781FFKY291599 - 9BWAG412XJT518209 - 93YBSR8UHCJ839955 - 9BFZH54L8K8338984 - 9BWAG4129JT524048 - 93YRJF001SJ847291 - WDDGF4HW7BA501290 - 935FCKFVYCB505302 - WBAVL910XCVT74913 - 9BWBJ6BF5M4018511 - 95VXL1B5PPM000090 - 9BHGA811BMP249525 - 8AJFZ29G276039058 - 9BD17140A85107390 - 9BWAA05W39P045751 - 93YBSR7RHAJ453604 - WV1DB42H1DA014811 - 9BWAA45U2EP179814 - 94TT41353FH401522 - 8AGSU19F0FR116333 - 9BWAB45U3HP502060 - 98822611XJKB65769 - 988226175KKC14261 - 9BD341A5XLY696225 - 9BRKC9F31N8135060 - 936CLNFNWEB065442 - 9BHPB81BBNP029249 - 98861110XKK244171 - 93HGH8860JZ102517 - KMHDH41EBDU469076 - 9BWDA05U1BT087375 - 9BGRX08908G156265 - 9BR53ZEC278677160 - 9BWAA05U4DT123047 - 9BFZK53A8CB349473 - 8AJFZ29G1A6101721 - 9BWAH5BZ2RT632649 - 9BGEN69H0NG162132 - 9BWAG45UXNT006855 - 9BWBH6BF3L4060864 - 9BD5781FFKY327811 - 9C6SG3310K0029965 - 9BD2651JHK9119356 - 93HGH8840JZ129287 - 9BFZB55S1J8671193 - 9BGJB69V0HB142468 - 9BD13531SG2284274 - 9BFZD55J1FB806832 - 9BD195152D0412483 - 9BD15802AD6892877 - YV1DZ475BC2315040 - KMHSH81GDCU775894 - 93KP0E0C8BE130825 - 9BGRZ0810AG115633 - 9BWAB05U4BT042186.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª (PRIMEIRA) E DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 16ª (DECIMA SEXTA) EMISSÃO (IF CRA021001PQ) DA OPEA SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 16ª (Décima Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries para Emissão da 16 (Décima Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A., com Lastro em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Mafrig Global S.A.*", celebrado em 29 de junho de 2021, conforme aditado em 22 de julho de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia" e "AGT"), conforme Cláusulas 13.2.3 e 13.4 do Termo de Securitização, a realizar-se no dia 04 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma da **Plataforma Digital Ten Meetings** ("Plataforma Digital"), sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sem prejuízo da possibilidade da adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGT a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (v) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (v), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão:** "***5.1. Vencimento Antecipado Automático: 5.1.1.*** *Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...).* ***(v)*** *liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou qualquer Subsidiária Relevante, exceto se decorrente de reorganização societária realizada no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora e desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada reorganização societária; sendo que, para os fins deste item, "Grupo Econômico" significará as sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Emissora, desde que por eles controladas ou que estejam sob controle comum e "Afiliada" significa quaisquer sociedades que sejam pela Emissora controladas ou que estejam sob controle comum*" **Termo de Securitização: "*7.1. Vencimento Antecipado Automático: 7.1.1.*** *A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...).* ***(v)*** *liquidação, dissolução ou extinção da Devedora e/ou qualquer Subsidiária Relevante, exceto se decorrente de reorganização societária realizada no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Devedora e desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada reorganização societária; sendo que, para os fins deste item, "Grupo Econômico" significará as sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Devedora, desde que por eles controladas ou que estejam sob controle comum e "Afiliada" significa quaisquer sociedades que sejam pela Devedora controladas ou que estejam sob controle comum;*" **(ii)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (vii) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (vii), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão:** "***5.1. Vencimento Antecipado Automático: 5.1.1.*** *Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...).* ***(vii)*** *redução do capital social da Emissora, exceto se* ***(a)*** *realizadas no contexto de uma reorganização societária no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora, sem prejuízo do disposto no item (c) a seguir; ou* ***(b)*** *realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, ou* ***(c)*** *previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Debenturista, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Emissora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;*" **Termo de Securitização: "*7.1. Vencimento Antecipado Automático: 7.1.1.*** *A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...).* ***(vii)*** *redução do capital social da Devedora, exceto se* ***(a)*** *realizadas no contexto de uma reorganização societária no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Devedora, sem prejuízo do disposto no item (c) a seguir; ou* ***(b)*** *realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, ou* ***(c)*** *previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Emissora, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Devedora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;* **(iii)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (xii) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (xii), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão:** "***5.1. Vencimento Antecipado Automático: 5.1.1.*** *Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...).* ***(xii)*** *cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Emissora, exceto se* ***(a)*** *realizadas no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora; ou* ***(b)*** *previamente autorizado pela Debenturista, a partir de decisão da assembleia geral de titulares de CRA a ser convocada em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento pela Debenturista do comunicado encaminhado pela Emissora, ou* ***(c)*** *tiver sido realizada Oferta Facultativa de Resgate Antecipado destinada a 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e a respectiva Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, sendo que no edital da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA deverá constar a referida cisão, fusão ou incorporação, em qualquer dos casos, desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada operação, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Emissora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida*"; **Termo de Securitização:"*7.1. Vencimento Antecipado Automático: 7.1.1.*** *A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...).* ***(xii)*** *cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Devedora, exceto se (a) realizadas no âmbito do mesmo Grupo Econômico) da Devedora; ou (b) previamente autorizado pela Emissora, a partir de decisão da assembleia geral de titulares de CRA a ser convocada em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento pela Emissora do comunicado encaminhado pela Devedora, ou (c) tiver sido realizada Oferta Facultativa de Resgate Antecipado destinada a 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e a respectiva Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, sendo que no edital da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA deverá constar a referida cisão, fusão ou incorporação, em qualquer dos casos, desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada operação, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Devedora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;*"; **(iv)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, constante no item (xiii) da Cláusula 5.2.1 da Escritura de Emissão e no item (xiii), da Cláusula 7.2.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão** "***5.2. Vencimento Antecipado Não Automático: 5.2.1.*** *Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático" e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, ("Eventos de Vencimento Antecipado"), não sanados no prazo de cura eventualmente aplicável, a Debenturista deverá tomar as providências previstas na Cláusula 5.2.3 abaixo e seguintes: (...).* ***(xiii)*** *se a Emissora alienar ou transferir de qualquer forma, total ou parcialmente, sem anuência prévia e por escrito da Debenturista, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, quaisquer bens de seu ativo que representem, em uma operação ou em um conjunto de operações, 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Emissora com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, salvo se tais recursos oriundos da alienação forem destinados à compra de novo ativo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurado com base na demonstração financeira auditada mais recente da Emissora*" **Termo de Securitização: "*7.2. Vencimento Antecipado Não Automático: 7.2.1.*** *São Eventos de Vencimento Antecipado não automático, nos quais a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures pela Emissora dependerá de deliberação prévia de Assembleia Geral dos CRA especialmente convocada para esta finalidade, observados os prazos e procedimentos previstos neste Termo de Securitização, os seguintes eventos: (...).* ***(xiii)*** *se a Devedora alienar ou transferir de qualquer forma, total ou parcialmente, sem anuência prévia e por escrito da Emissora, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, quaisquer bens de seu ativo que representem, em uma operação ou em um conjunto de operações, 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Devedora com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Devedora, salvo se tais recursos oriundos da alienação forem destinados à compra de novo ativo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurado com base na demonstração financeira auditada mais recente da Devedora.*" Caso aprovados os itens (i) a (iv) da Ordem do Dia, será oferecida contrapartida aos Titulares dos CRA, devidamente descrita na Proposta de Administração. A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 13.4 do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA presentes à assembleia, desde que presentes à assembleia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação, conforme cláusula 13.5 do Termo de Securitização. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. O titular de CRA que desejar participar da Assembleia deverá acessar website específico para a Assembleia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), preencher o seu cadastro e anexar todos os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de **2 (dois) dias** antes da data de realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia da respectiva procuração, em sua versão digital, assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia em sua versão digital, assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) manifestação de voto**, conforme abaixo. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. O Agente Fiduciário não interpretará o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Após a análise dos documentos o Titular do CRA receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. O Titular do CRA que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/474331332), e apresentar os documentos indicados abaixo: (a) documento de identificação com foto; (b) instrumento de mandato (procuração), o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1° e 2° da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e (c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Titular do CRA pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Titular do CRA registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Instrução de Voto: Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Titulares dos CRA mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como Anexo II à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Titular dos CRA que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: (i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Instrução de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos acima, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou (ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos do Anexo II da Proposta de Administração, digitalizada por meio do referido *website* em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Titular do CRA que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital. Contudo, caso o Titular do CRA que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada. Todos os documentos e informações pertinentes à ordem do dia estarão disponíveis no website da Emissora, nos termos do inciso III do §2º do art. 26 da Resolução CVM 60/2021. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 15 de agosto de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INÊS 249